PROPOSTA

Revista Trimestral de Debate da FASE • Ano 28 • Junho/Agosto de 1999 • Nº 81 • Preço: R$ 6,00

Crise da Cidadania: em foco um dos cenários das ONGs
Márcia Pereira Leite

ONGs brasileiras: um campo institucional com novos significados
Pedro Cláudio Cunca Bocayuva

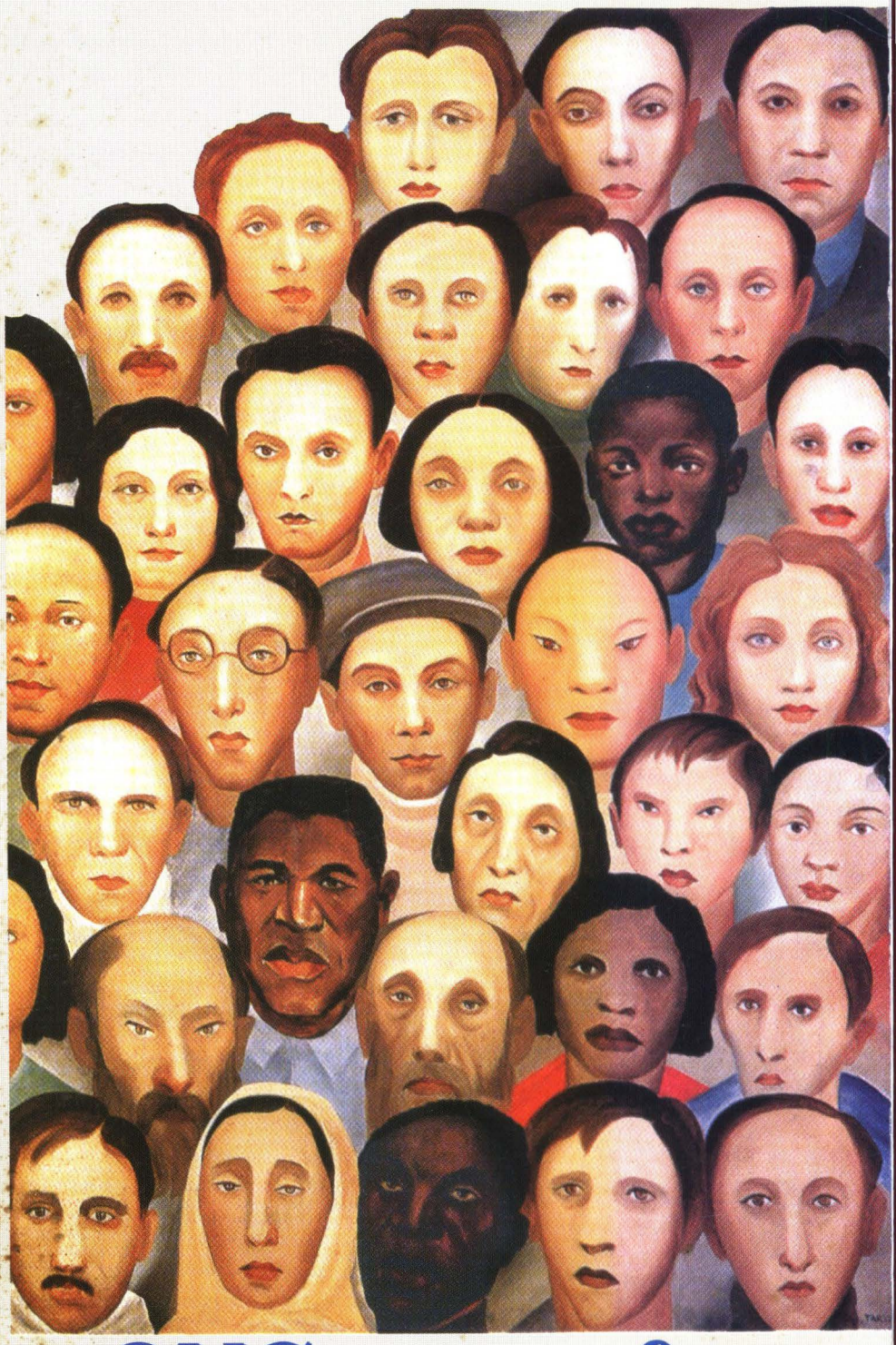
Rede de Inclusão Social: uma proposta da sociedade
Ricardo Salles

Abong: uma rede de compromissos e valores
Sérgio Haddad

Rubem César e Cândido Grzybowski: a sustentabilidade começa em casa
Luiz Antônio C. de Carvalho

Entrevista
Leilah Landim

Suplemento Especial
Porque vale a pena apoiar o trabalho da FASE



ONGs: nova fase, mais esperança

FASE

Conselho Deliberativo
Presidente
Ana Clara Torres Ribeiro

Vice-Presidente
Raimundo J. B. Teixeira Mendes

1ª Secretária
Leilah Landim Assumpção

2ª Secretária
Márcia Pereira Leite

3º Secretário
Revdo. Paulo Pena Schutz

Suplentes
Décio Lima de Castro
Fernanda Carísio
Luis Carlos Delorne Prado
Maria Lucia Karan
Paulo Totti

Conselho Fiscal
Jorge Vicente Muñoz
Carlos Bernardo Vainer
Tito Lívio Lucio de O. Ramos Neto

Suplentes
Ricardo de Gouvêa Corrêa
José Moreira Bartholo

Associados Efetivos
José Sérgio Lopes * Silvio Caccia Bava * Braulio Rodrigues da Silva * Sérgio Góes de Paula * Rosiska Darcy de Oliveira * Cândido Grzybowski * Otávio Guilherme Cardoso Alves Velho * Lysâneas Maciel * Otília Silva Leite * Luís Eduardo Soares * Ênio Candotti * Uri Gomes Machado * Alexandre Sgrezia * Lizt Vieira * Antonio Abreu * Carlos Nelson Coutinho * Luiz Gonzaga Ulhoa Tenório * Renato Sérgio Maluf * Ricardo Peret * Pe. Adelar Pedro de David * Lícia Valadares * Wanda Engel Aduan * Peter Collins Cona

Diretor Executivo
Jorge Eduardo Saavedra Durão

Diretores de Áreas Temáticas e Programas
Maria Emília Lisboa Pacheco
Pedro Cláudio Cunca Bocayuva

FASE- Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

Os objetivos permanentes da FASE

Contribuir para a construção de uma alternativa de desenvolvimento fundada na justiça social, na preservação do meio ambiente e na ampliação da cidadania. Apoiar, com uma visão e atuação própria, através de ações educativas e de projetos demonstrativos, a constituição, o fortalecimento e a articulação de sujeitos coletivos do desenvolvimento

Os objetivos estratégicos da FASE no triênio 1999-2001

Através das ações empreendidas em torno dos eixos acima descritos, pretendemos, ao longo do próximo triênio:

• contribuir para o questionamento público do modelo de desenvolvimento nacional, evidenciando sua insustentabilidade social, cultural, econômica e ambiental, buscando, ao mesmo tempo, desenvolver projetos demonstrativos públicos e contra-modelos possíveis e viáveis, tendo por beneficiários, sobretudo, os excluídos em cenários críticos;

• ter realizado um balanço das perspectivas do desenvolvimento atual, a partir de problemáticas setoriais, criticando o tipo de desenvolvimento e as alternativas propostas pelos movimentos sociais e organizações da sociedade civil em suas lutas sociais, contribuindo para colocar a sustentabilidade na agenda política (sociedade civil, partidos políticos e Estado), na agenda de diálogo entre organizações da sociedade civil na América Latina e no diálogo Norte-Sul;

• integração do conjunto das áreas em instâncias de trabalho sobre Desenvolvimento Local.

• ter contribuído para que o Fórum de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento seja reconhecido como ator público, como espaço de trabalho democrático e como espaço de reflexão e formulação de propostas;

• fomentar políticas que efetivem o acesso dos setores excluídos da população a direitos econômicos e sociais, em âmbito nacional e regional;

• difundir metodologias de monitoramento de políticas públicas, através da produção de indicadores de desenvolvimento social e humano fundados nas noções de direitos econômicos e sociais e de sustentabilidade democrática;

• contribuir para o fortalecimento dos movimentos sociais e das esferas públicas não estatais, através do apoio a elaboração de Plataformas que sintetizem e unifiquem as demandas populares e do fortalecimento das redes formadas em torno de questões como meio ambiente e desenvolvimento sustentável; saneamento sócio-ambiental; alternativas de trabalho e renda ou pela reforma agrária.

• desenvolver uma nova *Carta Compromisso* evidenciando os eixos, conceitos e valores que nortearão a atuação da FASE na passagem do século.

• viabilizar um novo *mix* de sustentação financeira que amplie a base de legitimação da FASE na sociedade brasileira, em especial junto a setores médios da população e formadores de opinião.

índice

Editorial 5

Crise da Cidadania: em foco um dos cenários das ONGs
Márcia Pereira Leite 6

ONGs brasileiras: um campo institucional com novos significados
Pedro Cláudio Cunca Bocayuva 12

Rede de Inclusão Social: uma proposta da sociedade
Ricardo Salles 16

Abong: uma rede de compromissos e valores
Sérgio Haddad 20

Rubem César e Cândido Grzybowski: a sustentabilidade começa em casa
Luiz Antônio C. de Carvalho 24

Entrevista
Leilah Landim 27

Suplemento Especial

Porque apoiar o trabalho da FASE
Jorge Eduardo Saavedra Durão 36

FASE: uma forma avançada de servir e educar desde 1961
Pe. Edmund Leising
Jean-Pierre Leroy 38

Ações Nacionais 46

A FASE pelo Brasil 57

FASE Nacional
Rua das Palmeiras, 90, Botafogo
22270-070, Rio de Janeiro - RJ
Tel.:(021)286 1441
Fax.:(021) 286 1209

FASE-RIO
Rua das Palmeiras, 90, Botafogo
22270-070, Rio de Janeiro - RJ
Tel.:(021)286 1441
Fax.:(021) 286 1209

FASE-VITÓRIA
Rua Graciano Neves, 377/2° pav.
29015-330, Vitória-ES
Tel/Fax.:(027) 223-7436

FASE-RECIFE
Rua Viscondessa do
Livramento, 168 Derbi
52010-060, Recife-PE
Tel/Fax.:(081)423 3826

FASE-BELÉM
Rua Bernal do Couto, 1329,
Umarizal 66055-080,
Belém - PA
Tel.:(091) 751 1181
Fax.:(091) 241 5310

Projeto Gurupá
Travessa Quintino
Bocayuva, 1259 Nazaré
66053-240 Belém
Tel: (091) 223 4628
Fax: (091) 242 4341

FASE-CÁCERES
Rua 06 Qd. 03, casa 18
Monte Verde
78200-000 – Cáceres – MT
Caixa Postal 10
Tel.:(082) 223 4615

FASE-ITABUNA
Ruo Barão do Rio Branco,
93/1° andar Califórnia
45600-000, Itabuna - BA
Tel/Fax.:(073) 211 4498

FASE
Proposta

N°81 –Junho/Agosto de 1999
Uma publicação trimestral da FASE

Conselho Editorial
Alberto Lopez Mejía
Ana Clara Torres Ribeiro
Clarice Melamed
Grazia de Grazia
Haroldo Baptista de Abreu
Jean-Pierre Leroy
João Ricardo Dornelles
Jorge Eduardo Saavedra Durão
Leandro Valarelli
Luis César de Queiroz Ribeiro
Marcelo Paixão
Márcia Leite
Maria Emília Lisboa Pacheco
Orlando dos Santos Junior
Paulo Gonzaga
Pedro Cláudio Cunca Bocayuva
Ricardo Salles
Rosemary Gomes
Sandra Mayrink Veiga
Virgínia Fontes

Assessora de Comunicação
Sandra Mayrink Veiga

Editor Responsável
Luiz Antônio Correia de Carvalho

Subeditor
Ricardo Salles

Organização do Nº 81
Sandra Mayrink Veiga, Ricardo Salles e
Luiz Antônio C. de Carvalho

Assistente de Publicações
Silvia Helena Matos Brandão

Capa
Pedro Veiga sobre quadro de Tarsila do Amaral

Fotos
J. Ripper, Fernanda Mayrink e
das equipes da FASE,

Projeto gráfico/Editoração/Diagramação
Pedro Veiga

Informações e Vendas
Setor de Publicações
Rua das Palmeiras, 90
Botafogo, 222270-070
Rio de Janeiro RJ
Tel.: (021)2861441
Fax: (021) 2861209
E-mail sveiga@fase.org.br

Todas as opiniões emitidas nos artigos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores

editorial

Este é um número especial de ***Proposta***. Trata do mundo das ONGs e, particularmente da FASE, como ponto de referência para a discussão da questão social, do meio ambiente e do desenvolvimento no Brasil e das políticas e meios necessários para o seu tratamento. Cada vez mais palavras como sociedade civil, terceiro setor, organizações da sociedade civil, entidades sem fins lucrativos aparecem nos noticiários e no vocabulário de políticos, administradores e jornalistas. Uma nova lei, a das organizações sociais, foi debatida e sancionada no sentido de regular uma nova realidade que estaria por trás deste vocabulário: políticas sociais de combate à pobreza e de preservação do meio ambiente, projetos de ampliação da cidadania, atividades de assistência social, programas de educação, ações de desenvolvimento local. As formas de financiamento, apoio e implementação destes programas, projetos, ações, políticas e atividades seriam igualmente novas, envolvendo parcerias e redes, também estes termos freqüentes deste novo vocabulário, entre as organizações da sociedade civil, o Estado e as empresas. Tudo isso vem a se somar a uma presença mais antiga e tradicional, a presença das Organizações Não-governamentais - ONGs, de circulação talvez mais restrita, mas, certamente, expressiva de uma experiência histórica mais densa

Proposta 81 visa aprofundar o que seja esta realidade expressa no parágrafo acima e mostrar o que a FASE, ao longo de quase 40 anos de existência, vem fazendo neste campo. O artigo de Márcia Leite, socióloga e professora da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, que abre a revista, trata exatamente do que há de novo e inovador neste quadro e do que, mesmo sendo novo, pode encobrir uma política perversa de retirada do Estado do campo social e uma perigosa redução de direitos universais, no caso brasileiro, já parcos. O diretor da FASE, Cunca Bocayuva, e Sérgio Haddad, presidente da Associação Brasileira de ONGs, discutem o papel das ONGs e de suas redes de intervenção. A entrevista com Leilah Landim, antropóloga, professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro e especialista em estudos sobre o chamado terceiro setor, traça um amplo panorama sobre a relação entre as tradicionais organizações filantrópicas e assistenciais e as ONGs de desenvolvimento. O consultor Luiz Antonio C. de Carvalho aborda a questão da sustentação, financeira e social, das organizações sociais no quadro aberto pela democratização do país e pelas novas condições da cooperação internacional. Ricardo Salles, historiador, levanta a proposta de uma "rede de inclusão social".

Jorge Eduardo Durão, Diretor Executivo, Jean-Pierre Leroy, Coordenador da Área de Meio Ambiente e Pe. Edmond Leising, fundador da instituição, apresentam a FASE, em sua história e em sua atualidade. O suplemento especial que vem a seguir esclarece sobre a ação desenvolvida pela FASE, apresenta seus diversos programas e frentes de ação em âmbito nacional, seus compromissos, valores, missão e novas perspectivas de relacionamento com os amigos brasileiros. Este suplemento é obra coletiva de todos os funcionários, técnicos, assessores e colaboradores da FASE que não só contribuíram com informações, fotos e textos, mas, principalmente com o seu fazer cotidiano para este número. É deles esta ***Proposta***.

Crise da Cidadania: em foco um dos cenários das ONGs

*Márcia Pereira Leite**

Este texto discute a crise do modelo de cidadania com que se defronta hoje a sociedade brasileira. Indica como esta crise coloca em disputa algumas alternativas ao padrão histórico de incorporação dos cidadãos à nação, configurando não só o cenário em que as ONGs são chamadas a atuar, mas em relação ao qual presume-se que, na ausência de sujeitos coletivos fortemente organizados e de sua dinâmica participativa, constituiriam um dos principais atores no plano da sociedade civil. Aponta como este contexto amplia a influência do repertório de questões e ações que as ONGs têm trazido à esfera pública, particularmente no que tange à disputa entre modelos de cidadania e à incorporação desse tema à agenda política nacional.

A década de 90 e a crise do modelo de cidadania

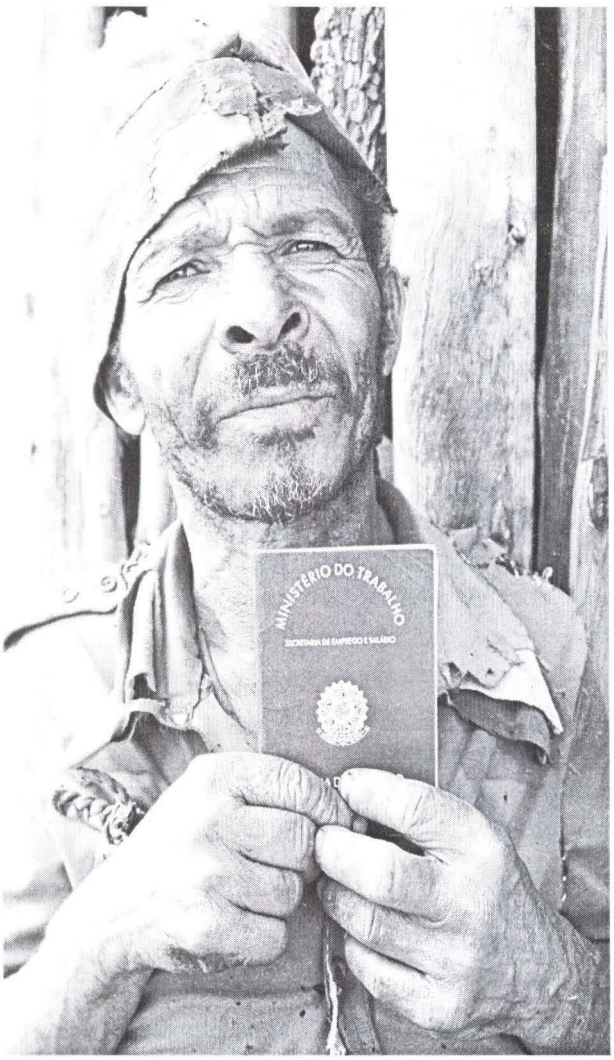
A "cidadania regulada", inventada entre nós pelo corporativismo estatal pós-30, já há muito havia mostrado seus limites do ponto de vista da crítica democrática. Vinculando os direitos sociais às diferentes posições no mercado de trabalho, hierarquizadas de acordo com sua importância para a acumulação, o sistema corporativista circunscrevia a cidadania aos segmentos sociais plenamente incorporados às relações de trabalho capitalistas, distribuindo-lhes desigualmente os direitos. Ao mesmo tempo, direcionava sua atividade política para instituições e pautas pré-definidas e, desse modo, restritivas, mas que representavam para estes segmentos a possibilidade de ampliação dos direitos e para aqueles excluídos à cidadania a possibilidade de incorporação (Santos, 1987 e Vianna, 1978). Assim, a reivindicação (muitas vezes altamente eleitoral, sufrágio universal e partidos políticos)[1]. De outro lado, tratava-se de ampliar os direitos sociais, afirmando o princípio da universalização de direitos. A intensa participação popular no processo constituinte possibilitou a formulação de diversos interesses, demandas e projetos, sua expressão na esfera pública e a negociação entre estes. Daí resultou um corpo de direitos sociais que, mesmo sofrendo algumas influências corporativas, associou a cidadania ao direito de todos usufruírem de um certo padrão de bem-estar. Sob inspiração liberal-democrática, a cidadania na Carta de 1988 foi concebida como uma medida de igualdade, a realizar-se através de iguais direitos civis, políticos e sociais, estes últimos como universalização do bem-estar enquanto contrapartida à riqueza socialmente produzida. Encontrava, pois, sua fundamentação em uma reivindicação de justiça social, formulada de modos diversos no curso das lutas populares, e no seu equacionamento através da pactuação política na Constituinte.

A crise da cidadania no Brasil atual incide, sobretudo, no princípio ético, político e institucional de incorporação à cidadania através dos

* Socióloga e professora do Depto de Ciências Sociais da UERJ.

[1] Para a análise dos limites do texto legal e de suas contradições com a prática de direitos, ver Leite (1993). Sobre a existência, no Brasil, de uma "percepção frouxa de direitos e garantias individuais" e de um descrédito na eficácia dos mecanismos para protegê-los, consultar Carvalho (1996).

direitos sociais. Se o modelo corporativo operava com o premissa da diferenciação e o liberal-democrático afirmava a da universalização, ambos, no entanto, tinham por matriz a incorporação à cidadania e a ampliação de seu escopo. De outro ângulo, era esta a lógica que orientava os atores sociais que tinham a incorporação à cidadania (real ou virtual) como pressuposto de suas ações. Hoje, ao contrário, vivemos a perda de densidade e atualidade da matriz que valoriza a integração dos cidadãos à sociedade nacional pela via dos direitos sociais. A extinção de direitos institucionalizados, alguns dos quais há décadas balizando as relações de trabalho, o estreitamento dos segmentos incorporados e a diminuição do horizonte dessa incorporação expressam uma realidade adversa ao desenvolvimento quer do paradigma liberal-democrático de cidadania, quer de nossa peculiar invenção de uma cidadania regulada. Cada vez mais essa perspectiva vem sendo substituída pela consideração da relevância ou eficácia dos processos e procedimentos próprios ao mercado nas novas condições postas pelas concepções e estratégias hegemônicas de globalização econômico-financeira. É esta lógica, banalizada e assim convertida em única alternativa racional, que vem legitimando as revisões pontuais da Constituição de 1988 e os processos em curso de reforma do Estado e de desconstrução de direitos.



De fato, a crise da cidadania tem sua origem nas mudanças que o capitalismo vem experimentando em escala internacional, que correlacionam os processos de reestruturação produtiva, terceirização e globalização com a redefinição da atuação dos Estados nacionais, particularmente no que concerne aos padrões de regulação das relações sociais e de trabalho. Essas mudanças trazem em seu cerne, como observa Ramalho (1996), a insegurança e a desregulamentação do trabalho como parte de estratégias de ampliação de competitividade em mercados liberalizados e globalizados. Mas, no caso brasileiro, essas estratégias são aprofundadas e naturalizadas, sob o argumento de que o "custo Brasil" dificultaria o crescimento econômico e a competitividade das empresas, condenando o país ao "atraso, ao desemprego e à pobreza".

O debate sobre o chamado "custo Brasil" vem enfocando, de um lado, o custo fiscal (especialmente as despesas públicas e as fontes de arrecadação), que aponta para o custo representado pela reprodução da sociedade brasileira sob o ponto de vista das estratégias de globalização econômico-financeira do grande capital. De outro lado, discute o custo do trabalho no âmbito das empresas, que envolveria mais de 100% de encargos trabalhistas sobre o salário. Sugere, assim, custos fiscais e privilégios inaceitáveis como características das relações de trabalho no país, elidindo o fato de que

desse total mais de 70% representam salários indiretos (13º salário, férias, repouso semanal remunerado e FGTS)[2], que configuram conquistas históricas dos trabalhadores nas sociedadades capitalistas deste século. A discussão do "custo Brasil" aponta, pois, sobretudo para a redução do custo do trabalho e do Estado-nação para o capital. Sua referência é o padrão dos países asiáticos, que significaria entre nós a desconstrução dos direitos acima apontados e a ampliação da jornada de trabalho, além de uma expressiva redução da renda do trabalhador. O que está em pauta portanto é, por uma parte, a desconstrução dos pactos e, por outra e como decorrência, a diminuição de salários e a precarização de empregos para financiar as dinâmicas de investimento voltadas para a elevação da produtividade do trabalho e da rentabilidade do capital.

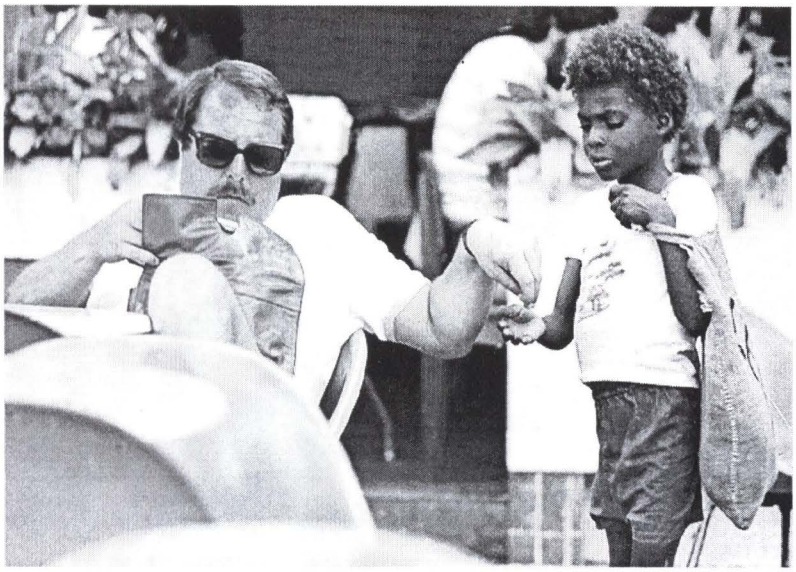
Nos discursos oficiais, esses elementos são abstraídos. Os encargos trabalhistas são, então, atribuídos em grande parte às mazelas do corporativismo, que passam a recobrir, numa lógica perversa e intencionalmente difundida, o conjunto dos direitos sociais no país. Em decorrência, criou-se na sociedade brasileira um falso dilema entre a manutenção da matriz de incorporação à cidadania pelos direitos sociais e a manutenção/ampliação do emprego, apontada como produto do crescimento da indústria em condições de competitividade internacional[3]. Repetindo a cartilha neoliberal, sustentam que a associação entre políticas sociais e cidadania produziria efeitos perversos, como tributação excessiva, diminuição do investimento produtivo, desemprego, elevação do déficit público por excesso de gastos sociais, privilégio a interesses contrários às oportunidades de mercado, etc. Diante da crise fiscal-financeira do Estado, afirmam a necessidade de sua reforma e a inevitabilidade da desarticulação de suas políticas e instituições em um contexto de escassez. Assim, naturalizam a exclusão de parcela acentuada da população do mercado de trabalho e de consumo e das perspectivas de bem-estar social, ignorando a possibilidade de outras opções políticas. Evidentemente, não se trata de negar a crise do Estado ou a extensão do déficit público. Mas de não naturalizar a escassez de recursos, tendo claro que é o o padrão de acumulação que define o desenho da escassez e que as decisões sobre a aplicação dos recursos não se encontram estritamente no plano da necessidade, mas resultam em parte das opções políticas (Abranches, 1987).

Nesse sentido, as elevadas taxas de desemprego, a acentuada deterioração do emprego formal, a invisibilidade legal de milhões de trabalhadores sem acesso aos benefícios da cidadania e a degradação da qualidade e da abrangência dos direitos e serviços sociais resultam das opções dos governos pós-Constituição de 88, que entraram em confronto com esta, privilegiando, no modo de relação dos cidadãos entre si e destes com o Estado, a lógica do mercado em detrimento da medida de igualdade inscrita no ordenamento constitucional. A crise da cidadania envolve, pois, não só uma desconstrução de direitos, mas também do padrão de justiça social, conquistado no Brasil após quase um século de lutas sociais e pactuado na última Constituinte. Ao desregu-

---

[2] Cf. Edward Amadeo, em mesa-redonda sobre os custos do trabalho, publicada em Mantega e Vanuchi (1997). Notar que, segundo Amadeo, a carga fiscal consiste em 22% referentes ao INSS, além das contribuições referentes ao sistema S e similares.

[3] Como se sabe, o crescimento da indústria nas condições da reestruturação produtiva não apresenta perspectivas de alterar a atual estrutura de emprego no país. Os dados do período 1990/95 já revelavam a coexistência de uma redução de 30% no nível de emprego na indústria com um aumento da produtividade de aproximadamente 40 pontos percentuais (Relatório sobre Desenvolvimento Humano no Brasil, PNUD/IPEA, 1996). O aprofundamento dessa tendência, ao lONGo dos anos 90, expressa-se em taxas de desemprego crescentes (de 4,83% da PEA em 1995 a 8,02% em 1998, sem expectativas de diminuição em 1999). Cf. IPEA, O Globo, 27/06/99.



lamentar progressivamente as relações de trabalho, o Estado vem abrindo mão de sua jurisdição sobre a economia, de sua autoridade e responsabilidade na mediação dos conflitos entre capital e trabalho e de sua responsabilidade com os compromissos constitucionais (Preâmbulo da Constituição de 1988), deixando o elo mais fraco à mercê de sua própria sorte. De um outro ângulo, vem transferindo políticas e serviços públicos para a esfera privada, deslocando para o mercado e para o plano do consumo individual a obtenção do bem-estar. Dispensando por obsoleto o princípio de que todos têm direito a um padrão mínimo de bem-estar social por contribuírem na criação da riqueza social, exime-se da responsabilidade pública de promovê-lo. Com isso, dissocia cidadania e justiça social, enfatizando a matriz individualista da cidadania como posse de direitos, especialmente no que se refere ao indivíduo aquisitivo, isto é, aos direitos do indivíduo como proprietário e consumidor.

Gostaria de destacar aqui alguns elementos resultantes dessa dissociação entre cidadania e justiça social. Primeiro, ao extinguir ou degradar políticas e serviços tradicionalmente provedores de bem-estar (como educação, habitação e seguridade, etc), o governo federal vem crescentemente esvaziando o debate e a disputa em torno de seu sentido e alcance na esfera pública e deslocando-os para a esfera privada (sociedade civil e mercado). Assim, de modo consistente com a ênfase concedida à face de consumidor do cidadão, o tema da educação, por exemplo, deixa de ser uma questão da política nacional para se converter em escolha entre as melhores opções de escolas disponíveis no mercado. Segundo, ao fazê-lo, privatiza interesses e decisões, suprimindo ou reduzindo ao mínimo as dinâmicas de negociação, consensualização e pactuação política que caracterizam uma esfera pública democratizada. Terceiro, substitui o princípio da justiça social pela premissa da caridade privada. Quarto, como decorrência, a afirmação de direitos é substituída por políticas compensatórias e filantrópicas que diluem o sentido político da atuação dos atores na forma de múltiplas parcerias voltadas para objetos e questões pontuais.

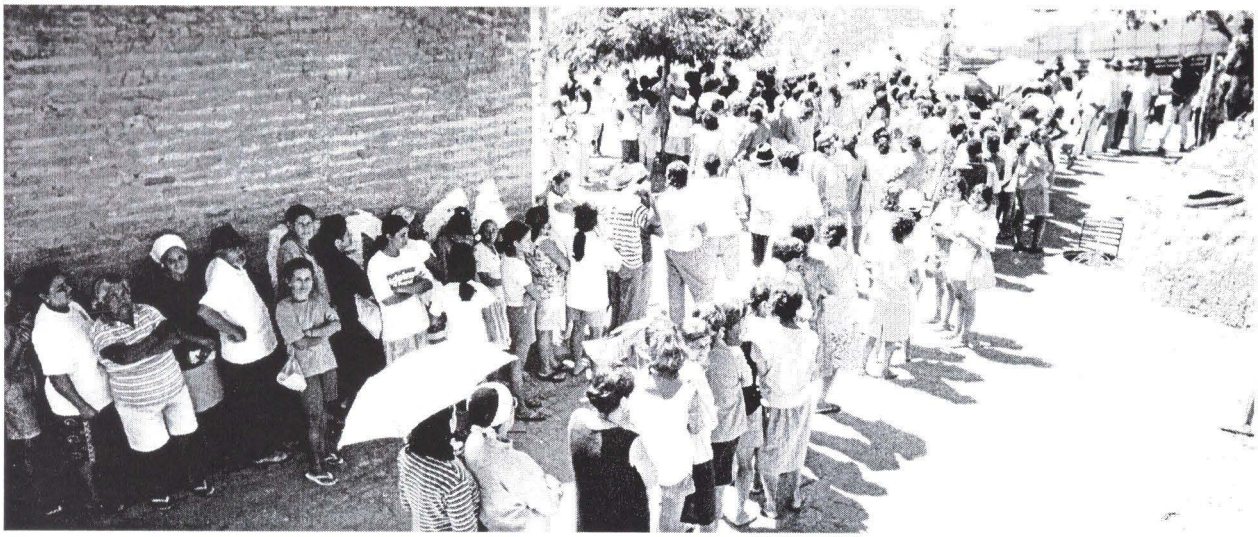
De parcerias e novas atribuições das ONGs

É neste novo cenário que as ONGs vem sendo chamadas a atuar, como um dos atores mais organizados da sociedade civil. Do ponto de vista do Estado, diante dos problemas do burocratismo, ineficiência e corrupção que enfrenta, as organizações não-governamentais são em muitos casos consideradas mais ágeis e eficazes na consecução de objetivos pontuais, além de conferirem alguma legitimidade às políticas governamentais implementadas por parceria. O problema da escassez de recursos tem dois tipos de tratamento. Há parcerias que são estritamente provenientes da utilização de recursos públicos para a execução de projetos[4], enquanto outras são instituídas exatamente a partir

[4] Estas são reguladas em lei, que institui o próprio conceito de parceria entre ONGs e Estado. Ver a respeito o artigo de Cunca Bocayuva, publicado neste número de Proposta.

Mas, o que eu gostaria de frisar é que, mesmo no caso de uso de recursos públicos para projetos executados por este tipo de entidades privadas, a premissa dos pactos de universalização das políticas e direitos é substituída pela lógica de intervenções pontuais, que evidentemente façam diferença para os segmentos atingidos e que tenham sobretudo um efeito demonstração para o restante da sociedade. Trata-se, enfim, de um modelo de atuação social em que o Estado declina da reponsabilidade e da competência de combater a pobreza e a exclusão social, que lhe foram atribuídas pelos pactos liberais-democráticos do segundo pós-guerra deste século, reproduzidos na Constituição de 1988.

Neste sentido, os cidadãos tomados individualmente, as organizações comunitárias, sindicais e culturais existentes e as próprias ONGs são interpelados no sentido de, diante da escassez de recursos e das exigências dos "novos tempos", fazerem a sua parte. Isto significa que à diminuição da responsabilidade pública e à diluição da justiça social como valor fundante da esfera pública corresponde uma ampliação da responsabilidade individual e a afirmação de um espírito filantrópico de fundo religioso. Desenvolvem-se, assim, inúmeras iniciativas de resgate da solidariedade entre os cidadãos, com forte ênfase em seus deveres (não mais em seus direitos e, muito menos, em sua participação ativa nos destinos da sociedade) e em sua responsabilidade (moral, cívica) para com a comunidade (o grupo, a cidade ou a nação). Essas iniciativas, promovidas por diversas ONGs, igrejas, movimentos e outras associações da sociedade civil, não recusam por princípio a mediação estatal, mas nela não encontram inspiração, vigor e, muitas vezes, nem impulso original. Antes, revelam uma escolha estratégica de ação da cidadania, que se quer complementar à ação estatal ou oposta à sua inação e que constitui uma resposta à crise de cidadania com a decorrente perda do poder de atuação, normatização e integração da esfera pública (Leite e Abreu, 1994).



O ator que emerge é o cidadão orientado por um espírito cívico, que não se compromete com a pactuação da solidariedade e encontra inspiração numa reinvenção nacional do associativismo americano e de uma "dimensão religiosa pública" (Bellah, 1967), que combina valores e símbolos religiosos e nacionais numa prática cívica marcada pela solidariedade. No contexto de enfraquecimento dos espaços cívico-políticos de militância e de fragmentação e desarticulação dos atores sociais que vimos enfrentando nesta última década, diversas campanhas e atividades vêm oferecendo uma alternativa de se responder ao sentimento de injustiça e à vontade de atuar na sua superação. Trata-se, aqui, de recuperar a cidadania pelo ângulo da fraternidade e pela produção de uma nova fundamentação das relações solidárias, que abandona os pactos sociais e políticos e os substitui por ações cívico-moralizadoras das relações sociais.

Nesse quadro, algo se ganha e algo se perde. Há sem dúvida uma renovação do civismo e dos valores solidários, que produzem efeitos importantes para os segmentos atingidos por essas iniciativas. Muitas dessas iniciativas, difusas e fragmentadas, tendem porém a abdicar do debate e da disputa na esfera pública sobre a amplitude dos problemas da cidade, do estado e/ou do país, optando por lidar estritamente com seus efeitos. Com isso, deslocam-se do campo propriamente político de formulação, negociação e pactuação de interesses, abrindo mão da articulação de um compromisso público com os valores democráticos de universalização do bem-estar social. Operando com a perspectiva do fortalecimento dos atores sociais individuais e coletivos e da própria cidadania, entendo que esses elementos devam readquirir centralidade no repertório e na agenda das diversas organizações da sociedade civil comprometidas com a esfera pública democrática, com o bem-comum e a participação integral da cidadania nos destinos da sociedade brasileira.

Referências Bibliográficas

ABRANCHES, S.H. (1987), Política social e combate à pobreza. A Teoria da prática, in ABRANCHES et al. Política social e combate à pobreza, *RJ, Zahar.*

BELLAH, R. (1967). Civil religion in America, Daedalus, *96.*

BOCAYUVA, P.C.C. (1999). ONGs brasileiras: um campo institucional com novos significados, Proposta, *81.*

CARVALHO, J.M.(1996). Cidadania: tipos e percursos, Estudos Históricos, *vol. 9, n.18.*

LEITE, M.S.P. (1993). Que cidadãos somos e seremos nós?, Proposta, *57.*

_____ *e ABREU, H.B. (1994). Exclusão e miséria ou cidadania e justiça,* Proposta, *61.*

MANTEGA, G.e VANUCHI, P. (org.) (1997). Custo Brasil. Mitos e realidade, *2ª ed., Petrópolis, Vozes.*

RAMALHO, J.R. (1996), Trabalho precário, desemprego e pobreza: a nova face do mundo industrializado nos anos de 1990, Tempo e Presença, *288.*

SANTOS, W.G. (1987). Cidadania e justiça. *RJ, Campus.*

VIANNA, L.W. (1978). Liberalismo e Sindicato no Brasil. *2ª ed., RJ, Paz e Terra.*

ONGs brasileiras: um campo institucional com novos significados[1]

*Pedro Cláudio Cunca Bocayuva**

Nos anos noventa, a busca de uma melhor delimitação dos campos próprios de ação das diferentes organizações da sociedade civil representa um corte na vida associativa brasileira. Corolário da mudança estrutural na esfera econômica e das reorientações políticas de cunho neoliberal, assistimos uma reorganização da esfera própria dos sistemas institucionais ligados aos aspectos culturais e sociais que marcam a vida civil. A reforma do Estado, as novas disputas sobre os rumos do desenvolvimento, a modificação nas formas clássicas de ordenamento jurídico questionam a forma e conteúdo dos direitos estabelecidos no pacto político de transição materializado na Constituição de 1988. E é nesse contexto, e no de fortes ajustes econômicos que penalizam grandemente os investimentos e políticas sociais, que se define um novo marco legal para as entidades sem fins lucrativos. Fruto de uma articulação entre ONGs e outras organizações civis, governo e Conselho da Comunidade Solidária, foi aprovada pelo Congresso Nacional, por consenso e em prazo bastante rápido, e sancionada pela Presidência da República em 23 de março de 1999, a nova Lei das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público que, além de qualificar as pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, busca disciplinar as parcerias baseadas em recursos públicos para que essas organizações executem projetos. Ou seja, além de demarcar o campo onde operam as ONGs e outras entidades de finalidade social, institui o conceito de parceria para as relações dessas com o Estado. Assim, e agora ordenado juridicamente, cada vez mais o futuro das ONGs passa a estar ligado ao contexto das redes que, desde a sociedade civil e na relação com o Estado, definirão o sentido público da presença dessas entidades na cena brasileira.

Difusão e imaginário

Mas as organizações sem fins lucrativos ligadas aos mais diversos campos da vida social e aos processos públicos podem sair da esfera da sociedade civil, onde o privado ganha dimensão pública, e constituir-se tendo como referência os serviços e práticas de produção e reprodução social que acompanham o colapso do Estado e suas políticas? Será que publicizar os entes privados de interesse público e ampliar as esferas de democratização do público pode se dar como um movimento de consolidação de formas organizativas, capazes de operar em um processo de crise e reestruturação das formas de governo, do Estado, do direito e da cultura?

As novas metamorfoses do campo das ONGs parecem derivar menos das ameaças internacionais de diminuição do apoio financeiro, que de alguma forma se manteve, mesmo que concentrado em poucos parceiros e repactuados de forma adaptativa, do que de uma redefinição estrutural do campo das ONGs na sua relação com o espaço jurídico-político e no apoio interno: à emergência de novas determinações nascidas na sociedade nacional e à definição de novos padrões legais para o acesso aos recursos públicos, somam-se a redefinição dos atores sociais e movimentos populares, com o surgimento de

* Diretor da FASE.

[1] Este texto é uma versão resumida de um estudo mais longo realizado para a ALOP(Associação Latino-Americana de Organizações de Promoção) acerca do fortalecimento institucional das ONGs brasileiras.

redes e os condicionamentos da ideologia e das práticas que pretendem redefinir o social e o público a partir do primado das relações de mercado.

Assim, a atual etapa da vida institucional das ONGs está informada pelo esforço combinado de localizar pontos de estrangulamento e identificar, nos movimentos práticos e formulações sugeridas, eixos para fortalecer o protagonismo próprio da sociedade civil e de seus atores comprometidos com a mudança social. Estamos num contexto de emergência de uma nova significação do campo das ONGs na sociedade civil, oscilando entre um novo imaginário de esfera pública não-estatal (que vincula sociedade civil e sociedade política na perspectiva de uma democratização radical e no controle a participação cidadã, e uma americanização ativa da vida associativa e dos termos da relação e parceria com o Estado através da criação e legalização de um marco legal de terceiro setor.

Terceiro Setor

A designação de terceiro setor que provém da matriz anglo-saxônica se refere a uma dimensão de capital social e institucional que aponta para uma possibilidade de generalização da responsabilidade privada de cidadãos associados, através de entidades, para operarem em terrenos de interesse público e social. A Lei das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público parece corresponder a um campo de transição entre o atual enunciado do campo de ONGs como entidades civis sem fins lucrativos para um terreno que acentua a possibilidade de novas relações, através de parcerias, com o poder público. Se no antigo sistema de utilidade pública (para os que alcançavam essa classificação), os requisitos de entrada eram duros, no novo estatuto, a qualificação é favorecida mas indica uma perspectiva de riscos, incertezas e competição.

O Termo de Parceria parece criar um sentido de controle e fiscalização com duas faces, a do controle estatal, embora mais flexibilizado, e da limitação pelo sistema de representação constitucional através dos conselhos, que exigirá uma mudança cultural e novos instrumentos. É de se prever que as próprias ONGs se relacionem de forma geral pelas suas representações para interfirir e fortalecer os Conselhos e seus representantes, muito embora possam surgir contradições entre as próprias as ONGs, posto que elas podem estar dos dois lados da negociação: pleiteantes e concorrentes, de um lado, e, de outro, como representantes da sociedade nos Conselhos.

Para o universo tradicional das ONGs e para a Associação Brasileira da ONGs, Abong, o terceiro setor aparece como oportunidade prática de participação e acesso no terreno das parcerias com governos, mas como, em geral, os governos ainda são conservadores ou seus quadros técnicos não estão preparados para essa relação de novo tipo, muita água ainda vai correr. O fato é que com o reconhecimento tão amplo do espectro de atuação é provável que a abertura do marco legal exija mais flexibilidade e pragmatismo, ou então melhor definição das alianças na sociedade e com setores dos governos nos seus vários níveis de atuação.

Governo e sociedade

O futuro do termo ONG e do seu imaginário deve sofrer as metamorfoses no sentido do novo ciclo de institucionalização, e o interregno proposto pela lei só expressa um fenômeno já em curso, qual seja, a implosão conceitual das diferenças internas à sociedade civil. Se o imaginário e os princípios foram determinantes para a resistência de um sentido ético-político preciso para o termo, as viradas na esfera pública, por força da crise e reestruturação da base material e jurídico-política da sociedade brasileira nos últimos dez anos, vinham se fazendo sentir desde que, em 1994, o governo, através de seu programa da Comunidade Solidária, passou a intervir diretamente no campo da sociedade civil. Se pelo lado das políticas públicas permanentes, a atuação teve um impacto reativo, na face mais informal e focalizada de suas políticas, abriram-se inúmeras esferas de negociação e diversos projetos foram financiados mesmo que de maneira assistemática.

Muitas das ONGs passam a questionar novos estilos de atuação que poderiam ser classificados de neo-governamentais e marcam uma virada no estilo tradiconal de atuação, mas o que é certo é a generalização de algum grau de pragmatismo que desideologiza e cria áreas de diálogo pontual. No atacado, a retórica é mais dura do que no varejo, o que tanto representa um aporte mais adequado ao jogo democrático, quanto um risco de perda de criticidade e distanciamento do Estado. Por outro lado, o processo de mudanças na gestão financeira, nos sistemas de avaliação, na construção de indicadores e nas estratégias de marketing social, assim como nas modificações operadas no *mix* de financiamento de algumas ONGs indicam, também no plano micro, mudanças de estilo e perspectivas de fortalecimento institucional. É possível que a solução para este processo esteja num processo de apoio social e financeiro mais mesclado, sem uma substituição de dependências na passagem da esfera da cooperação internacional para a governamental. Nesse sentido, do ponto de vista do apoio possível junto às empresas, o cenário aponta para uma solução endógena com instituições próprias, tais como fundações, essas últimas também sofrendo com o impacto recessivo do ajuste fiscal e das elevadas taxas de juro.

Mas o diálogo e a tensão entre o conjunto de linguagens que visam reposicionar estratégicamente o campo não-governamental, os diferentes alinhamentos entre ONGs e dessas com diferentes sentidos e princípios de ação e suas diversas perspectivas de fontes de financiamento e bases de legitimação em face da sociedade civil e o Estado não impedem que, entre a qualificação de atores do campo popular e a visão de prestadores de serviços públicos, o campo das ONGs mescle o sentido da autonomia e da cidadania, com formas de dependência variada, em relação aos problemas suscitados pelas esferas públicas

emergentes e pelo marco legal informado pela problemática do terceiro setor.

O Futuro das ONGs

A particularidade que deve ser destacada aqui reside no fato de que a busca de democratização e de uma melhor qualificação da demanda da cidadania e do movimento social popular já estão, desde há muito, conectadas pela dimensão da esfera pública e imbricadas com a produção de resultados efetivos em termos de qualidade de vida para as populações envolvidas em necessidades e ou por ações públicas de efeito imediato sobre estas populações. A construção de atores sociais coletivos e a emergência de uma esfera pública ativa baseada na construção de direitos está fortemente condicionada pela capacidade de interferência real na forma e conteúdo das políticas de produção e reprodução social. Mais ainda, esse processo se torna decisivo quando se trata de unificar interesses dos setores populares e constituir a ligação entre atores sociais situados em condições sociais de identidades fragmentadas e sufocadas pela apartação social .

Este conjunto de questões deve concentrar grande parte dos esforços que visam permitir uma maior convergência das ações de ONGs e movimentos sociais para:

1. a articulação e a capacitação para uma atuação propositiva dos atores sociais em redes;
2. a ligação entre a forma e o conteúdo das políticas quanto às dimensões étnica e de gênero;
3. o fortalecimento e a difusão do potencial desencadeado por projetos demonstrativos locais;
4. a construção de novos instrumentos, em parceria, para o monitoramento direto de políticas sociais urbanas e rurais em diferentes esferas.

Mas para que os efeitos dessas ações se materializem de modo mais consistente, sempre que possível, o resultado e o impacto desses projetos e programas de monitoramento devem dar margem a intervenções mais sólidas nas políticas públicas. Para tanto, é fundamental que se explore as possibilidades de dar-lhes sustentação por meio de sua integração na própria política ou ação governamental em questão. O futuro das ONGs parece depender da combinação desses elementos, numa perspectiva ético-política de democratização do Estado e da sociedade, diretamente ligado ao desfecho das disputas sobre o modelo de desenvolvimento e as formas de regulação social.

Nesse cenário, ser ONG passa a significar buscar elos de ligação e construir redes. Significa buscar na cooperação e na solidariedade o sentido comunitário, sem o qual não existe espaço público e sem o qual a vida política declina e a violência e a desigualdade ganham campo. A busca dessa horizontalidade e desse espaço público a partir do social, mas sem se fechar nesse processo e sem abstrair as tramas do poder, parece ser a missão e o sentido das ONGs na definição e qualificação da cidadania e na prática e construção de direitos.[2]

[2] Vide *O impacto social do trabalho das ONGs no Brasil.*ABONG. São Paulo, 1998.

Rede de Inclusão Social: uma proposta da sociedade

*Ricardo Salles**

A questão da exclusão social, da miséria e da pobreza, principalmente depois da Ação da Cidadania Contra a Fome e a Miséria, deixou de estar vinculada exclusivamente às condições e ao ritmo do desenvolvimento econômico do país. O próprio presidente Fernando Henrique Cardoso, em sua primeira campanha eleitoral já definia que, no Brasil, a questão da miséria e da pobreza era mais um problema de injustiça do que de desempenho econômico. A proposta do governo de colocar em prática o programa da Comunidade Solidária vinha nesta esteira. Entretanto, na prática, a Comunidade Solidária está bem aquém do desejado. Em primeiro lugar porque tem subordinado suas definições e execução aos arranjos políticos de sustentação do governo, priorizando prefeituras, regiões, agentes de execução afinados com a coalização governista ou, no máximo, "neutros". Setores mais críticos e de oposição não estão incorporados na proposta. Em segundo lugar, e o mais importante, o governo dá absoluta prioridade para as medidas políticas e econômicas de combate à inflação - o que é positivo - e ao enxugamento do orçamento e ao pagamento da dívida externa - o que reduz enormente o alcance social do fim da inflação e o alcance das políticas sociais, mantidas abaixo do mínimo necessário. Ressalta-se ainda que, no Brasil, a questão da superação das iniquidades sociais nunca foi um problema de desenvolvimento econômico, mas de vontade política. Mesmo sendo o país que apresentou as maiores taxas de crescimento do Produto Interno Bruto no século, o Brasil chega ao fim do milênio como detentor do título de campeão de desigualdades sociais e de distribuição de renda. Este é um fato que não deixa margem a contestações. O governo atual, mais do que carente de uma vontade política de mudar, é continuador da política secular de exclusão. Sua notória subordinação aos interesses do setor financeiro mantém a questão social como secundária. Um exemplo desta subordinação e secundarização, também secular, pode ser encontrado nas recentes discussões sobre os cortes necessários no Orçamento da União e sua relação com a área social.

Compromisso. Na esteira dos acordos com o FMI, o governo buscou obter recursos junto aos bancos internacionais de desenvolvimento, Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento - Banco Mundial (BIRD) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Os recursos negociados só seriam liberados pelas instituições se fossem mantidos determinados gastos sociais pelo governo brasileiro. Entretanto, o compromisso assumido pelo governo de manutenção dos gastos sociais foi firmado sobre o orçamento já cortado, R$11,6 bilhões, e não sobre a proposta original de R$12,4 bilhões.No projeto de Orçamento inicialmente proposto pelo governo ao Congresso no contexto eleitoral estava prevista a ampliação dos gastos com despesas sociais em relação ao orçamento de 1998. Assim, as atividades incluídas na Rede de Proteção Social receberam uma dotação orçamentária de R$ 12,4 bilhões (que, por sinal, já foram objeto de crítica, por sua insuficiência, por parte de ONGs e entidades da sociedade civil) contra R$ 9,7 bilhões do Orçamento de 98. Em 09/11/99, depois das negociações com o FMI, o governo enviou novo projeto orçamentário para o Congresso em que eram previstos cortes que reduziam estes gastos para R$ 11,6 bilhões (Ver

* Historiador e Consultor da FASE Nacional

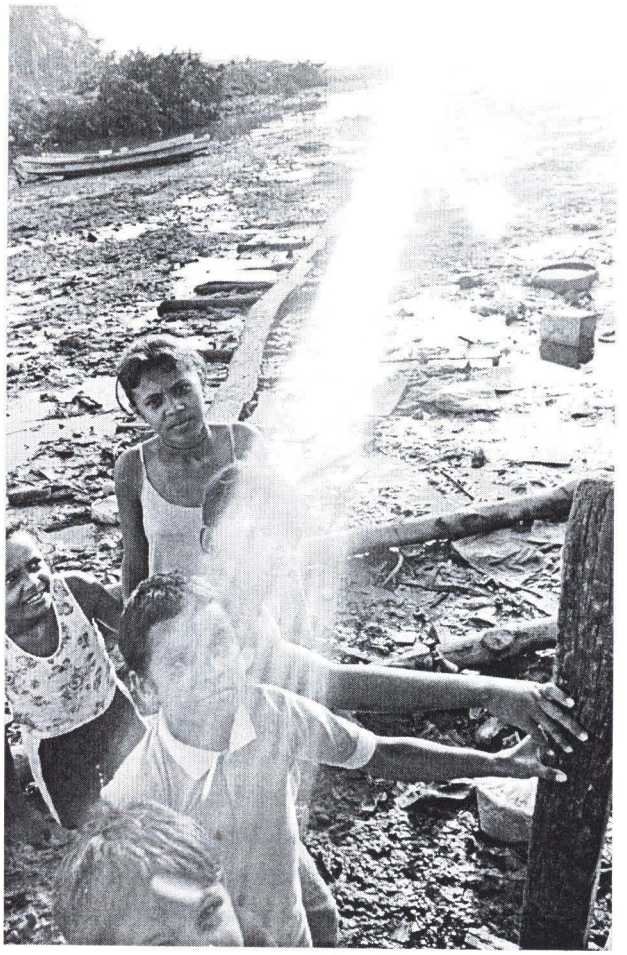
tabela). Nesta segunda proposta, os programas de Renda Mínima e de Combate ao Trabalho Infantil (Bolsa Escola) sofreram cortes de 80% e 50% respectivamente. No caso do Programa de Renda Mínima, dos R$ 320 milhões previstos, restaram R$ 54 milhões (Aurélio Vianna Jr., "Os gastos sociais e o pagamento do serviço da dívida externa", in O ajuste...). Este programa atenderá 36.700 famílias, 2,6% da meta original de 1.400.000 famílias. Este número, já insignificante, torna-se quase que macabro quando consideramos que o IPEA calcula em 10.300.000 o número de famílias que poderia se beneficiar do programa.

Tabela

Orçamento da Rede de Proteção Social (Em R$ 1.000)		
Item da Rede	**Proposta 31/08/98**	**Aprovado**
Educação	**1.742.465**	**1.905.216**
Trabalho	**5.701.020**	**5.275.220**
Saúde	**3.152.965**	**2.935.353**
TOTAL	**12.416.962**	**11.644.019**

Fonte: INESC-10/04/99 (adaptado)

Mas isso não é tudo. Importantes programas de natureza social foram deixados de fora da Rede de Proteção Social, como, por exemplo, atividades relacionadas à reforma agrária, de combate à pobreza rural e de ajuda aos povos indígenas. Além disso, a maior parte das atividades previstas na Rede de Proteção Social têm fontes condicionadas, isto é, são despesas que não podem ser cortadas ou alteradas por força da Constituição e da lei (Benefício ao Idoso e à Pessoa Deficiente e Seguro Desemprego, por exemplo). Assim, os recursos do BIRD e do BID estariam financiando gastos que já dispunham de verbas! As atividades com fontes condicionadas totalizam R$ 6,6 bilhões, ou seja, 56,8% do orçamento da Rede.



Contingenciamento. Finalmente, o governo tem contado ainda com outros mecanismos - que têm sido sistematicamente utilizados - para reduzir seus gastos com o social. O primeiro deles é o contingenciamento de parte dos recursos previstos no orçamento. Ao contigenciar recursos, o governo impede seu desembolso efetivo. Foram contingenciados 19% do orçamento aprovado no item "Outras Despesas Correntes", "Investimentos" e "Inversões Financeiras" que contêm R$ 1,7 bilhões destinados a atividades da Rede de Proteção Social. O segundo mecanismo é o de executar todas as despesas previstas ao longo do ano do orçamento, produzindo, desta forma, uma sobra. Esta sobra poderá - e será - utilizada para cobrir outras obrigações, como o pagamento do serviço da dívida, no orçamento seguinte. É preciso lembrar que, em 1998, o governo executou somente

87,7% do orçamento das atividades contidas na Rede de Proteção Social, R$ 8,6 bilhões de um total de R$ 9,7 bilhões (Ibidem). É evidente que algo semelhante pode ser esperado para este ano.

O fato é que o conceito de Rede de Proteção Social é inadequado para se pensar a realidade e as políticas sociais no Brasil. A idéia de uma rede de programas que proteja os setores sociais atingidos por uma crise econômica ou por políticas econômicas de ajuste financeiro pressupõe uma sociedade em que a ampla maioria tem meios de subsistência suficientes. Apenas uma minoria, imigrantes, idosos, doentes, desempregados, etc., teria necessidade de políticas de proteção. Este é o caso das sociedades dos países desenvolvidos. No Brasil, como no resto dos países periféricos, este conceito não dá conta de uma situação em que a maioria da população encontra-se estruturalmente, e não eventualmente, em situação de pobreza e de miséria. Neste caso, é necessária uma política sistemática e continuada de inclusão social. Esta política deve prever crescimento econômico, aumentos nos salários, redistribuição fiscal e serviços públicos sociais de qualidade e para todos. Tal política só obterá resultados expressivos num prazo relativamente longo. Por isso, programas especiais de inclusão e proteção social com amplo alcance em termos de população beneficiada e de duração prolongada, como o Programa de Renda Mínima e o Programa de Bolsa Escola, entre outros, são necessários para sua aceleração e para a melhoria imediata nas condições de vida dos mais pobres e miseráveis. Tratar-se-ia de uma Rede de Inclusão Social[1], conceito a ser debatido amplamente na sociedade, junto aos movimentos sociais, entidades da sociedade civil, no Congresso e entre as instâncias governamentais (governos federal, estaduais e municipais, ministérios e secretarias, etc.).

---

[1] A constatação da inadequação do conceito de Rede de Proteção Social e a necessidade de sua substituição por outro conceito do tipo Rede de Inclusão Social foram sugeridas por Mário Volpi, do Unicef, em reunião de diversas entidades realizada em São Paulo em 07/05/99. A reunião foi promovida pela Rede Brasil para discutir alternativas de ações em relação aos cortes no orçamento social promovido pelo governo.

Mudança. Na definição dos programas e ações de uma Rede de Inclusão Social, bem como no acompanhamento da dotação de verbas para sua execução e no monitoramento de seus resultados efetivos, as ONGs e demais entidades da sociedade civil poderiam desempenhar um importante papel. Sem prescindir da ação governamental e sem substituir os embates políticos mais amplos na sociedade brasileira, esta participação deveria se dar no sentido de garantir a constante ampliação da rede e sua legitimação junto à população de uma maneira geral. Este seria um passo decisivo na direção de uma mudança na própria mentalidade dominante em nossa sociedade que, secularmente, convive com a exclusão social em níveis inigualáveis no planeta. Além de metas específicas, a colocação em prática da Rede de Inclusão Social deveria implicar em um objetivo claro, no tempo e no espaço, para a superação desta situação, isto é, extirpar a miséria da sociedade brasileira, juntamente com outras mazelas correlatas, anafalbetismo, condições mínimas de saúde, habitação, etc., até o ano de 2010. Um projeto como este, por sua própria natureza, objetivos estruturais e dimensão temporal, deve necessariamente buscar transcender o âmbito de um outro governo, de uma ou outra coalização partidária. Deve ser amplamente negociado no Congresso, discutido com a sociedade e ter garantida, em sua definição, implementação e execução, o máximo de independência. Estas condições não podem ser garantidas somente através da relação governos-sociedade, ou mesmo partidos-sociedade. Elas requerem exatamente uma maior participação independente e cidadã da própria sociedade.

O objetivo não é o da obtenção de um consenso que apague as diferenças e divergências políticas entre partidos e setores da sociedade brasileira. Isto seria ilusório, vazio, enganador e, portanto, inócuo. Trata-se sim da luta pela construção de um terreno de disputa, luta e negociação em torno da questão social comum às mais diferentes expressões políticas e sociais da sociedade brasileira. Esta proposta, que visa criar condições de atuação conjunta e negociada entre o poder público e a sociedade civil, é bem mais avançada que a ênfase atual do governo na implementação de redes de entidades sociais que, em larga medida, terminam por eximí-lo de suas responsabilidades mais essenciais. Montar uma Rede de Inclusão Social, mais que uma mera utopia idealista e ingênua, como alguns poderiam pensar, é um dever dos setores mais conscientes da sociedade brasileira no sentido de construir e consolidar uma democracia fundada num mínimo de equidade social; é criar as condições para que esta democracia seja uma conquista e um bem dinâmicos e em constante aprimoramento da sociedade brasileira. O concurso das ONGs e demais entidades da sociedade civil para esta construção pode ser uma contribuição significativa para o Brasil do próximo milênio.

Abong: uma rede de compromissos e valores

*Sérgio Haddad**

Há alguns anos, em 1989, em uma reunião entre uma agência européia e seus parceiros no Brasil, o oficial de projetos surpreendeu a todos com a seguinte frase: só se organizam em redes aqueles que não têm trabalho para mostrar. Estávamos vivendo um momento inicial de discussão sobre constituição de redes, reunidos a partir de uma rede (de parceiros de uma agência européia), mas ainda bastante desconfiados dos seus resultados.

Talvez ainda estivéssemos marcados pelo longo período de ditadura e clandestinidade, onde uma ação mais aberta e transparente de troca e experimentação de trabalho conjunto fosse interpretada como uma exposição exagerada dos nossos segredos institucionais. Ou ainda estivéssemos marcados por uma lógica de competição entre entidades, onde o segredo seria a alma do mercado dos projetos. Enfim, qualquer que fosse a razão, a verdade era que víamos com muitas desconfianças as possibilidades de um trabalho articulado.

Poucos anos depois, por ocasião da Conferência Mundial para o Meio Ambiente, a ECO 92, ocorrida no Rio de Janeiro, o mundo inteiro, e particularmente os brasileiros, teve a oportunidade de acompanhar a enorme articulação de pessoas e entidades da sociedade civil no Fórum Global que se constituiu como uma ampla rede em defesa do meio ambiente e dos recursos naturais. Pouco tempo foi necessário para que as desconfianças sobre o trabalho com rede fossem dissipadas. Rapidamente diversas formas de articulação foram se constituindo e multiplicando em um movimento com inúmeros conceitos e denominações – redes, parcerias, plataformas, fóruns, articulações -, onde trabalhar juntos era o que importava.

Modelos. Hoje, várias são as formas de atores sociais, individuais e/ou coletivos, trabalharem juntos. Podem ser atores e instituições de um mesmo campo ou área da sociedade civil, como, por exemplo, naqueles relativos às relações de gênero, raça ou etnia; podem ser setores da sociedade civil visando um fim comum, como a luta pelo cancelamento da dívida externa; setores da sociedade civil e do Estado, como os conselhos de direitos e os orçamentos participativos; setores do mundo da produção, da sociedade civil e do Estado, como as câmaras setoriais. Enfim, a idéia de se articular em função de um objetivo ou problema passou a ser crescentemente uma forma de atuar. Dentre estes modelos de articulação, um deles é aquele denominado rede.

Em estudo recente, Ilse Scherer-Warren afirma que o conceito de rede, embora incorporado pelas

* Sérgio Haddad é presidente da Associação Brasileira de ONGs - ABONG e secretário executivo da ONG Ação Educativa

Manifestação do Greenpeace em Nova York

Ciências Sociais desde a década de 1940, vem se constituindo, nos anos recentes, num paradigma de análise bastante usado, porém com significados diferentes[1]. Depois de passar pelas várias abordagens no campo das ciências em geral, esta autora nos alerta para a necessidade de tratar tais conceitos a partir dos diversos pontos de vista. Um dos pontos de vista identificado por ela como um conceito propositivo é aquele que vem sendo empregado pelos atores coletivos dos movimentos sociais: "a idéia de rede como conceito propositivo utilizado por atores coletivos e movimentos sociais refere-se a uma estratégia de ação coletiva, i.e., a uma nova forma de organização e de ação (como rede). Subjacente a essa idéia, encontra-se, pois, uma nova visão do processo de mudança social - que considera fundamental a participação cidadã – e a forma de organização dos atores sociais para conduzir esse processo"[2].

Sob este ponto de vista, o pressuposto político para o trabalho em rede é a idéia de construção democrática em que as relações políticas seriam mais horizontalizadas e com maior reconhecimento e respeito às diversidades culturais e ao pluralismo ideológico. O conceito de rede se identifica, portanto, com o de democracia, na idéia de unidade, a partir da diversidade, com fins políticos. Neste sentido, se opõe à idéia de verticalidade decorrente de hierarquias e vanguardismos.

Ação coordenada. Ainda como pressuposto político, o conceito de rede aposta na possibilidade de conectar o local ou específico com o global, com o interesse mais geral de uma cidade, de uma região ou mesmo do planeta. Fica implícito que o que se espera é uma ação coordenada ente os diversos atores – os diretamente afetados, os intermediários, e, em alguns casos, os demandados – para que possam se integrar em mecanismos de atuação frente a uma dada situação.

Fortalecimento. No caso específico das Organizações Não-Governamentais - ONGs, suas redes podem ser identificadas como redes locais, regionais, nacionais ou internacionais, como redes temáticas, ou ainda em redes que combinam os dois critérios. Há redes constituídas

[1] SCHERER-WARREN, Ilse. *Cidadania sem fronteiras – ações coletivas na era da globalização.* São Paulo, Editora Hucitec 1999, p. 21.

[2] Idem.

pela sua natureza institucional, como, por exemplo, as pequenas e médias ONGs; ou redes associativas, como a Associação Brasileira de ONGs – ABONG, ou a ALOP. Podem ser ainda redes de ONGs que se articulam pelo tipo de trabalho que realizam - formação, informação ou ação coordenada e de troca de experiências -, ou ainda com fins de fortalecimento para um determinado fim.

Tradicionalmente o trabalho das ONGs esteve voltado ao fortalecimento de grupos da sociedade civil afetados por condições de desigualdade e/ou diversidade, visando a sua constituição como atores sociais em defesa dos seus interesses. A esta função primeira e primordial, as ONGs adicionaram o exercício de funções intermediárias, fortalecendo e azeitando mecanismos de comunicação entre estes atores sociais e outros setores da sociedade local, nacional, regional e mesmo internacional.

Mediação.Assim, as ONGs passam a atuar junto a um público mais amplo, através da mídia, de campanhas, manifestações públicas e atos políticos e culturais visando a construção de um campo simbólico de contestação, resistência e solidariedade cidadã em face de problemas sociais que demandam soluções prementes[3]. Buscam atingir com o seu trabalho os indivíduos e cidadãos não articulados aos temas específicos. Para isto passam a fazer a mediação entre setores organizados da sociedade - movimento negro, grupos de mulheres, sindicatos etc. - e outros setores da sociedade, nacionais ou internacionais.

Muitas destas redes de articulações se confrontam com outras redes, propiciando a constituição de redes de redes. Aí, os diversos temas se identificam como temas de complementariedade, visando construir articulações conjuntas.

Envolvimento. A globalização permitiu maiores possibilidades de comunicação, viagens e, portanto, de apoio às alianças e encontros necessários à construção de redes. Este é um aspecto positivo das tendências atuais do mundo global: poder globalizar as possibilidades de articulação das entidades da sociedade civil, buscando influir nas novas determinações do campo econômico. Isto tem sido feito tanto a partir da participação no monitoramento dos acordos de governos nas cúpulas globais, como também nas articulações paralelas, onde o envolvimento dos diversos atores da sociedade civil é condição fundamental.

Ainda no plano internacional, a idéia de uma sociedade global tem produzido diversas formas de manifestações através de redes. Elas vão se conformando com naturezas próprias. Podem tomar por base formas virtuais, através de redes de conexão computadorizadas, como, por exemplo, no caso da rede ATTAC, como podem ocorrer a partir da presença física de pessoas e organizações, como é o caso de redes mundiais de diretos humanos e de mulheres.

A idéia de redes globalizadas também se conforma a partir de ONGs que têm presença internacional, como é o caso do Greenpeace, WWF ou mesmo CARE e Anistia Internacional. Todos buscam impacto global para sua causa. O que está por trás desta discussão mais geral é a idéia de que os problemas locais, em uma época de globalização, só podem ser resolvidos de forma global, através de ações coordenadas.

Todas estas redes de ONGs se propõem a construir ou defender direitos ou identidades, fortalecer a sociedade civil e buscar constituir um espaço público de participação.

Complementariedade. Que fatores poderiam ser explicativos desta nova tendência? Uma explicação pode decorrer do fato de as ONGs juntarem-se entre si ou juntarem-se com outros atores ou grupos sociais para ter maior poder de intervenção social. Há uma idéia de complementariedade para o agir, como também a de ter maior força numérica para poder atuar. Até aí não parece que possa haver algo de novo no campo da intervenção social. O que há de novo é a idéia de busca de uma democracia horizontal com respeito às diferenças e à diversidade. É neste sentido que as ONGs vêm operando no plano da política nos anos recentes.

[3] Idem, ibdem, p. 84.

Outra explicação advém dos processos de democratização vividos pelos países da América Latina, que puseram em evidência pública as ONGs e o seu trabalho. Pelo bem ou pelo mal, elas passaram a ser mais reconhecidas, investigadas, incorporadas ao universo linguístico moderno. Isto trouxe um fator de publicização do conceito de ONG e de suas ações, tornando-as mais abertas ao público em geral, superando sua natureza genética de clandestinidade e de trabalho localizado para certos setores da sociedade. Puderam as ONGs se apresentar mais livremente e, conseqüentemente, mais afeitas à constituição de redes.

Desafio. A verdade, no entanto, é que todo o trabalho em rede tem o grande desafio de, além da busca de ações conjuntas entre setores e temas diversos, e da busca por construir a unidade na diversidade, incorporar os setores demandatários das diversas temáticas que constituem as redes. Muitas das redes constituídas podem cair na falsa concepção de que ao se constituírem em rede, por si só, estariam em condições de agir politicamente em nome dos demandatários. A verdade é que muitas das redes podem permanecer apenas como mais uma forma de intercâmbio de informações, sem necessariamente ter algum impacto sob o ponto de vista político, caso os demandatários não estejam presentes ou representados.

Que papel poderia ter a Associação Brasileira de ONGs, a ABONG, neste contexto? A ABONG é uma rede de ONGs. ONGs que são mediadoras de atores sociais demandatários de diversos direitos. Seu papel fundamental deve ser o de articulação de uma rede de compromissos e valores que vão além dos temas e direitos específicos de cada um dos seus participantes.

Como uma rede de compromissos e valores, deve participar da sociedade, ampliando seus espaços de intervenção e presença pública, com vistas a construir uma ação comunicativa e dialógica de formação de consensos entre os diversos interesses que seus associados representam. Faz isto tendo à frente uma luta mais geral, onde a democracia, a ética, a liberdade e a defesa da vida se articulam.

Fórum Global na Eco-92

Rubem César e Cândido Grzybowski: a sustentabilidade começa em casa

*Luiz Antônio C. de Carvalho**

Dirigentes de duas das mais importantes organizações não-governamentais brasileiras, com sede no Rio de Janeiro – o Instituto de Estudos da Religião, Iser, e o Instituto de Análises Sociais e Econômicas, o Ibase do Betinho – , Rubem César Fernandes e Cândido Grzybowski não abrem mão dos laços históricos de cooperação existentes entre suas organizações e múltiplas agências internacionais, mas avaliam que o desenvolvimento de suas entidades, o crescimento de sua autonomia e de suas condições de sustentabilidade dependem, entretanto, de uma alteração radical quanto a sua forma original de financiamento: posicionar-se, cada vez mais, de frente para o Estado nacional, mais próximas do universo das empresas e com um crescente apoio material direto dos cidadãos brasileiros.

Virada. Sob esse ponto de vista, impressiona a virada nos padrões de financiamento institucional já realizada pelo Iser. Operando um orçamento médio anual de cerca de dois milhões de dólares, ainda em 1995, a participação da chamada cooperação internacional no financiamento do Iser elevava-se a 74,47%, limitando-se os recursos locais (fundações, governos e empresas) a 25,53% do total. Em 1998, as contribuições de origem internacional recuam para 25,74% e, em uma total inversão dos padrões, a participação dos recursos locais atinge 74, 27% do total. "Antes de 1995, esclarece Rubem César, a dependência da cooperação internacional era ainda maior: sei até hoje os endereços de que dependia o Iser para sobreviver e tocar sua missão, Rue des Versailles..., e, talvez estivesse aí nossa especificidade com relação a outras ONGs, brinca, River Side Drive..., referindo-se à expressiva contribuição recebida de instituições ecumênicas/protestantes, com sede nos Estados Unidos, além das agências católicas ou européias, de que mais dependiam outras instituições brasileiras".

Quanto ao futuro, Rubem César imagina o Iser, sobretudo, como uma instituição prestadora de serviços de informação (pesquisa, estudos, avaliação etc.) e de formação, no campo das políticas públicas, recebendo por esses serviços tanto de organizações governamentais quanto não-governamentais

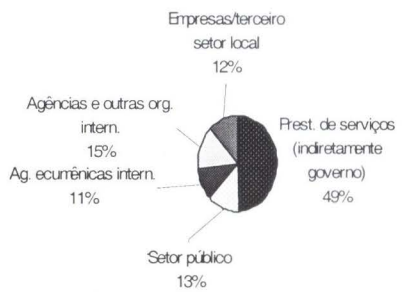
Já o Viva Rio, organização co-irmã do Iser e também liderada por Rubem César, parece filho de outros tempos e vocacionado para um relacionamento mais direto com a sociedade.

Coordenado por empresários, jornalistas, líderes religiosos e do terceiro setor, o Viva Rio nasceu financiado em 98% por recursos locais e sua evolução deve ser situada já nesse campo: de uma participação governamental inicial situada em torno de 40%, contra 60% de recursos empresariais, evoluiu, em 1998, para uma participação de 90% de recursos governamentais, obtidos, sobretudo, para a coordenação do projeto piloto do Serviço Civil Voluntário.

Fontes de financiamento do Iser

Em 1995

Em 1998



* Jornalista e consultor em comunicação e desenvolvimento.

Rubem César e a dependência internacional: *ainda sei de cor os endereços...*

Crise. Este *mix* de financiamento, extremamente dependente de verbas governamentais, explica-se pela grandiosidade dos recursos empregados na execução do Serviço Civil Voluntário, mas está longe de corresponder ao modelo sonhado por Rubem César para o Viva Rio. Em um quadro deste tipo, a organização tornar-se-ia demasiado vulnerável e dependente de fatores como crise econômica, políticas de ajustes e cortes governamentais nas áreas sociais e de qualificação ou até simples mudanças de governo. Um Viva Rio autônomo e sustentável, pensa Rubem, voltar-se-á para a prestação direta de serviços à sociedade brasileira, sejam indivíduos (seguros, crédito e assessoria na organização de cooperativas populares, por exemplo), sejam governos ou empresas interessados em uma execução ágil e qualificada de projetos sociais.

Cândido Grzybowski, do Ibase, vai além. Concorda com a fragilidade de qualquer modelo de financiamento demasiado dependente de uma única fonte e reconhece a instabilidade dos recursos públicos, mas esclarece que, no caso do Ibase, a mera diversificação das fontes não garantiria a sustentabilidade e a autonomia da instituição. Para tanto seriam necessários recursos, mesmo que menos volumosos, desatrelados de projetos e serviços específicos, recursos *livres* e disponíveis para cobrir exatamente aquelas necessidades mais estratégicas de intervenção política autônoma nas diferentes conjunturas. Assim, além de diversificar as fontes de financiamento, apelando diretamente à sociedade brasileira, o financiamento de um núcleo central formulador e gestor das linhas estratégicas da instituição torna-se prioritário, o que, de *per si*, redundaria na necessidade de definições institucionais mais claras da missão e do projeto do Ibase, de forma a poder apelar diretamente, e com chances de sucesso, ao apoio institucional externo e aos indivíduos e empresas brasileiras.

Autonomia e legitimidade social

As chamadas ONGs brasileiras de *desenvolvimento* estariam evoluindo, portanto, para um padrão comum a muitas de suas agências financiadoras internacionais. Seria o caso, por exemplo, da enorme Oxfam inglesa, que avalia como um dos elementos mais positivos do apoio direto dos cidadãos, seja através de suas lojas espalhadas pelo Reino Unido, seja pelas doações individuais, mais que a diversificação, a liberdade, a autonomia na determinação do destino desses recursos, que passariam a estar atrelados apenas à missão geral da entidade.

De outro lado, quanto mais recursos/apoio direto da sociedade obtidos pela instituição em si, maior a sua capacidade de negociação/obtenção de recursos públicos, em uma autêntica espiral ganha-ganha, ou perde-perde - depende da competência -, cujo elo decisivo passa a ser o apoiador indivídual, corporativo ou não, fonte de legitimidade e objeto até aqui, no Brasil, sobretudo dos apelos das ONGs *filantrópicas*.

Indivíduos. Assim, no *mix* de financiamento ideal imaginado por Cândido para o Ibase, a cooperação internacional deveria contribuir para o chamado financiamento institucional com cerca de 30 a 40% do total, incluindo-se aí as chamadas organizações multilaterais; os governos brasileiros, em diferentes níveis e através dos serviços prestados em avaliação/formulação alternativa de políticas públicas, compareceriam com cerca de 30%; as empresas com 20% e; finalmente, os doadores individuais, com cerca de 15% do total. Um quadro dramaticamente diverso do observado em 1993 quando, por exemplo, era nulo o apoio do público ao Ibase, a cooperação

internacional somava os já quase cabalísticos 74,17%, restando 5,38% ao governo, 12,3% às empresas e 8,16% às chamadas vendas de bens e serviços.

Evolução do financiamento do Ibase segundo as fontes (1993-1996). Em %

Fontes	1993	1994	1995	1996
Coop. Internacional não governamental	69,27	46,8	30,53	29,66
Cooperação multilateral	5,16	6,68	5,23	7,59
Governos brasileiros	5,38	7,14	11,18	5,45
Empresas locais	12,03	12,98	19,43	7,83
Vendas de bens e serviços	8,16	22,1	27,42	40,48
Apoio do público	-	0,29	0,24	-
Empréstimos	-	4,01	5,97	8,99

Fonte: Ibase

No caminho da *ratio* imaginada por Cândido talvez se deva explicitar alguns obstáculos objetivos criados pelo Estado brasileiro e ainda não superados pela nova lei das organizações sociais. De um lado, a dificuldade de transferir parte dos recursos obtidos junto aos governos, com a prestação de serviços, para a instituição como um todo, que, por sua vez, dá suporte/infra-estrutura aos projetos específicos e, de outro, a presunção de onisciência do Estado brasileiro, que resiste em conceder aos indivíduos, sobretudo pessoas físicas, a autonomia de decisão quanto ao destino de parte da contribuição que lhes é imposta[1].

[1] Na Inglaterra, por exemplo, as ONGs podem obter dos cidadãos o direito antecipado a parte de seu imposto a pagar, depois recebido diretamente do governo. No Brasil, o governo federal, mesmo quando concede isenção às pessoas físicas, o faz através de desconto *a posteriori*.

De seu lado, Cândido aponta ainda como obstáculos de natureza subjetiva, para a efetivação de um novo modelo de financiamento das ONGs brasileiras, a dificuldade técnico-profissional, gerencial e comercial para a produção de bens e serviços, que terminou obrigando o Ibase a prestigiar cada vez mais a terceirização (segundo Cândido, a empresa seria melhor para tudo que é comercial), e também a necessidade de superar mútuas desconfianças entre o mundo das empresas e ONGs, de forma a poder angariar, mais facilmente, apoios institucionais às ONGs brasileiras.

Cumpre ressaltar, finalmente, que nenhum dos modelos, para os quais transitam o Iser e o Ibase, abre mão da participação internacional. Isto porque, segundo Cândido Grzybowski, se é cada vez mais determinante para o futuro das organizações o apoio crescente das sociedades em que estão inseridas, a legitimidade não surge, entretanto, apenas internamente: *problema quando excessiva, também não é bom uma participação demasiado pequena da cooperação internacional no financiamento do Ibase. E acrescenta, em texto produzido para seminário acerca de alternativas de cooperação, o apoio financeiro internacional, independente de seu volume, é uma forma de internacionalizar a nossa atuação no plano local. (...Dá) mais visibilidade e legitimidade ao que propomos e fazemos.*

Cândido Grzybowski: *diversificação não garante autonomia.*

Antropóloga, professora da Faculdade de Serviço Social da UFRJ e autora de vários estudos sobre as organizações da sociedade civil no Brasil, Leilah Landim acaba de publicar, pela Editora NAU/ISER do Rio de Janeiro o livro *Ações em Sociedade – Militância, caridade, assistência etc.* Além de ouvi-la sobre algumas das questões decisivas para o futuro das ONGs no Brasil – seu papel na definição e execução da políticas públicas, a relação entre as chamadas ONGs de desenvolvimento com a filantropia etc.- a revista Proposta, em função do suplemento especial sobre a FASE, decidiu colher também sua opinião sobre uma das mais antigas ONGs brasileiras e que ela conhece tão bem.

Nossa entrevistada Leilah Landim.

Proposta. Leilah, de que trata seu novo livro?

O livro, do qual sou organizadora, além de textos meus, reúne trabalhos de vários autores, como Regina Novaes, Emerson Giumbelli, Fabíola Rohden e Sérgio Goes, com prefácio de Moacir Palmeira, resultados de pesquisas realizadas no quadro de um projeto que eu coordenei no ISER, chamado *Filantropia e Cidadania no Brasil.* Costumávamos chamar esse projeto de *Para além das ONGs*, na medida em que pretendemos estender as pesquisas que já realizávamos há anos sobre as ONGs para outras áreas, ou subconjuntos, de organizações, mobilizações, práticas, referidas à ação social privada, à ação voluntária de assistência, de prestação de serviços diversos à pobreza, no Brasil.

O livro se compõe, portanto, de resultados de pesquisas sobre ONGs; obras de ação social católica e as espíritas kardecistas; a filantropia empresarial e a Campanha contra a Fome. São textos que transitam em um terreno de iniciativas, associações, mobilizações sociais tanto antigas como novas, de visibilidade crescente e que - em função de sua natureza particular, ou de mudanças nas posições que vêm assumindo na sociedade brasileira (e não só) - parecem estar demandando novas, ou renovadas, elaborações conceituais para serem pensadas.

Uma das questões centrais que permeia essas pesquisas é a das relações, contaminações, ou interseções entre domínios diversos da vida social, da forma como aparecem nessas práticas e valores associadas à ação social. Ou seja,

analisamos as possíveis combinações, retraduções ou "coerências" insuspeitadas, no imaginário e nas práticas de determinados segmentos, entre religião e assistência social, entre religião e política, entre os valores associados à caridade e os associados à lógica da cidadania.

Os textos trazem elementos para pensar a questão do dinamismo, das estratégias e possibilidades originais de encontros entre diferentes esferas culturais na sociedade brasileira, ressaltando-se particularmente as interfaces possíveis entre o universo da sociedade civil e da institucionalidade, por um lado, e o das lógicas e relações sociais "paralelas", ou relativas a formas de sociabilidade consideradas "não políticas", por outro.

Proposta. O debate sobre o papel das ações assistenciais não parece algo bem resolvido pelas chamadas ONGs de desenvolvimento. Você observa alguma mudança nesse terreno?

As ONGs se construíram numa distinção fortemente marcada com relação a valores, práticas e organizações referidas à assistência social tradicional. No entanto, sempre realizaram projetos - em geral, localizados - envolvendo de alguma forma a prestação de serviços, ou a criação de dinâmicas que promovessem a melhoria material da vida de seus beneficiários/participantes. A tensão entre assistência e política (às vezes traduzida pela tensão técnico/educador) sempre esteve presente nesse campo das ONGs, que atuaram sistematicamente no sentido de exorcizar os perigos do *assistencialismo*. Afinal, uma das mágicas de seus trabalhos de intervenção sempre foi a transformação de atividades que trouxessem benefícios materiais à população (grupos de produção coletiva ou comunitária, cooperativas, comercialização direta, postos de saúde, geração de renda - os exemplos são intermináveis e clássicos) em ações com conseqüências também educativas, politizadoras e organizativas.

Essa distinção com relação ao campo reconhecido como da assistência é facilmente visível e explicável em um contexto como o brasileiro, onde é forte e disseminada, historicamente, uma *cultura da filantropia*. Estamos aqui diante do vasto e razoavelmente desconhecido (para a sociologia e para a militância) mundo das entidades ditas de assistência social privada, uma face menos pública e mais tradicional da *ação não governamental sem fins lucrativos* no Brasil - campo secularmente presente numa sociedade de grande religiosidade e de políticas sociais ineficientes e sobretudo excludentes. Certamente é nesse universo da *filantropia* que se forjam historicamente os valores predominantes na cultura das massas brasileiras com relação à ação social voluntária e que raramente têm a ver com o ideário do associativismo moderno. Há no contexto cultural *relacional* brasileiro um amplo campo para a valorização da caridade, da solidariedade pessoalizada, da abnegação, do envolvimento pessoal na doação (isso, de par com o outro lado da moeda, que é uma cultura estatista, que pensa a sociedade a partir do Estado, quase nunca visto sob a lógica da representação). Estamos aqui certamente mais próximos da *sociedade submersa*, da maioria da população, das culturas e das religiões populares, onde a ação voluntária tem mais peso e valor simbólico. Mais próximos das doações e iniciativas pessoais. E mais distantes da lógica do individualismo igualitário, da militância e dos movimentos organizados por onde transitam as ONGs, as quais, na sua história raramente estabeleceram pontes com essas áreas da vida social dos grupos populares. São outras as redes. É um universo vasto e diferenciado pelos agentes que mobiliza e pelos tipos de serviços que presta às camadas fragilizadas da população.

Segundo dados da Receita Federal de 1991, tabulados em pesquisa que realizamos no ISER,

55.369, ou cerca de 30% dentre as entidades registradas legalmente como sem fins lucrativos, no Brasil, eram classificadas como *Religiosas, Beneficentes ou de Assistência Social.* Essas iniciativas "invisíveis", com uma tradição de privatismo, de não se verem como públicas, freqüentemente ligadas a redes religiosas como a católica, a espírita e, em menor escala, a protestante, para o bem ou para o mal, provavelmente têm sido parte orgânica da estratégia de sobrevivência de determinados segmentos da população e vêm atuando de fato no vazio histórico deixado pelos poderes públicos com relação à pobreza. E é interessante observar que pesquisas mais recentes que vimos fazendo apontam para o continuado crescimento e vigor do campo de organizações privadas de assistência social.

Proposta. Qual o lugar dessas entidades na execução das chamadas políticas públicas?

Essas entidades sempre ocuparam um lugar nas práticas de certas políticas públicas, como a de saúde, ou de assistência social, por exemplo. Se isso não figura de modo claro enquanto formulação de políticas, criou-se, no entanto, um padrão de atuação. É impensável, na história do país, a execução de determinadas políticas sem a participação de certos conjuntos de organizações privadas sem fins lucrativos - e é significativo que no período getulista forjaram-se as leis para regular as relações do Estado com essas organizações (essas que só agora estão em discussão e reforma). A questão da colaboração do Estado com a sociedade quanto a políticas públicas é mais antiga e corrente do que se pensa, a partir do senso comum que se vem criando em torno do que seria uma "novidade" atual - o que não quer dizer, claro, que não esteja havendo transformações significativas nesse campo.

A questão de fundo colocada para o campo do ativismo social democrático é que, como se sabe, essas entidades sempre foram através dos tempos uma área virtual de manifestação dos vícios históricos da relação do Estado com a sociedade brasileira: clientelismos, favorecimentos políticos, desvio de fundos públicos para fins privados etc. E teriam contribuído para reforçar relações de hierarquia e desigualdade entre os grupos populares envolvidos com suas práticas, ou delas beneficiários.

Bem, essa é uma longa história que explica a politização das relações entre as ONGs e o campo da assistência social e as coloca em campos distintos - e até contraditórios.

Chegando, no entanto, à cena contemporânea - e não só no contexto brasileiro -, sabe-se que há uma retomada da questão da assistência e dos valores a ela associados, ou uma releitura dos seus significados e papéis. Isso vem ao lado de um reposicionamento das organizações de assistência social na sociedade, as quais parecem crescer e aparecer nos mais diversos contextos nacionais.

Uma interpretação corrente desse fenômeno é que estamos diante de uma "refilantropização" da questão social. A presença e a visibilidade de organizações, projetos, práticas, que visam a assistência material a segmentos vulneráveis e empobrecidos da população corresponderia fundamentalmente a um processo funcional no quadro de desmonte do Estado e dos direitos sociais, no contexto neoliberal. Essas organizações e iniciativas podem ser interpretadas como paliativos, ou substitutos de um Estado que se desresponsabiliza por políticas na área social, assumindo elas também funções de inculcar ideários liberais meritocráticos entre a população. Mas isso é um lado da medalha.

Proposta. Qual o papel das entidades filantrópicas propriamente ditas?

Há igualmente a possibilidade de ver nesse quadro contemporâneo de ações privadas voltadas para as questões sociais - e falo aqui do

Brasil - um outro movimento: a politização dentro desse campo da assim chamada assistência social. A própria democratização da sociedade, na medida em que torne possível e cada vez mais efetivo um maior controle sobre a ação "privada de sentido público", favorece essa tendência a um reposicionamento e à publicização de um campo de organizações e atividades que, na história do país, tem-se colocado na esfera do privado - freqüentemente, e por motivos diversos, evitando mesmo a visibilidade social. O fato é que organizações tradicionalmente voltadas par a assistência social também se contaminam com os discursos e as práticas da igualdade, da cidadania, dos direitos. Sobretudo e mais objetivamente, a própria existência dos novos espaços, na sociedade brasileira, constituídos por conselhos, orçamentos, experiências de gestão pública participativa, propicia a publicização das mais diversas organizações da sociedade civil. As entidades de assistência social, ou parte delas, vêm assumindo cada vez mais um protagonismo enquanto atores políticos no espaço público, ao lado de outros, como as ONGs. Inclusive, em alguns acontecimentos recentes - como a promulgação da LOAS, a extinção do CNSS e substituição pelo CNAS, ou a reforma do marco legal regulatório das organizações da sociedade civil - parece estar havendo alianças e aproximações entre as ONGs e as instituições de assistência social.

Nesses processos, está fundamentalmente em jogo, como pano de fundo, a já tão propalada questão das transformações recentes das relações do Estado com a sociedade civil. Desresponsabilização do Estado, atribuindo-se à sociedade o cumprimento de seus papéis e funções? Fortalecimento das organizações da sociedade civil na proposição, controle ou co-gestão de políticas de interesses populares, ou na promoção e defesa de direitos específicos e difusos?

Apenas como um ponto de partida, ou uma postura - já que não dá por si só elementos para uma análise - eu prefiro ver nesses processos, acontecimentos, espaços variados recentes, uma coexistência de possibilidades, um campo polissêmico, ou um campo de lutas entre projetos e interesses diversos. Estamos diante de acontecimentos novos na sociedade brasileira, os quais não eliminam, muito pelo contrário, a carga de uma história, de um tipo de institucionalidade, de uma cultura política, etc, que também se reproduz em novos espaços, na nossa melhor tradição de mudar conservando. Qualquer leitura linear não dá conta da complexidade e dos aspectos contraditórios desses novos fenômenos. É necessário um diálogo criativo e sem preguiça com a teoria e com a empiria, para enfrentar o conhecimento e a prática nesses novos terrenos. (Aliás, quanto a isso, começam a crescer estudos, uns mais descritivos, outros mais analíticos, realizados a partir das experiências das próprias ONGs no campo das políticas públicas, os quais constituem-se em um material rico para essas reflexões).

Proposta. Qual o futuro do termo ONG e também da identificação de um conjunto determinado de entidades na sociedade brasileira?

Acredito, por um lado, que se podem observar tendências a um uso, pelo senso comum, mais neutro e indiscriminado do termo ONG como sinônimo para qualquer organização sem finalidade lucrativa e voltada para a ação social. A própria visibilidade que assume hoje uma reconstruída questão da "ação social privada", ou da "ação privada em benefício público", ou dos papéis das "organizações da sociedade civil" nas sociedades contemporâneas contribui para diluir as conotações específicas da expressão ONG, agora recolocada em outros debates, com outros recortes. É sintomático dessas transformações o surgimento de novos e estratégicos termos no mercado, nesse final de década, para designar fenômenos e questões ligadas ao

chamado universo das organizações da sociedade civil. Terceiro Setor - mais uma importação - é talvez o mais significativo. Diferencia-se, e mesmo se contrapõe, a ONG, na medida em que não privilegia a particularização, mas ao contrário, traz a idéia de um grande universo de entidades - um "setor", terceiro espaço por referência ao Estado e ao mercado - minimizando ou diluindo diferenças. O termo tem conotações de valorização da colaboração e da positividade da interação, diluindo idéias de conflito e de politização.

Igualmente, dinâmicas sociais recentes que reposicionam antigas fronteiras e alianças na área das organizações da sociedade civil também poderiam vir a afetar esse conjunto de organizações na forma em que se estruturou nos últimos anos: por exemplo e como se disse, a politização e publicização do campo tradicional das organizações assistenciais, ou por outro lado, as recentes tentativas de algumas ONGs na qualificação para uma atuação na prestação massiva de serviços em âmbito de políticas públicas, ou ainda transformações nas relações de financiamento, com todas as suas consequências sociais e políticas. Isso sem falar na crise dos movimentos sociais e atores aos quais as ONGs se ligaram em sua história recente.

Há, dessa forma, vários fatores que poderiam afetar a constituição e reconhecimento de um "campo" das ONGs, da forma específica como se estruturou nos últimos anos. Mas isso são hipóteses sujeitas a maior verificação - ou ao tempo.

Proposta. Você faz parte do seu Conselho e, portanto, tem acompanhado a trajetória da FASE há muitos anos. Como acha que esse debate afeta a instituição?

Não só venho acompanhando a trajetória recente da FASE enquanto membro de seu Conselho Deliberativo, como nela trabalhei durante cerca de sete anos, na virada dos anos 70/80, época de ouro de movimentos sindicais e populares urbanos - os movimentos de bairros - para os quais se voltavam os trabalhos de assessoria da instituição, em várias partes do país.

A FASE é uma organização interessante por encarnar na perfeição, em sua própria trajetória, a história do nascimento e consolidação das ONGs na sociedade brasileira. Ou mais do que isso: reconstruir a trajetória da FASE, desde 1961, quando ela foi fundada – como há alguns anos eu fiz, desencavando documentos e publicações e entrevistando agentes de épocas diversas – é fazer uma verdadeira viagem através de uma história de transformações recentes no campo das organizações da sociedade civil no Brasil. Isso porque ela própria passou, em sua história, por verdadeiros avatares, como costumava definir o seu diretor Jorge Eduardo Durão. A trajetória da instituição é descontínua, ela não nasceu com um perfil organizacional próprio ao que identificamos como ONG. Aliás, um sinal dessas origens heterodoxas já está em seu próprio nome, onde aparece um termo insólito no campo das ONGs, a "assistência"- Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional. Nesse sentido, um "estudo de caso" da trajetória da FASE é significativo por remeter à diversidade de organizações, valores e práticas voltadas para a ação social, ou para o enfrentamento da questão social, no país.

A FASE nasce ainda no pré-64 voltada para ações assistenciais, ou - como definem alguns - assistencialistas, no que essa palavra traz de conotações de despolitização e de práticas paliativas pontuais. Surge já com abrangência nacional, com programas ligados a paróquias e outros espaços de Igreja. Nesse sentido, passa incólume pelo golpe militar. Inclusive e pelo contrário, é em meados de 64 que a FASE dá um passo fundamental para marcar sua presença de norte a sul, de leste a oeste: por iniciativa de seu fundador, o ativo e empreendedor Pe. Leising, implementa-se a Campanha de Motorização do

Clero, o que significava angariar recursos de várias fontes para distribuir carros para as paróquias, pelo Brasil afora. Assim foi que, de 63 a 67, fundaram-se 12 escritórios da FASE, de Manaus a Porto Alegre, e os "Informativos" da época nos dão conta de uma grande quantidade de iniciativas diversificadas levadas a cabo pela entidade, basicamente com caráter de "assessoria técnica" para a execução de projetos ligados a diferentes paróquias, organizações de assistência social, escolas, hospitais. Faziam-se campanhas de cunho assistencial - como coleta e distribuição de bens - e realizavam-se convênios com órgãos governamentais, empresas, CNBB, etc.

Por volta de 67, a FASE vai-se voltar - no que muitos consideram um segundo momento da instituição - para modelos de intervenção mais participativos, dentro dos ideários e práticas do chamado Desenvolvimento de Comunidade, de inspiração modernizante e desenvolvimentista e de origens e canais de disseminação marcadamente norte-americanos. Consolidam-se, através do programas da FASE, práticas renovadas de aproximação com a população pelos interiores do país a partir de diversos projetos marcados por essa "assistência científica", onde se demanda adesão aos assistidos (não só dar o peixe, mas ensinar a pescar) de caráter modernizador, forjando-se laços entre os agentes técnicos (assistentes sociais, médicos, agrônomos, etc.) e grupos sociais em diferentes contextos.

Proposta. Passa a priorizar a educação popular?

É em meados dos anos 70 que a FASE vai finalmente se converter às idéias e práticas da educação popular, da criação de organizações e contra-poderes nas bases da sociedade, do apoio aos movimentos populares e sindicais autônomos e da conquista de direitos e de cidadania, posicionando-se, então, no campo de oposição ao regime militar e de crítica ao sistema econômico. A FASE "vira" Centro de Educação Popular, "vira", portanto, ONG. Isso significou um enorme esforço institucional no sentido de formar um corpo de agentes identificados com uma virada no sentido da politização, secularização e profissionalização crescente no trabalho de intervenção social. Tratava-se de criar ideários comuns entre agentes de projetos do tipo educativo e comunitário, através de novos investimentos, novas aspirações e discursos colocados em práticas frequentemente antigas. Sobretudo, de novos posicionamentos na sociedade, subordinando a ação comunitária a objetivos e dinâmicas do campo da política na conjuntura autoritária da segunda metade dos anos 70. Novos agentes entram na organização e convertem-se antigos aos novos padrões. Em poucos anos, a relativamente grande estrutura nacional da FASE construíra uma nova linha comum de atuação no sentido apontado.

Ressalte-se que essa construção deu-se em cima de um capital de práticas e relações objetivas com segmentos populares que se vinha acumulando há anos. E, certamente, esses esforços internos de reestruturação e de

ruptura com um antigo modelo de atuação, em âmbito nacional, contribuíram para criar canais de comunicação, de debate interno e de gestão participativa, assim como um espírito de corpo que marcam positivamente, até hoje, o funcionamento da entidade, estando nas suas raízes. E talvez esse processo de "conversão" interna tenha contribuído para dar mais clareza, ou radicalidade às opções político-ideológicas da instituição, onde a distinção com relação às práticas meramente assistenciais, a um determinado momento, teve que ser levada a ferro e fogo.

Esse processo é significativo e concomitante ao "novo campo" de organizações privadas dedicadas à questão social que se criava na sociedade, o qual se construiu na ruptura e diferenciação com relação às instituições assistenciais tradicionais que conformam historicamente um vasto universo de agentes e iniciativas voltadas para a pobreza, para os grupos vulneráveis. Além da ruptura com o discurso e as práticas assistenciais tradicionais, as novas posições assumidas por essas organizações no campo político e social podem ser avaliadas, por exemplo, já nas suas formas de obtenção de recursos, que implicam na ruptura com determinadas alianças e relações na sociedade brasileira. Voltando ao caso exemplar da FASE, temos que, por volta de 1970, essa contava com 25.000 contribuintes individuais na sociedade brasileira, e eram inúmeras as suas interações com o campo empresarial. Por essa época, 81% de seus recursos vinham de fontes no país. Já em 1977, reposicionada a instituição para o campo da oposição política, cortam-se forçosamente relações de apoio financeiro no país: vemos que 74% de seus recursos vinham das conhecidas agências de cooperação internacional que fazem parte das condições de existência do campo das ONGs. Mas, sobretudo, essas mudanças traduzem-se por essa época na construção de fortes relações com os movimentos sociais que cresciam no país.

Voltando especificamente ao caso da FASE, ela converte o enraizamento, dado pela sua própria história, em trabalhos de intervenção nas bases da sociedade, em novas e estreitas articulações com movimentos sociais diversos, sobretudo no campo popular, a partir da segunda metade dos anos 70 e durante os 80. A legitimidade que vai adquirir como protagonista institucional na cena pública brasileira, quando as ONGs consolidam-se enquanto tais, estará ancorada certamente nessas diversificadas relações construídas com segmentos e movimentos na sociedade brasileira, em uma história de três décadas. Não é por acaso que essa organização - ao lado de outras, como o IBASE, o ISER, o IDAC, o CEDAC, etc. - foi pioneira, desde meados dos anos 90, nos esforços de construção da identidade de um conjunto de organizações voltadas para o campo popular e de construção de cidadania, no Brasil, tendo sido também uma das principais convocadoras na fundação da ABONG.

Proposta. Como você vê a FASE hoje e o seu futuro?

Como se sabe e tem sido discutido, há algum tempo as ONGs vêm-se institucionalizando e construindo um protagonismo próprio, enquanto atores na sociedade brasileira. Isso se dá por uma conjunção de fatores, incluindo as dinâmicas internacionais onde se inserem de modo particular essas organizações. Uma das questões a ser ressaltada nessas transformações recentes é exatamente a institucionalização dos movimentos sociais e, além disso, o que se vem chamando de crise, de enfraquecimento, dos movimentos sociais nesse final de século.

Por um lado, concomitantemente ao processo de democratização, os movimentos sociais dos anos 70/80, aos quais as ONGs - e, como se viu, a FASE - prestavam trabalhos de assessoria e apoio, cresceram, consolidaram-se e se institucionalizaram. Isso esvaziou a identidade auxiliar, a identidade de apoio, que

caracterizou a criação desse conjunto de organizações, e particularmente a FASE.

A perda de vitalidade, a crise de adesão, o desprestígio que vemos quanto à grande parte desses movimentos reforçou esse processo. Tudo isso, como se vem dizendo, contribuiu para o processo de construção, por parte das ONGs, de seu protagonismo próprio no espaço público. Mas, é claro que há vicissitudes nesse movimento, sendo uma das maiores o risco de perder a interlocução e os canais de relação com os segmentos da sociedade ao lado de cujos interesses se está posicionado, ou de perder - por isso mesmo - a capacidade de intervenção efetiva e com conseqüências concretas no espaço político ou social.

É nesse sentido que sou otimista quanto aos rumos do trabalho da FASE - e por isso, remeti à sua história, que pode ser uma dimensão que ajuda a compreender o que essa entidade é hoje, e às suas virtualidades. Por um lado, do ponto de vista da conformação institucional, chega a ser surpreendente como a instituição tem mantido uma capacidade de gestão eficiente e participativa, sendo tão amplo o seu âmbito espacial de atuação e tão grande a sua estrutura. Nesse sentido, ressalte-se a combinação de efetivas transformações nos métodos de administração e gestão, com traços de continuidade que preservam estilos de trabalho e a memória institucional - é o caso de funcionários antigos, que acompanharam as diversas etapas por que passou a instituição, pontuando equipes em locais diversos do país. A questão da manutenção de uma razoável coerência e unidade em linhas de atuação, atualizada em atividades as mais diversas e em diferentes contextos regionais também é uma marca da FASE, preservada através dos anos. Ou seja, a instituição opta não pela diversidade, ou um estilo mais federado em equipes regionais autônomas, mas sim pelo debate que leve a uma definição de linhas claras de atuação, renovadas por diferentes conjunturas. É bem sucedida quanto à execução dessa opção.

Mas além disso, e me reportando ao que disse acima, a FASE - ao mesmo tempo em que foi uma das ONGs que mais investiu na conformação de um protagonismo próprio - tem a característica particular de manter vínculos sociais efetivos com lideranças e participação em espaços significativos na sociedade civil, sobretudo no campo popular.

Ou seja, a FASE manteve uma tradição de ligação com determinados segmentos sociais, ao mesmo tempo em que vem alargando o campo de interlocutores e diversificando estilos e temáticas de trabalho, acompanhando a complexidade crescente do campo das organizações da sociedade civil, de suas relações entre si e com o Estado, da conformação de uma esfera pública ampliada, questões que se colocam no centro da agenda nesse final de década. Tem desenvolvido trabalhos em Foruns diversos, na interferência no campo de políticas públicas, na experimentação de projetos pontuais educativos e demonstrativos; tem diversificado seus temas de intervenção, como gênero, desenvolvimento sustentável, relações internacionais, geração de emprego e renda, etc.

Claro, a história da instituição também pode ter deixado marcas que merecem ser alteradas. Ousaria dizer que uma delas é a relativamente baixa capacidade que a FASE tem de tornar mais visíveis seu projeto e seus diversificados trabalhos. De tornar mais visível, em suma, sua intervenção própria e particular como ator no espaço público. A publicização de seu discurso, de suas propostas e sobretudo de suas atividades - que estão longe de serem virtuais - pode contribuir para o debate público sobre essas próprias atividades, sobre as ONGs, as organizações da sociedade civil e seus papéis, assim como contribuir para a consolidação do reconhecimento e a legitimidade da FASE enquanto ator na sociedade brasileira. É necessário vencer uma certa timidez, nesse plano, que talvez também tenha sido construída através dessa sólida história de atividades "a serviço" de grupos e movimentos sociais.

Quem somos, de onde viemos, nossas perspectivas
Jorge Eduardo Saavedra Durão,
Pe. Edmund Leising,
Jean-Pierre Leroy

Ações:

Trabalho e renda
• Cooperativas: alternativa viável e socialmente justa ao desemprego
• *Geração* ajuda diagnóstico e divulga saídas

Cidade Melhor
• Ensino, pesquisa e ação social
• Qualidade de vida depende de saneamento

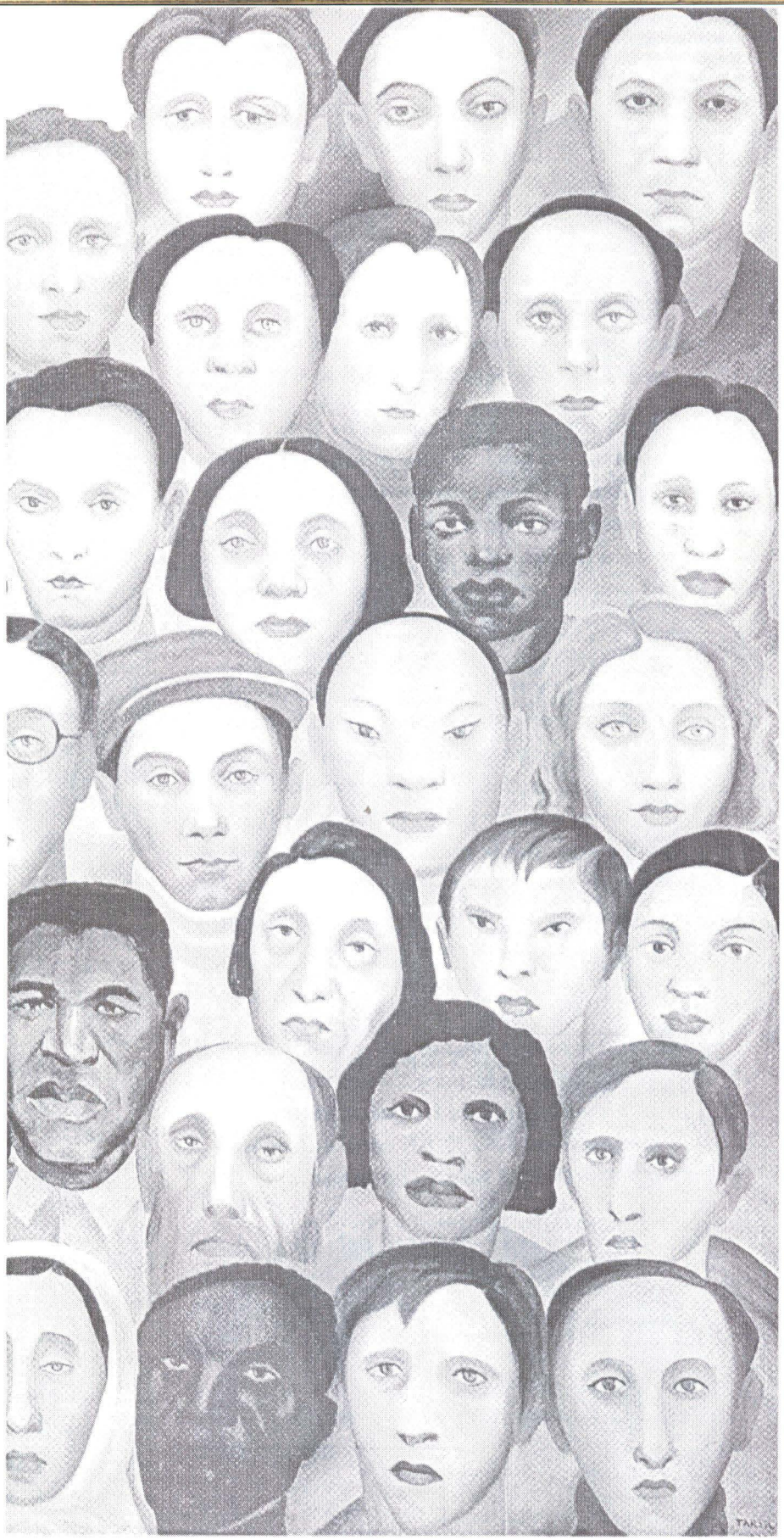
Meio ambiente
• Certificação florestal: produto *politicamente correto*

Informação Alternativa
A força das redes
500 Anos
Pequenos Projetos
Agenda Nacional.

A FASE pelo Brasil

Bahia
Espírito Santo
Mato Grosso
Pará
Pernambuco
Rio de Janeiro;

Suplemento especial da Revista Proposta de Junho de 1999



Porque vale a pena apoiar o trabalho da FASE

Vinda do seringal Bagaço, as primeiras organizações sociais que passaram a fazer parte do meu cotidiano vieram do movimento sindical e da igreja. Os últimos 30 anos de luta dos trabalhadores do Acre não podem ser contados sem considerar o papel central desses movimentos.

Do outro lado dos rios, de Santarém, Maranhão e Belém, um outro movimento sindical também reagia às investidas da colonização autoritária. Daquele oriente amazônico, entre as organizações sociais que passei a ouvir falar, estava a FASE.

Apenas mais tarde pude compreender que se tratava de uma importante referência da luta social em todo o país, com a particularidade de ter crescido no vértice entre os sindicatos e as novas ONGs, e também entre o sudeste, o nordeste e a Amazônia.

Há muito, muito mesmo para ainda se fazer em favor da cidadania e do desenvolvimento justo e sustentável do Brasil, e, com certeza, a experiência da FASE continua sendo essencial nesta caminhada.

Marina Silva - senadora pelo PT do Acre e líder do bloco de oposição do Senado.
Coordenação de Meio Ambiente, Desenvolvimento e Temas Nacionais

Porque apoiar o trabalho da FASE

Jorge Eduardo Saavedra Durão
Diretor Executivo da FASE

Fundada há quase 40 anos, a FASE se consolidou como uma verdadeira escola de cidadania, responsável pela educação de milhares de ativistas e lideranças dos movimentos sociais e tendo contribuído de forma singular para o surgimento de novos atores coletivos no Brasil e na América Latina. Presente na resistência de posseiros e agricultores familiares à brutal ocupação capitalista na fronteira agrícola amazônica nos anos 70 e 80, pioneira na organização dos movimento populares urbanos e com papel importante nos processos que levaram à criação da Central Única dos Trabalhadores - constituindo-se ela mesma em uma das matrizes da formação sindical naquele período -, a FASE alargou sua percepção da dimensão cultural da desigualdade na sociedade brasileira, em especial no tocante às relações de gênero e à questão étnica, incorporou uma perspectiva sócio-ambiental, renovou-se e está sempre aberta para novas questões e movimentos sociais.

Com este olhar, teve, por exemplo, iniciativas inovadoras como a produção do Índice de Desenvolvimento Humano, IDH, da população afrdescendente no Brasil, que evidenciou ainda mais a natureza racista da desigualdade que marca vergonhosamente nossa sociedade. Ou ainda, junto aos setores mais excluídos e vulneráveis – por exemplo, carvoeiros no Espírito Santo, trabalhadores urbanos e rurais analfabetos e desempregados na zona cacaueira da Bahia, ou jovens em situação de risco na Baixada Fluminense -, onde o trabalho da FASE não se limita ao apoio direto, através da educação, alfabetização ou organização para a conquista autônoma de seus direitos básicos, mas estende-se à mobilização de órgãos do poder público e legislativo, além de sensibilizar a opinião pública, através da intensificação no uso da mídia. Com a

vantagem de atuar em escala local, regional, nacional e internacional, potencializando experimentos locais, a FASE, aposta, nas articulações da esfera pública nesses diferentes níveis e caminha sempre na contramão da fragmentação da esfera pública, do enfraquecimento dos atores sociais populares e da negação dos direitos, muitos dos quais consagrados na Constituição brasileira.

Com uma arraigada compreensão de que a construção de uma sociedade democrática no Brasil só pode ser a resultante de um processo coletivo, de uma síntese de projetos de inúmeros atores coletivos populares, e da contribuição de um universo amplo de organizações democráticas da sociedade – entre as quais as ONGs - e para cuja articulação, construção de parcerias redes e espaços comuns tem revelado uma vocação muito especial, a FASE não abre mão de uma perspectiva crítica ao modelo de desenvolvimento imposto à sociedade brasileira, baseado na ocupação violenta do território brasileiro, homogeneizador e excludente, socialmente injusto e ambientalmente insustentável. Mas sua adesão às múltiplas resistências aos processos sociais de expropriação dos setores populares e de redução da sociodiversidade não impediu que conservasse e ampliasse seu reconhecimento público, como interlocutor legítimo e reconhecido tanto dos movimentos sociais quanto do Estado brasileiro e da cooperação internacional para o desenvolvimento.

Diante dos impasses vividos coletivamente pela sociedade brasileira, bloqueada até mesmo nas suas perspectivas de crescimento econômico, debatendo-se com a negação permanente das sempre renovadas promessas do desenvolvimento e mergulhada nas contradições de uma inserção produtiva internacional que não lhe reserva nada mais do que um papel econômico subordinado, sem perspectivas de sustentabilidade e de construção de uma ordem econômica compatível com a eqüidade e a justiça social, a FASE precisa de você para apoiá-la no enfrentamento dos desafios ainda mais instigantes que o futuro parece reservar ao nosso país. Portanto, não vacile: vale a pena tornar-se amigo e colaborador da FASE.

A FASE antecipou aquilo que a reunião de Puebla - de todos os bispos da América Latina - nos propôs.

D. Paulo Evaristo Arnes,
Bispo de S. Paulo

A FASE sempre esteve com a FETAGRI e a CUT desde a formulação da estratégia da luta de massas que desembocou nos Gritos da Terra, bem como na formulação de políticas reivindicadas e conquistadas por este movimento.

Airton Faleiro,
Presidente FETAGRI PA/Amapá.

Queremos expressar o reconhecimento da Diocese de São Mateus pela importância dos trabalhos que a FASE vem realizando na tentativa de construção mínima da cidadania de um povo em exclusão crítica em nosso Estado.

D. Aldo Gerna,
Bispo de São Mateus

Um exemplo de organização democrática, transparente e comprometida com o aperfeiçoamento das organizações da sociedade civil, a FASE foi uma liderança marcante no processo preparatório da Rio 92

João Paulo Capobianco
Membro do Instituto Sócio-Ambiental

FASE: uma forma avançada de servir e educar desde 1961

*Pe. Edmund Leising**
*Jean-Pierre Leroy***

A FASE - Federação de Órgãos de Assistência Social e Educacional - foi criada em 1961 por um grupo de pessoas lideradas por William Brown, Mons. Alfred Schneider da Catholic Relief Services (CRS) do Brasil, Mons. Joseph Gremillion, Diretor Mundial para o Desenvolvimento Sócio-educativo da CRS e pelo Pe Edmund Leising, Diretor Regional para os estados de São Paulo, Paraná, Mato Grosso e sul de Minas Gerais da Caritas Brasileira. As experiências do Pe. Leising nesta instituição se constituíram na matéria-prima para a montagem da FASE. Em 1962, com a saída do Brasil de William Brown e do Mons. Schneider, o Pe. Leising assumiu os cargos de Diretor de Desenvolvimento Sócio-educativo para a América do Sul e Diretor para o Brasil da CRS, órgão da Conferência dos Bispos dos Estados Unidos. Assumiu ainda a responsabilidade de implementar a proposta da FASE.

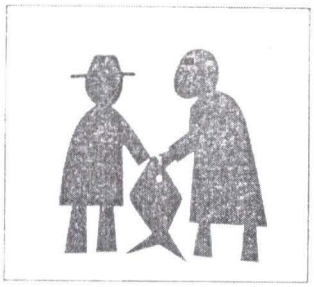
Pe. Edmund Leising fundador da FASE.

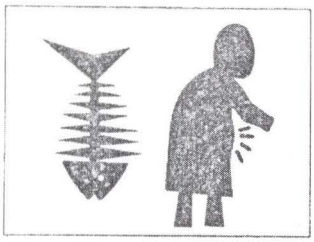
Como indica seu próprio nome, a FASE foi criada como uma federação que se propunha a congregar entidades isoladas, inter-relacionando-as em prol do bem estar comum. Mesmo sendo uma organização civil independente de qualquer Igreja, ela reconhecia a presença da fé religiosa na cultura brasileira. Por isso promoveu, desde o seu início, o diálogo ecumênico entre as entidades assessoradas por ela.

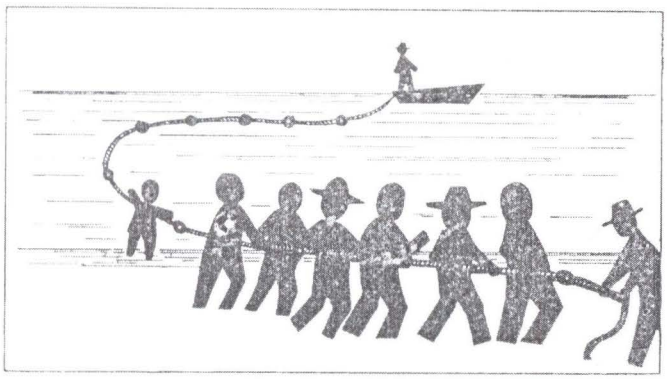
A criação da FASE partiu muito mais da vivência cotidiana das entidades do que de grandes teorias. Havia uma percepção que os recursos destinados às entidades de base eram, em parte, desperdiçados por falta de assessoria técnica, administrativa e financeira. Estavam disponíveis os recursos humanos e os meios financeiros, provenientes do Brasil e do exterior, mas faltavam o planejamento das obras e das atividades e entidades capazes de reproduzirem estes recursos no sentido de obter sua auto-suficiência. Assim, por exemplo, o CRS enviou US$ 24 milhões de dólares em um ano, que foram consumidos diretamente, sem que gerassem a montagem de uma estrutura mais permanente autônoma de apoio aos diferentes projetos. Parecia mais fácil, uma vez consumidos os recursos, pleitear - e obter - mais auxílio financeiro e humano junto a fontes no exte-

* Fundador da FASE e atual dirigente do Centro Ecumênico de Ação e Reflexão-CEAR

** Ex-Diretor Executivo e atual Coordenador da Área de Meio Ambiente e Desenvolvimento da FASE



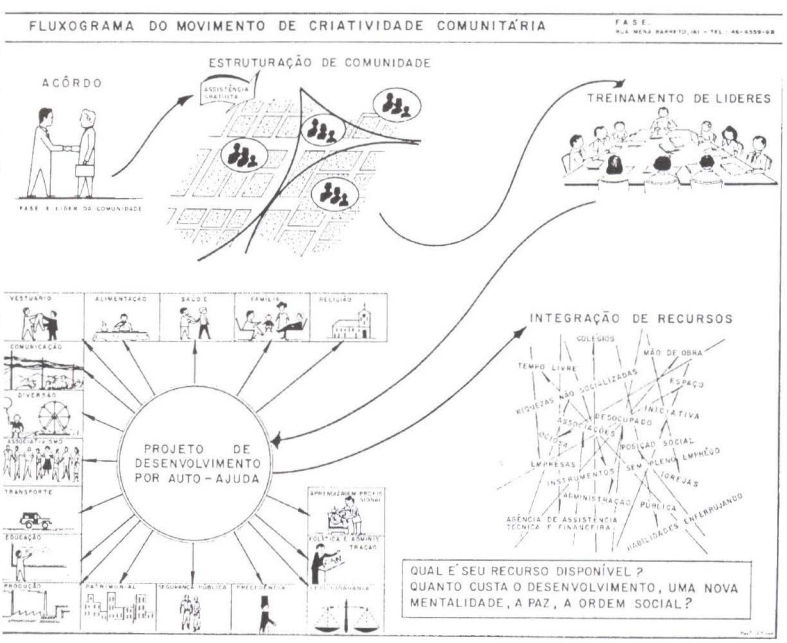




rior. Para mudar este quadro, Pe. Leising organizou a Campanha da Fraternidade que visava incrementar a conscientização e o inter-relacionamento entre as diferentes entidades de base.

A ação da FASE em sua primeira década de existência atingiu seus objetivos de federar órgãos que realizavam trabalhos sociais de base, potencializando sua ação e promovendo sua autonomia. Neste sentido, realizou um convênio com a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE que forneceu parte dos recursos para a implementação de inúmeros projetos administrados isoladamente por diversas entidades. Para apoiar a execução destes projetos, a FASE viu-se compelida à criação de departamentos, Jurídico, Assistência Social, Cooperativismo, Motorização e Sociologia. Foram ainda criados grupos de técnicos da FASE em Cometá, Belém, Fortaleza, Garanhuns, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Santarém, São Luís, São Paulo e Vitória. Por sua vez, a partir desta estrutura profissional, foi montada uma de apoio voluntário com a criação dos Voluntários do Brasil, que, provenientes do Sul e do Sudeste, dedicavam dois anos de suas vidas em atividades desenvolvidas no Norte e no Nordeste. Havia também os Voluntários do Papa, do Peace Corps, da Alemanha e da Inglaterra. Numa espiral virtuosa, o conjunto deste trabalho atraiu maior credibilidade para a entidade, que chegou a contar com mais de 30 mil contribuintes individuais.

A participação da comunidade, presente nas intenções desde o começo, encontrará um grande desenvolvimento a partir de 1968 com o Movimento de Criatividade Comunitário – MCC, voltado para a capacitação de recursos humanos.. Segundo Minayo e Valla, "a proposta MCC se inspira, por um lado, na 'teoria científica' da organização humana, cuja visão do mundo encara a sociedade como sendo composta de 14 sistemas: parentesco, sanitário, manutenção, lealdade, cooperativismo, lazer, viário, pedagógico, religioso, jurídico, segurança, propriedade, comunicação e administração; se inspira por outro lado na encíclica *Populorum Progressio*, especialmente às partes referentes à programação, planificação técnica, missões de desenvolvimento, qualidade de peritos



Organograma do Movimento de Criatividade Comunitário - MCC.

voluntários". Em poucos anos, a FASE treinará centenas de comunidades e milhares de pessoas.

Assim, embora a FASE tenha mudado profundamente, é interessante observar que ela mantém até hoje algumas características já presentes nessa época: a intermediação de recursos, a importância que dá a uma assessoria profissional e a centralidade da participação da sociedade.

EM JUNHO DE 1968, NOSSO INFORMATIVO ESCLARECIA: (...) A FASE VIAJOU MAIS DE 300.000 KM DE SUL A NORTE DO PAÍS E TEVE QUE DAR RESPOSTA A MAIS OU MENOS 500.000 PERGUNTAS.

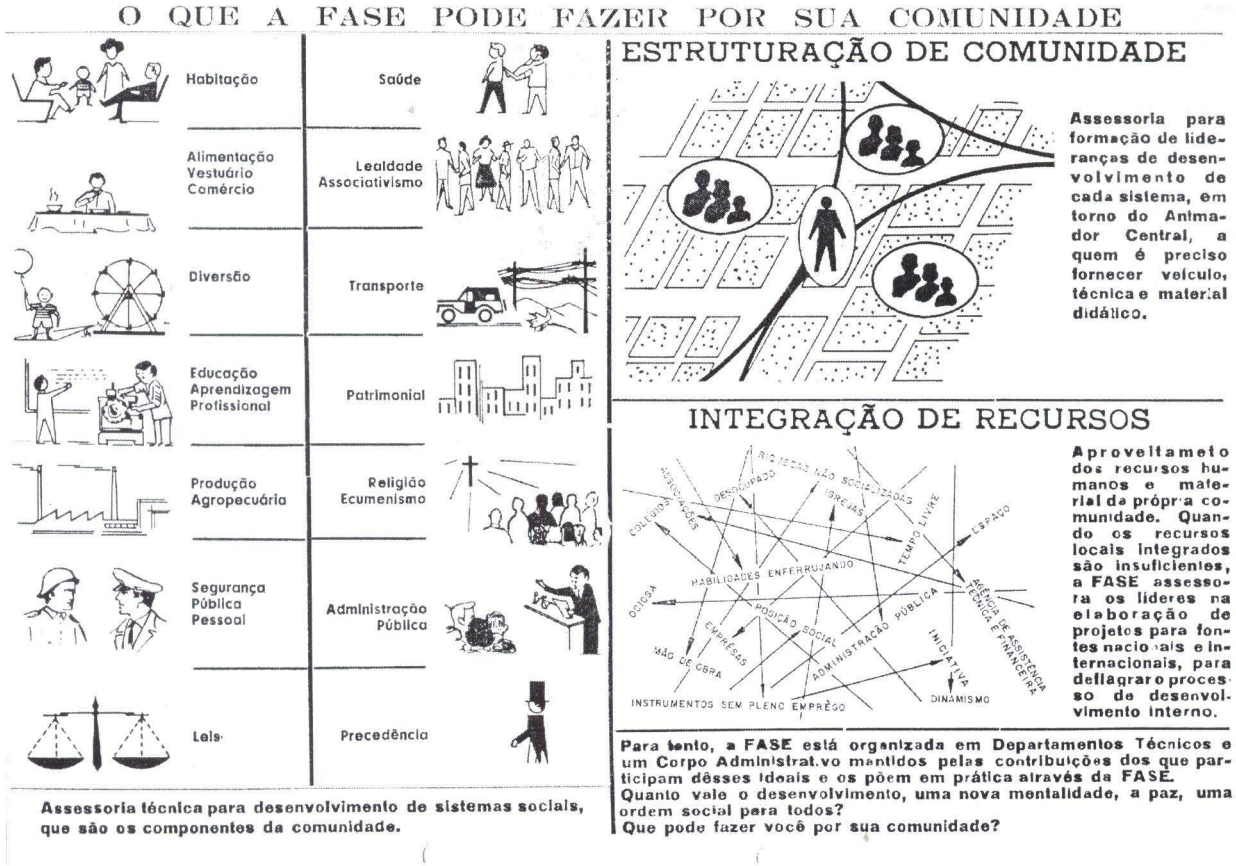
- RESPOSTAS DE ENCICLOPÉDIA?

- NÃO. RESPOSTAS CUIDADOSAMENTE PREPARADAS POR SEUS TÉCNICOS, QUE NÃO APLICAM MECANICAMENTE CONHECIMENTOS ADQUIRIDOS, MAS TRANSFORMARAM A FASE EM LABORATÓRIO DE PESQUISA, DE INVESTIGAÇÃO DE NOVAS SOLUÇÕES, DE CRIATIVIDADE NO CAMPO DA PROMOÇÃO SOCIAL.

Se os 14 sistemas do MCC levavam a uma visão fragmentada da sociedade, sua implementação, em contrapartida, aproximava os técnicos do povo, acrescentava ao caráter técnico da intervenção da FASE uma preocupação social e preparava as grandes mudanças dos anos 70. Tornava-se progressivamente claro para a FASE que a satisfação das necessidades expressas pelo povo passava por sua conscientização e por sua organização. Os profissionais da FASE ou mudaram ou começaram a ser substituídos por uma segunda geração de técnicos afinados com a teologia da libertação. Pessoas vindas de outras trajetórias políticas, reconhecendo a FASE como espaço político novo de presença e solidariedade junto aos trabalhadores, passaram a integrá-la. A prisão, na primeira parte dos anos 70, de vários técnicos, embora por motivos externos a suas atividades na FASE, é bastante indicativa das mudanças ocorridas no corpo de profissionais da instituição.

A serviços e atividades pontuais prestados em grandes regiões, sucedia-se um trabalho mais localizado de fomento e acompanhamento de projetos e cursos. Mesmo que houvesse atividades ligadas à melhoria de vida nos bairros populares e favelas, o beneficiário era visto como trabalhador - operário da grande indústria ou da construção civil; no campo, era o pequeno produtor rural. E a todos se propunha atividades ligadas à produção: projetos de produção agrícola, cursos de formação profissional e trabalhista/sindical. Dos quatorze sistemas, passava-se a uma visão de classes sociais.

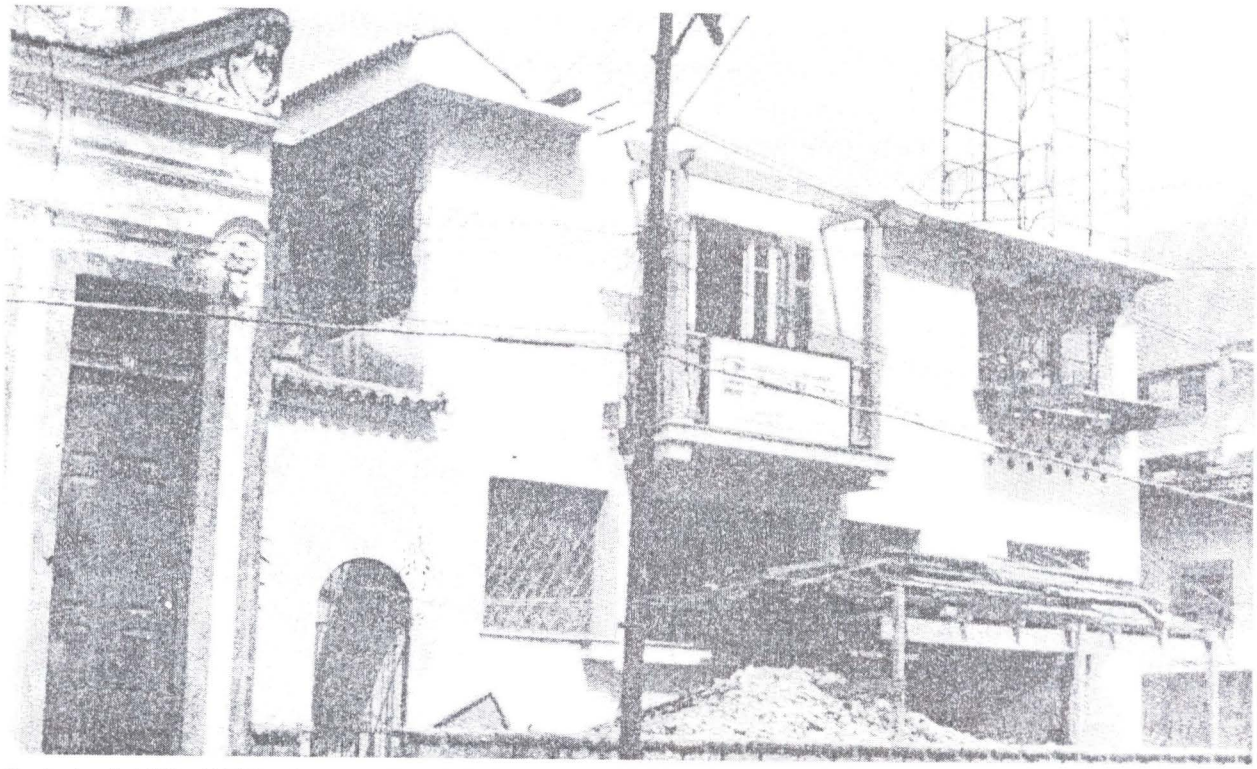
A essa mudança na abordagem das suas atividades, correspondeu uma mudança organizacional. A formação de equipes interdisciplinares agindo em conjunto no e sobre o terreno sucede a divisão dos escritórios em departamentos. A Coordenação Nacional, tradicionalmente muito centralizada, passou a ser equilibrada pela criação de três Regionais (Norte, Nordeste e Sul/Sudeste) que passaram a exercer um peso importante na FASE, tanto que o Coordenador da Regional Norte, Michel Rousseau, passará a assumir a Coordenação Nacional da FASE em 1974, sendo substituído, por sua vez, em 1978 por um membro da equipe de assessoria do escritório nacional, também oriundo do Norte, Jean-Pierre Leroy. O peso institucional e político do Coordenador Nacional, respaldado pelo Conselho Deliberativo da FASE, e da equipe de assessoria do escritório nacional, era contrabalançado pelos "Encontros Nacionais de Técnicos", pelos Encontros de Coordenadores de Equipes e pela Coordenação Executiva exercida informalmente pelo colegiado formado pelo Coordenador Nacional e os três Coordenadores Regionais, todas instâncias que foram, aos poucos, formalizadas ao longo da década.



Na segunda metade dos anos 70, com a abertura política, a opção da FASE em trabalhar com produtores e incentivar a participação popular explicita-se, ainda que de maneira encoberta, no contexto de uma ditadura ainda vigilante, no apoio à organização popular e sindical, nos níveis local, regional e nacional. Baseada sobre o tripé habitação – terra – trabalho, a FASE participa ativamente da criação da Comissão Pastoral da Terra – CPT, incentiva a criação de numerosas associações de moradores, promove oposições sindicais no campo, a exemplo de Santarém, e na cidade. Na virada da década e nos primeiros anos 80, o mapa dos participantes em encontros nacionais visando a congregar o sindicalismo autêntico em novas estruturas recobria bastante bem a localização dos escritórios da FASE.

Nessa época de ditadura, em que a criação de novos partidos era quase impossível e a legalização dos partidos clandestinos impossível, a FASE aparecia aos olhos de muitos militantes como uma alternativa para o ativismo político. Militantes do PC do B, do MR 8, da Oposição Sindical Metalúrgica – OSM/São Paulo e outras agremiações nem sempre resistiam à tentação de aparelhar a FASE. A solidez institucional da FASE, o amplo debate democrático interno e a consistente contribuição prestada pela FASE à organização do sindicalismo autêntico evitaram sua desagregação, ao preço da saída de vários técnicos, incluindo a equipe inteira de São Paulo, e da quase supressão da sua equipe de pesquisa/assessoria, localizada no escritório nacional.

Desde sempre, a FASE desenvolvia, em função da implantação dos seus trabalhos, pesquisas pontuais. A criação de escritórios locais não significou nem o fim dessas pesquisas nem a supressão da equipe de assessoria nacional, colocada ao serviço dos escritórios locais. Em 1977, iniciou-se, em particular, uma importante pesquisa sobre o campesinato em áreas de fronteira que conhecerá desdobramentos até 1983.



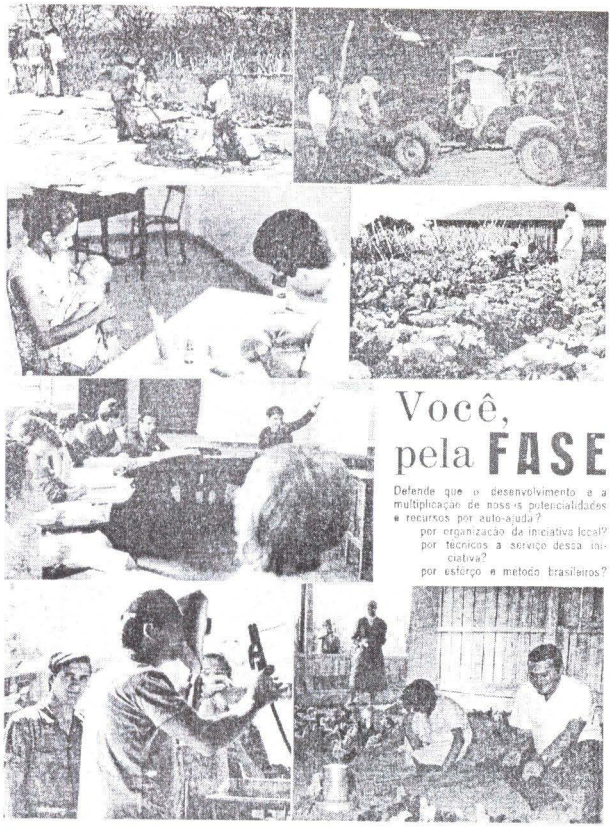
Em junho de 1973 a FASE se instala na Rua das Palmeiras 90.

Havia, porém, uma certa tensão entre as equipes de campo e a equipe de pesquisa, pois prevalecia nessas um certo anti-intelectualismo e dava-se a primazia absoluta às atividades de base. Somente em 1988 começaria a se rever essa postura.

O trabalho de base se realizava tanto através de projetos ditos de desenvolvimento, pois a FASE afirmava seu "compromisso com a busca de alternativas para a mudança das condições de vida das camadas pobres da população" quanto de educação. Educação que "visava à conscientização e a organização dos trabalhadores e dos setores priorizados". Progressivamente, o fortalecimento do movimento sindical operário levou a FASE a um desengajamento do trabalho de organização e formação sindical. Em compensação, abriram-se programas junto aos trabalhadores nos complexos álcool-açucareiros, em Alagoas e Pernambuco e no interior de São Paulo. Além do trabalho organizativo e dos projetos de produção agrícola tradicionais, acompanhando a redemocratização, a FASE, junto com os grupos que acompanhava, partiu para a discussão e o enfrentamento de políticas públicas, urbanas, trabalhistas e rurais. Para além da questão agrária, começou a se preocupar com as políticas agrícolas. Esse enfrentamento das políticas públicas a levou, de um lado, a um trabalho com instâncias intermediárias das organizações populares e sindicais e, de outro, a iniciar um trabalho em fóruns e redes com outras entidades.

À antiga estrutura regional, sobrepôs-se uma estrutura em "frentes de trabalho": frente de pequenos produtores, frente de assalariados rurais, frente popular urbana. Se as dimensões do país e o seu custo dificultavam essa organização, ela ajudou a construir uma perspectiva comum e a dar mais força à intervenção da entidade. Ajudou igualmente a perceber a importância de uma assessoria nacional bem sintonizada com as necessidades e preocupações dos programas e equipes. Além do que, a exigência de aprofundamento da democracia passou a exigir uma intervenção qualificada no "espaço público", para além da clientela tradicional da entidade.

Tudo isso levou, em 1996, à constituição, no lugar de frentes, de três áreas, nas quais tenta-se realizar a interface do conjunto das linhas de trabalho



Desde a sua fundação a sociedade brasileira apoia a FASE

da FASE: Área de Meio Ambiente e Desenvolvimento, Área de Trabalho e Renda e Área de Cidadania, Políticas Públicas e Questões Urbanas.

Garantido um potencial e um programa mínimo de intervenção, a FASE fortaleceu-se no contexto de novas disputas derivadas da globalização/reestruturação/reforma do Estado, particularmente combatendo o minimalismo em políticas sociais, as novas formas de exclusão social e a desregulamentação de direitos econômico-sociais. Os êxitos na atuação regional e na luta por direitos vão sendo fortalecidos pelas questões emergentes enquanto espaço social de disputa sobre os rumos do desenvolvimento. À questão do monitoramento de políticas públicas e dos indicadores de bem-estar somam-se temas e novos movimentos sociais: gênero, dimensão étnica, poder local e economia solidária, destacando-se a significativa qualificação da sustentabilidade e uma intervenção sólida na esfera pública nacional e na dimensão internacional. É o que passamos a apresentar nas matérias seguintes.

Prêmios

Em sua trajetória a FASE acumulou diversos títulos e prêmios, dentre os quais destacam-se:

- Utilidade Pública Estadual em 10/11/1966
- Utilidade Pública Federal desde 24 de junho de 1968
- Moção de Louvor e Reconhecimento concedida pelo Movimento Nacional das Direitos Humanos, Câmara Municipal do Rio de Janeiro em dezembro de 1998.

Vídeo premiado

"O povo, mesmo com fome, adquiri sua verdadeira dignidade quando se revelam suas potencialidades..."

Também se aplicaria à própria FASE essa descrição de Joaquim Assis diretor do curta metragem "Ó Xente Pois Não" produzido por ela em 1973 e ganhador do Troféu Humberto Mauro do Instituto Nacional do Cinema no III Festival de Curtas do Jornal do Brasil e do Prêmio Margarida de Prata da CNBB em 1974.

Nova FASE, mais esperança

Criada em novembro de 1961 e tendo sempre buscado combinar atividades de assistência social imediata aos excluídos com a crítica radical dos modelos de desenvolvimento geradores de pobreza e desigualdade, a FASE terminou por cristalizar um modelo de financiamento que oferecia à sociedade brasileira pouca oportunidade de engajamento em seu projeto.

Nesse modelo, o apoio de um círculo de amigos decrescente, mas que chegou a reunir 22 mil doadores individuais, foi sendo cada vez mais vinculado às atividades de assistência imediata – confundindo-se hoje quase que integralmente com os colaboradores do programa de renda mínima Mais Uma Criança na Escola, Muce e, em paralelo, com o financiamento do seu esforço de construção de alternativas de desenvolvimento fundadas na justiça social, na preservação do meio ambiente e na ampliação da cidadania, realizado cada vez mais com o apoio material exclusivo da chamada cooperação internacional. Nenhum argumento de natureza objetiva justifica mais essa dicotomia e a FASE decide oferecer a todos os brasileiros os canais para o engajamento em seu projeto de vida e para a vida; em seu movimento permanente em favor de todos os direitos para todos, somando, difundindo e ampliando esperanças quanto à possibilidade de um Brasil mais justo e solidário.

Amigos. A decisão de recriar um círculo de amigos da instituição como um todo, ao invés de meras conseqüências contábeis, se não revoluciona, pelo menos inaugura uma nova fase nas relações da entidade com a sociedade brasileira. Para a FASE, a constituição de um círculo amplo de colaboradores na sociedade brasileira, se bem sucedida, pode:

• ampliar a legitimidade da FASE nos fóruns nacionais e internacionais de que participa;

Estas agências financiam e atestam a qualidade e seriedade do trabalho da FASE

Ação Quaresmal Suíça

ActionAid

Adrai

Alop

Brot fuer die welt

Cafod

CCFD

Christian Aid

Comunidade Européia

Danchurchaid

Development & Paix

EZE

Fundação Ford

Heinrich Boll Stiftung

IAF - Inter American Foundation

Icco

Misereor

Novib

Oxfam

Sactes

Solidaridad

Terre des Hommes

Catholic Relief Services

• ampliar a autonomia da FASE na definição de suas pautas e metas de trabalho;

• propiciar uma maior harmonia entre as expectativas de seu quadro de pessoal e as expectativas da sociedade brasileira;

• aumentar a transparência da organização e educá-la para uma comunicação cada vez mais clara de sua missão e dos resultados alcançados;

• ajudar na expansão de suas atividades e equilibrar melhor sua presença nas diversas regiões do país;

• ajudar a configurar um perfil, um sentido comum da instituição, que integre o conjunto de seus programas/equipes;

• facilitar a implementação de campanhas, divulgar denúncias e propagandear propostas e modelos alternativos de desenvolvimento demonstrados em suas práticas.

Interação. Esse número da revista ***Proposta*** representa, assim, um primeiro passo da FASE para a recriação de seu círculo de amigos: abre para todos o debate em curso nas ONGs quanto aos termos de seu financiamento e seu papel na sociedade brasileira atual e, mais que isso, inicia um processo intensivo de divulgação da própria FASE, seus objetivos e suas ações pelo país afora.

Uma relação sinérgica com uma rede de amigos na sociedade brasileira implica em interação, em abrir canais para que os amigos colaborem materialmente, mas, sobretudo, possam discordar, sugerir, posicionar-se. Daí a importância estratégica da construção de um novo *site* da FASE e de sua rede de amigos na Internet, concebido para existir como um espaço de interação entre o quadro profissional, os associados efetivos e os colaboradores da FASE de norte a sul do país, oferecendo diversas alternativas de engajamento e participação: campanhas, agenda de ações, bancos de informações e de idéias, fóruns de discussão, publicações *online*, salas de reunião, prestação de serviços, canais de adesão e colaboração.

Marca. Essa virada no relacionamento da FASE com a sociedade criou, por outro lado, a necessidade de buscar uma nova marca, mais expressiva de sua missão atual. Ao abrir esse debate interna e externamente, a FASE busca afirmar uma imagem que melhor caracterize a sua ação na sociedade hoje: Fase, mais esperança; Fase, mais democracia; Fase, todos os direitos para todos, Forma avançada de servir e educar, Formas alternativas sociais e educacionais... as sugestões começam a aparecer.

Proposta. Apresentar essas novas propostas de atuação/perfil de financiamento da FASE aos leitores de sua revista trimestral de debate pareceu natural e obrigatório. Mas ao fazer isso, a FASE pretende também avançar no projeto de aprofundamento de sua legitimidade junto à sociedade brasileira, exercitando um princípio essencial da metodologia que divulga pelo Brasil afora há quase quarenta anos: participação e democracia. Assim, espera dos amigos da FASE que participem dessa nova fase da instituição e aguarda sugestões para os seus futuros materiais de divulgação, sua nova marca, seu novo *site*, sua dinâmica de relacionamento e conquista de novos amigos.

FASE

Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

FASE, mais esperança

Todos Direitos para Todos

Uma Forma Avançada de Servir e Educar

Formas Alternativas Sociais e Educacionais

FASE, mais democracia

Trabalho e renda

Cooperativas: alternativa viável e socialmente justa ao desemprego

A questão do direito ao trabalho e sua regulamentação tem sido um dos focos da atuação da FASE há quase quatro décadas. Com larga tradição no cooperativismo rural, hoje, para enfrentar os avanços na desregulamentação e precarização do trabalho, do desemprego crescente que já atinge 20% da mão-de-obra ativa na região urbana de São Paulo, por exemplo, a FASE tem atuado, também na área urbana, estimulando a formação de cooperativas e constituindo redes de economia solidária. Desenvolveu uma metodologia para a formação de cooperativas e de multiplicadores em cooperativismo, ampliou o debate sobre o cooperativismo com a produção de livros, cartilhas e de edições especiais da revista ***Proposta***. Contribuiu de forma decisiva para a fundação do Fórum de Desenvolvimento do Cooperativismo Popular do Rio de Janeiro, que hoje reúne cerca de 200 cooperativas, além de ter colaborado na formação de várias cooperativas pelo país, dentre elas a Cooperativa de Parafusos do Rio de Janeiro, Cooparj; a Cooperativa Têxtil de Araraquara, Cooperara, SP; a Cooperativa de Carvoeiros de São Mateus, ES; a Cooperativa de Moto Taxi de Araraquara, SP; a Cooperativa Multifuncional Mãos da Maré, RJ; Cooperativa Passo a Passo e Coopearte de Volta Redonda, etc.

D. Aldo, Bispo da Diocese de S. Mateus visita o curso de capacitação da cooperativa dos carvoeiros promovido pela FASE/ES.

Desenvolvimento local/regional. Apesar de também apresentar a sua face perversa, quando facilita processos de precarização do trabalho (empresários formam cooperativas irregulares só para se livrar dos encargos trabalhistas), o cooperativismo tem se mostrado uma alternativa real para os desempregados. Segundo o IBGE, 25% dos trabalhadores urbanos estão hoje na informalidade e sustentam uma produção de riqueza da ordem de R$ 12,89 bilhões, equivalente a 8% do PIB. Se, no momento, o crescimento do setor informal responde basicamente ao aumento do desemprego decorrente da recessão, no longo prazo, as atuais experiências associativistas e cooperativistas podem servir de modelos para o enfrentamento mais estrutural das mudanças no mundo do trabalho, que apontam para o declínio do emprego formal, de tempo integral e estável, como a nova realidade social. A FASE entende que muito pode e deve ser feito no âmbito do desenvolvimento local/regional, e procura concatenar o desenvolvimento sustentável e integrado com uma concepção de economia solidária em que o núcleo central são as cooperativas e suas redes.

Símbolo do cooperativismo

Trabalho e Renda
Rua das Palmeiras 90,
Botafogo CEP. 22270-070
Tel: (021) 286-1441
Fax: (021) 286-1209
E-mail: rgomes@fase.org.br

Geração ajuda diagnóstico e divulga saídas

Considerado pela Financiadora de Estudos e Projetos, Finep, em 1997, um dos dez melhores projetos apoiados pela sua área social, o banco de dados *Sistema Geração*, sustentado desde 1995 por uma parceria entre o núcleo de Trabalho e Renda da FASE e o Núcleo de Assessoria, Planejamento e Pesquisa, NAAP, atende, em seu site na Internet http://www.geracao.org.br, cerca de dois mil acessos mensais e tem se revelado fundamental para a divulgação de experiências exitosas, programas, projetos e órgãos de fomento e geração de trabalho e renda no Brasil.

Na temática do micro crédito, por exemplo, a área social do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, BNDES e a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento, Unctad, estão entre as inúmeras instituições nacionais e internacionais que já utilizam o conteúdo informativo do seu banco de dados. No terreno da capacitação, destaca-se o uso do *Sistema* como instrumento de divulgação de metodologias para a implantação e o desenvolvimento de pequenos e micro empreendimentos tais como o Cefe, o Gespar e a *Capacitação Massiva.*

Mas ao divulgar experiências bem sucedidas como as da Federação Nacional de Apoio ao Pequeno Empreendimento, Fenape, Portosol, Banco do Povo e do Sistema Nacional de Emprego, Sine, do Ceará, mais que difundir esperança, o *Geração* também facilita a articulação entre diferentes atores envolvidos na busca de alternativas para a geração de trabalho e renda entre os setores populares, uma das prioridades do núcleo de Trabalho e Renda da FASE que, por isso, articula-se com cerca de 100 instituições, governamentais ou não, no Fórum Nacional de Desenvolvimento Local e Integrado, além de outras redes que apóia.

Na área de qualificação profissional, a FASE, desenvolveu uma metodologia de capacitação para o programa *Integrar*, da Confederação Nacional dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro e Espírito Santo, CNM/CUT RJ e ES, que beneficiou mais de 1.650 trabalhadores da região, também apoiou metodologicamente o Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados do Rio de Janeiro, SindPD-RJ, nos cursos de formação e introdução à micro informática freqüentados por cerca de 3.450 jovens de baixa renda.

Ensino, pesquisa e ação social

Criado em 1995, fruto da parceria entre a FASE e o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Ippur/UFRJ, e exemplo vivo de que ensino, pesquisa e prática social podem caminhar juntos, o Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal destaca entre suas realizações:

• a divulgação das informações municipais e dos indicadores sociais através do Banco de Dados Georeferenciados – METRODATA;

• a publicação de 6 livros sobre temáticas relacionadas à política urbana, com tiragem de mais de 10.000 exemplares;

• a capacitação de mais de 100 lideranças populares no tema *democratização de orçamentos municipais* através de cinco seminários e dois cursos já realizados;

• a avaliação e o acompanhamento do Programa de Despoluição da Baía de Guanabara, através da realização de dois seminários, com a participação de mais de 300 lideranças e técnicos municipais e a produção de três relatórios e duas publicações;

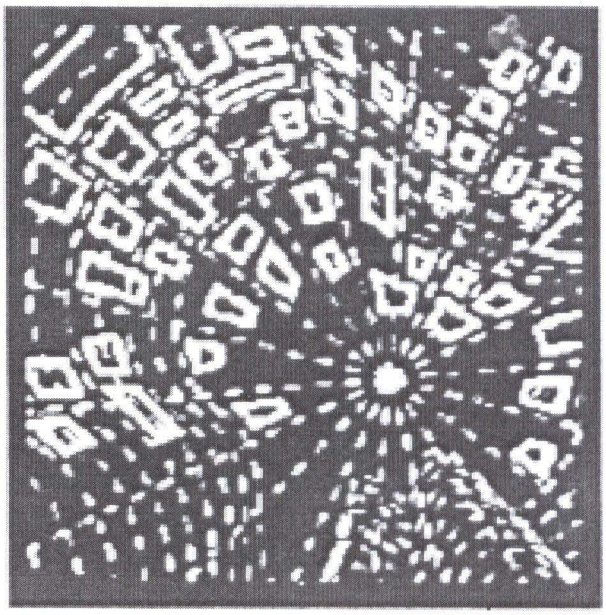
• a produção de análises específicas sobre as políticas de saneamento, habitação, solo urbano, transporte e meio-ambiente em curso na Baixada Fluminense, visando acompanhar seus impactos sociais, urbanos;

• o levantamento, a sistematização e a análise das políticas habitacionais desenvolvidas por 45 das maiores cidades brasileiras;

• o *Mapa da Exclusão da Baixada Fluminense*, com a identificação das desigualdades em termos de renda, educação, etnia, faixa etária e acesso aos serviços de saneamento e saúde;

• a assessoria aos atores locais da Baixada Fluminense, com destaque para as federações de associações de moradores, vereadores, secretários e técnicos das prefeituras, ONGs e movimentos de saneamento.

A implantação do Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal em Recife - PE, com a parceria do Mestrado de Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, e em Belém, este em fase inicial de implantação, com a Universidade Federal do Pará, transforma a experiência do Observatório em projeto demonstrativo e modelo para a união do ensino e da pesquisa com a prática social em todo o país.



OBSERVATORIO DE POLÍTICAS URBANAS E GESTÃO MUNICIPAL

FASE
Cidadania e políticas públicas
Rua das Palmeiras 90, Botafogo
CEP. 22270-070
Tel: (021) 286-1441
Fax: (021) 286-1209
E-mail: urbana@fase.org.br

Qualidade de vida depende de saneamento

Três milhões de domicílios abrigando cerca de 12 milhões de pessoas sem água adequada e 93 milhões de pessoas vivendo sem coleta de esgotos justificam por si só a completa reorganização da política de saneamento ambiental do país que vem sendo impulsionada, de um lado, por pressão dos organismos do próprio setor, e de outro, por iniciativa do governo federal, através do Projeto de Modernização do Setor de Saneamento Ambiental, PMSS, no contexto de um amplo processo de descentralização da política urbana em curso no Brasil contemporâneo. O fato de, segundo a Organização Mundial de Saúde, quase 25% dos leitos hospitalares do mundo serem ocupados por enfermos portadores de doenças veiculadas pela água, de que, no Brasil, 60% das internações da população terem como causas doenças de veiculação hídrica ou de que a ampliação de apenas 1% da cobertura sanitária da população vivendo com de um a cinco salários mínimos poderia reduzir em 6,1% as mortes na infância estabelece de forma definitiva a forte relação existente entre saneamento ambiental, saúde pública e qualidade de vida.

Esses dados explicam o grande investimento dos quadros da FASE, junto com a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária, ABES, a Federação Nacional dos Urbanitários, FNU, a Associação de Serviços Municipais de Água e Esgoto, ASSEMAE, a Federação de Sindicatos de Engenheiros, FISENGE e o Fórum Nacional de Reforma Urbana, FNRU, na construção e fortalecimento da Frente Nacional pelo Saneamento Ambiental, criada em novembro de 1997 para apresentar à sociedade um projeto alternativo à privatização do setor, proposta pelo governo.

Através da Frente, que tem como elemento central de sua estratégia a afirmação do papel ativo dos sujeitos sociais na gestão das políticas públicas e em formas de controle do Estado pela sociedade, a FASE reafirma seu compromisso com o direito de todos à cidade e com a busca de uma escala de prioridades na alocação de recursos públicos que confronte o quadro atual de desigualdade, promovendo inclusão social e cidadania.

Certificação florestal: produto *politicamente correto*

Meio ambiente

O aumento, em todo o mundo, do número de redes varejistas e atacadistas que só compram produtos certificados responde à crescente demanda dos consumidores de garantias quanto à procedência dos produtos de origem florestal: afinal, como saber se estamos ou não diante de um produto de uma prática econômica viável, ambientalmente apropriada e socialmente justa? Formado por ONGs ambientalistas e de desenvolvimento, madeireiros e empresários da indústria de móveis e de papel e celulose, assim como movimentos e organizações indígenas e camponesas, e abrigando a FASE no seu Conselho Diretor, o Conselho de Manejo Florestal, FSC (*Forest Stewarship Council*), com sede em Oaxaca, México, já avaliou e certificou mais de 16 milhões de hectares de terra, nos cinco continentes, como áreas florestais manejadas de forma consistente e confiável do ponto de vista social, econômico e ambiental, sendo mais de 600 mil hectares no Brasil, quinto lugar entre as áreas certificadas pelo FSC.

Selos e padrões. Designers e lojistas de São Paulo preparam-se para aderir a um movimento que já resultou em selos de certificação permitidos a mais de mil produtos de madeira serrada, compensados, portas, postes, artigos de jardinagem, carvão vegetal, utensílios de cozinha, tábuas de carne, prateleiras, cabideiros, assoalhos, e até mesmo uma casa inteira pré-fabricada, a Casa Z, projetada e construída no Brasil com madeira certificada. O grupo de trabalho GT FSC-Brasil, formado por 22 entidades brasileiras agrupadas em câmara social, ambiental e econômica e por observadores do governo, certificadores e universidades, é o responsável pela divulgação da certificação florestal no país e por traduzir em termos regionais e nacionais os padrões gerais adotados como princípios e critérios pelo FSC internacional. Os padrões brasileiros para Plantações Florestais e Floresta de Terra firme, por exemplo, já deverão estar concluídos em dezembro de 1999, tendo sido ouvidas mais de 400 entidades e pessoas interessadas.

FASE
Meio Ambiente
Rua das Palmeiras 90,
Botafogo CEP. 22270-070
Tel: (021) 286-1441
Fax: (021) 286-1209
E-mail: faillace@fase.org.br

O que o Brasil precisa saber

Celso Furtado, Marta Suplicy, Francisco de Oliveira, Paul Singer, Cristovam Buarque, Luiz Werneck Vianna, José Luiz Coraggio, Eduardo Suplicy, Augusto de Franco, José Genoíno, Abdias do Nascimento, Wanderley Guilherme dos Santos, Alberto Arroyo, José Luís Fiori, César Benjamim... ao longo de seus 28 anos, a ***Proposta***, revista nacional de debates da FASE, constituiu não apenas uma ampla malha de colaboradores individuais no Brasil e no exterior, mas também desenvolveu parcerias fundamentais com outras instituições, como a Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, ABET, o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, IPPUR, o Políticas Alternativas para o Cone Sul, PACS, o Instituto de Estudos Afro-Asiáticos, do Centro Universitário Cândido Mendes, etc. Através de sua rede de assinantes em todos os cantos do país, ***Proposta*** leva informações e visões alternativas que favoreçam a construção de um Brasil mais justo, democrático e sustentável, para um amplo público que reúne professores e estudantes universitários; quadros do terceiro setor; professores do ensino secundário; técnicos e agentes de desenvolvimento de órgãos públicos federais, estaduais e municipais; religiosos e lideranças de organizações e movimentos populares.

Para *contribuir para a ampliação da esfera pública (...) e apoiar a constituição, o fortalecimento e a articulação dos sujeitos coletivos do desenvolvimento*, missão institucional da FASE, seu setor de publicações tem promovido e divulgado o debate sobre os seguintes temas, dentre outros: Desenvolvimento Humano no Brasil, a Economia Solidária, os Movimentos Populares Urbanos e Rurais, o Desenvolvimento Sustentável, o Mundo do Trabalho, os Cenários para o Século XXI e Raça e Cultura. E isso não apenas através da revista ***Proposta***, mas também através de seus Cadernos Temáticos, que aprofundam o tratamento de assuntos como a Reestruturação Industrial, os Novos Caminhos e o Futuro da Amazônia, a Biodiversidade, a Certificação Florestal e as Políticas de Saneamento Ambiental.

A FASE orgulha-se da grande aceitação de algumas de suas publicações: *Cooperativas - uma alternativa de organização popular*, de Daniel Rech, *Orçamento participativo*, de Luciano Fedozi *Reforma urbana*, de Orlando Alves dos Santos Júnior, *Novo Vocabulário Político* de Cunca Bocayuva e Sandra Mayrink Veiga e *Metodologias de Capacitação*, de Caio Marcio Silveira, Ricardo Mello e Rosemary Gomes. No apoio direto à organização e à mobilização popular, a FASE conta com uma linha de cartilhas, cujos títulos incluem: *No caminho da organização. Projetos, recursos, cooperação*, de Cléia Silveira e Lorenzo Zanetti, *Como constituir uma sociedade civel sem fins lucrativos*, de Daniel Rech, *Como Analisar a Crise Brasileira* de Cunca Bocayuva e Sandra Mayrink Veiga e *Fóruns: renovar e ampliar a participação cidadã*, de Jean-Pierre Leroy.

A FASE agora está investindo também na televisão com o programa Agenda Nacional da TV Comunitária, no canal 14 da NET.

Publicações/Comunicação
Ruadas Palmeiras 90, Botafogo
CEP. 22270-070
Tel: (021) 286-1441
Fax: (021) 286-1209
E-mail: sveiga@fase.org.br

FASE

Brasil sustentável e democrático

Gerido pela FASE, o projeto *Brasil Sustentável e Democrático* conta com o patrocínio institucional do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, que reúne mais de 300 organizações e representa o esforço compartilhado de mais quatro ONGs e dois centros universitários que, com a FASE, constituem sua coordenação institucional: a Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa, AS-PTA, o Instituto Brasileiro de Análises Sócio-Econômicas, IBASE, o Instituto de Eletrotécnica e Energia da Universidade de São Paulo, IEE-USP, o Instituto de Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ, o Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul , PACS e a Rede de Desenvolvimento Humano, a REDEH.

Através de estudos setoriais e temáticos, da organização de oficinas de diálogo social e da produção de material de educação e mobilização - e tendo para tanto já publicado o livro *Brasil Século XXI*, com um balanço do que foi feito depois da Eco 92 e avaliação de perspectivas – o projeto, com a parceria das fundações Ford e Heinrich Böll, visa:

• valorizar e estimular experiências e propostas dos movimentos sociais, organizações populares e organizações não-governamentais por um modelo de desenvolvimento alternativo no Brasil, que alie sustentabilidade ambiental, justiça sócio-econômica, eqüidade de gênero e etnia, e democracia participativa;

• promover a elaboração de argumentos solidamente fundamentados em favor deste modelo alternativo de desenvolvimento, com a produção de novos enfoques analíticos, novos indicadores e novas idéias para a mudança social;

• promover a incorporação da *sustentabilidade* na agenda sócio-política e na opinião pública brasileira, através da organização de debates, encontros e campanhas de conscientização de caráter geral ou voltadas para setores específicos da sociedade;

• estimular a presença das questões internacionais no debate público sobre a sustentabilidade no Brasil, considerando a inserção do país na América Latina, nas relações Norte-Sul e incentivando as relações entre os países do Hemisfério Sul.

FASE
Nacional
Rua das Palmeiras 90,
Botafogo CEP. 22270-070
Tel: (021) 286-1441
Fax: (021) 286-1209
E-mail: brsust@fase.org.br

Fóruns, Associações,

Além de se articular com as ONGs brasileiras através da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais – Abong – (www.abong.org.br), que ajudou a fundar em 1991 e presidiu de 91 a 94 e com as ONGs latino-americanas através da Associação Latino-Americana de Organizações de Promoção - Alop - (http://www/alop.or.cr), a FASE é associada à Rede do Terceiro Setor Rits - (www.rits.org.br).

A convicção metodológica da FASE de que redes e articulações otimizam recursos, potencializam ações e apressam transformações explica o seu envolvimento em inúmeros esforços de mobilização e organização nacionais e internacionais, tais como:

• Observatório da Cidadania
• Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU)
• Frente Nacional pelo Saneamento Ambiental
• Fórum Nacional de Participação Popu-

Fiscalizando os bancos multilaterais

Junto com a Associação Brasileira de ONGs, a ABONG, o Fórum Nacional Permanente das Entidades Não-Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e dos Adolescentes, DCA, Marcha Global Contra o Trabalho Infantil, Movimento Nacional de Meninas e Meninos de Rua e o Instituto de Estudos Sócio-Econômicos, INESC, a **Rede Brasil** apresentou denúncia ao Ministério Público Federal quanto à utilização, pelo governo federal, de recursos obtidos junto ao Banco Mundial para gastos na área social com o pagamento da dívida externa. O Banco Mundial comprometeu-se a aportar US$4,5 bilhões para compor o montante do acordo negociado com o FMI, mas divulgou que a liberação destes recursos estaria condicionada a sua utilização em gastos sociais. No entanto, o contrato entre o governo e o Banco Mundial estabelece, paradoxalmente, que tais recursos não poderiam ser gastos em moeda local, como se fosse possível fazer gastos sociais em dólares no Brasil. Na resposta à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão/MPF, o diretor do Banco Mundial no Brasil, Gobind Nankani, apresentou um tortuoso caminho que supostamente levaria estes recursos a serem utilizados para gastos sociais: os recursos destinar-se-iam a financiar o déficit público e a reforçar as reservas cambiais, o que liberaria o governo destes encargos, garantindo desta maneira, automaticamente, a manutenção dos gastos em áreas sociais.

Através de ações como essa ou da publicação de livros como *A Estratégia dos Bancos Multilaterais para o Brasil*, a **Rede Brasil Sobre Instituições Financeiras Multilaterais**, criada em 1995 e reunindo hoje, entre movimentos sociais, entidades sindicais, organizações não-governamentais e fóruns de entidades, 53 organizações, e de cuja coordenação executiva a FASE faz parte, pretende:

- mudar a natureza das políticas públicas formuladas e patrocinadas pelo governo brasileiro e que são financiadas e/ou igualmente formuladas por instituições financeiras multilaterais;
- democratizar o processo de formulação destas políticas através da participação de organizações da sociedade civil e do Parlamento;
- mobilizar, organizar e capacitar movimentos sociais, entidades sindicais e ONGs sobre as questões relacionadas às instituições financeiras multilaterais;
- reformar as instituições financeiras multilaterais no sentido da justiça social e ambiental.

Nacional
Rua das Palmeiras 90,
Botafogo CEP. 22270-070
Tel: (021) 286-1441
Fax: (021) 286-1209
E-mail: fmello@fase.org.br

FASE

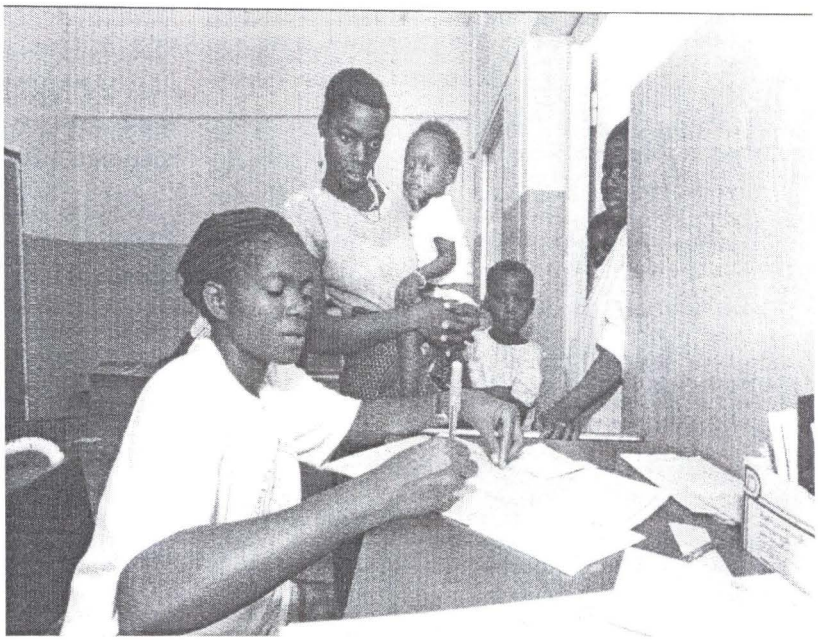
Frentes, Articulações

lar nas Administrações Municipais Democráticas

- Rede de Comercialização de Pequenos Agricultores Associados (RECOPA)
- Articulação de Mulheres Brasileiras
- Rede de Cidadania, Trabalho e Renda
- Fórum Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável
- Fórum Nacional de prevenção e combate ao trabalho infantil
- Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento
- Projeto de Articulação e Diálogo entre Agências Ecumênicas e suas Contrapartes no Brasil - PAD
- Rede Brasileira pela Integração dos povos - REBRIP/Aliança Social Continental
- Red Entre Mujeres
- Rede Latino-americana de Apoio a microempresas e Setores Populares

Desenvolvimento humano: uma questão de raça?

500 Anos



Quinhentos anos após a avaliação de Pero Vaz de Caminha de que *nesta terra, em se plantando tudo dá*, e utilizando-se dos dados produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE - os quais foram aplicados, especificamente para a população afro-descendente, os critérios de cálculo sugeridos pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) para elaboração do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), os assessores da FASE - Marcelo Paixão e Wânia Sant'Anna, em seu estudo *Desenvolvimento Humano e População Afro-Descendente no Brasil: uma questão de raça*, publicado na edição da revista **Proposta** de junho/agosto de 1997, quantificaram e ilustraram a disparidade e a discriminação no acesso e na distribuição dos frutos dessa terra entre brancos, pardos e negros, com imediata repercussão na imprensa nacional e internacional. Como desdobramento deste trabalho, e ainda buscando contribuir para a conformação de leituras críticas alternativas aos marcos das relações raciais no Brasil e fortalecer a articulação de atores sociais relevantes no campo da luta anti-racista e nas ações de defesa, promoção e valorização da população afro-descendente, a FASE, com o apoio da Fundação Ford, implementa agora o projeto *Brasil ano 2000: na busca de novos marcos para as relações raciais*", com três produtos finais previstos:

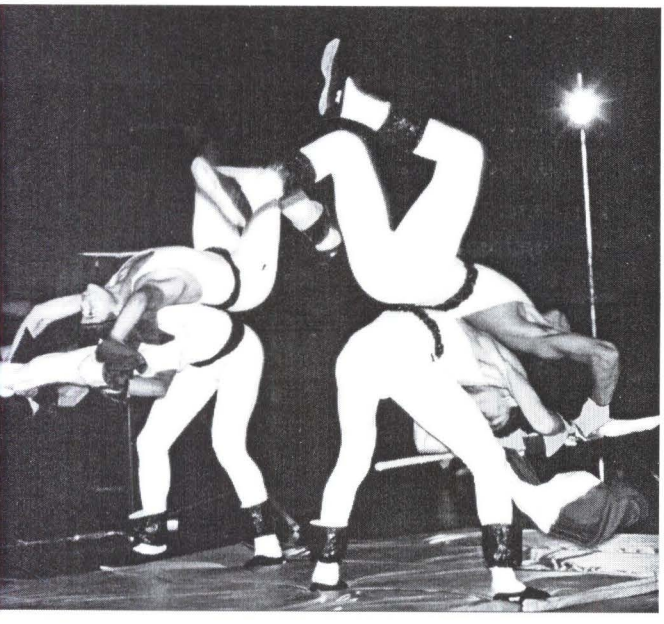
- o ***Atlas Histórico, Social e Político Afro-Brasileiro***;
- o *site* na Internet ***Rede 2000: Nova Abolicionista*** e
- o ***Perfil do Desenvolvimento Humano da População Afro-Descendente no Brasil***, estudo que retomará o cálculo do IDH nos níveis estadual, regional e nacional.

Com este projeto, e *desafinando o coro dos contentes*, a FASE, no bojo das comemorações dos 500 anos da chegada de Cabral às costas brasileiras, ajudará pesquisadores, organizações sociais, meios de comunicação, formadores de opinião e a população em geral a realizar uma análise profunda sobre a realidade dos afro-descendentes que, no último ano do milênio, quase nada têm a comemorar.

Projeto Brasil ano 2000
Rua das Palmeiras 90,
Botafogo CEP. 22270-070
Tel: (021) 286-1441
Fax: (021) 286-1209
E-mail: marcio@fase.org.br

Alternativas através da cultura

Priorizando hoje, dentre outras, as *iniciativas que beneficiam os jovens em situação de risco social*, ameaçados pelo tráfico de drogas e outras formas de marginalização e marginalidade, e criado pela FASE, em 1985, para apoiar pequenos projetos de grupos populares e movimentos em favor de setores carentes e/ou discriminados da população, **o Serviço de Análise e Assessoria a Projetos, SAAP**, concedeu, em média, o equivalente a R$ 2.800, até o final de 1998, a 1.302 dos 3.560 projetos recebidos para sua análise. Se em 1985/86, foram financeiramente beneficiados 36 projetos, num valor total de U$ 63.408, esse número subiu para 141 em 1998, totalizando U$ 296.116 e a previsão é de apoiar 200 grupos em 1999, com recursos provenientes das sete agências de cooperação internacional (Christian Aid, Desenvolvimento e Paz, ICCO, Inter - American Foundation, Novib, Pão Para o Mundo e Solidaridad) e das duas empresas (Levy Strauss & Co. e Itaú Bank Trust através da Bank Trust Foundation), que confiaram, nesses 13 anos, cerca de três milhões de dólares ao discernimento do SAAP.



Apresentação do *Cirque du Soleil* em Recife

Assessorar. Mas a atuação do SAAP não se limita ao repasse de recursos. Além de informar sobre outras fontes de recursos, fornecer subsídios para o trabalho que o grupo desenvolve e orientar e assessorar a melhor formulação de propostas de trabalho, contando para isso com uma rede de colaboradores, pessoas ou instituições presentes em várias regiões do Brasil, bem como das equipes da FASE, o SAAP assumiu, por exemplo, a coordenação do Circo do Mundo no Brasil. Esta é uma iniciativa do *Cirque du Soleil* e mais três instituições canadences que, no Brasil, desenvolvem suas atividades junto a: Escola Pernambucana de Circo, Recife, Belo Circo do Mundo, Belo Horizonte e Se Essa Rua Fosse Minha, Grupo Cultural Afro-Reggae e Teatro de Anônimo, Rio de Janeiro.

Pontes. Coerente com a prioridade de oferecer aos jovens pontes para a cidadania, através da arte e da cultura, o SAAP destinou, em 1998, R$ 45.645 a cerca de 15 projetos, dentre esses: Planeta Golfinhos da Guanabara, Cantagalo/RJ; Orquestra de Flautas da Cidade Alta, Cordovil/RJ; Oficinas Circenses do Morro do Cantagalo -Grupo Cultural Afro-Reggae, Cantagalo/RJ; Orquestra de Berimbaus - Se Essa Rua Fosse Minha, Rio de Janeiro/RJ; Grupo Jovem Auto Falante, Olinda/PE; Trio Tambolelê, Belo Horizonte/MG; Oficina de Vídeo com Adolescentes - Ação Social Padre Anchieta, Rocinha/RJ.

Projetos

SAAP
R. das Palmeiras, 90
Botafogo, CEP 22270-070
Tel: (021) 286-1441
Fax: (021) 286-1209
E-mail: saap@fase.org.br

FASE

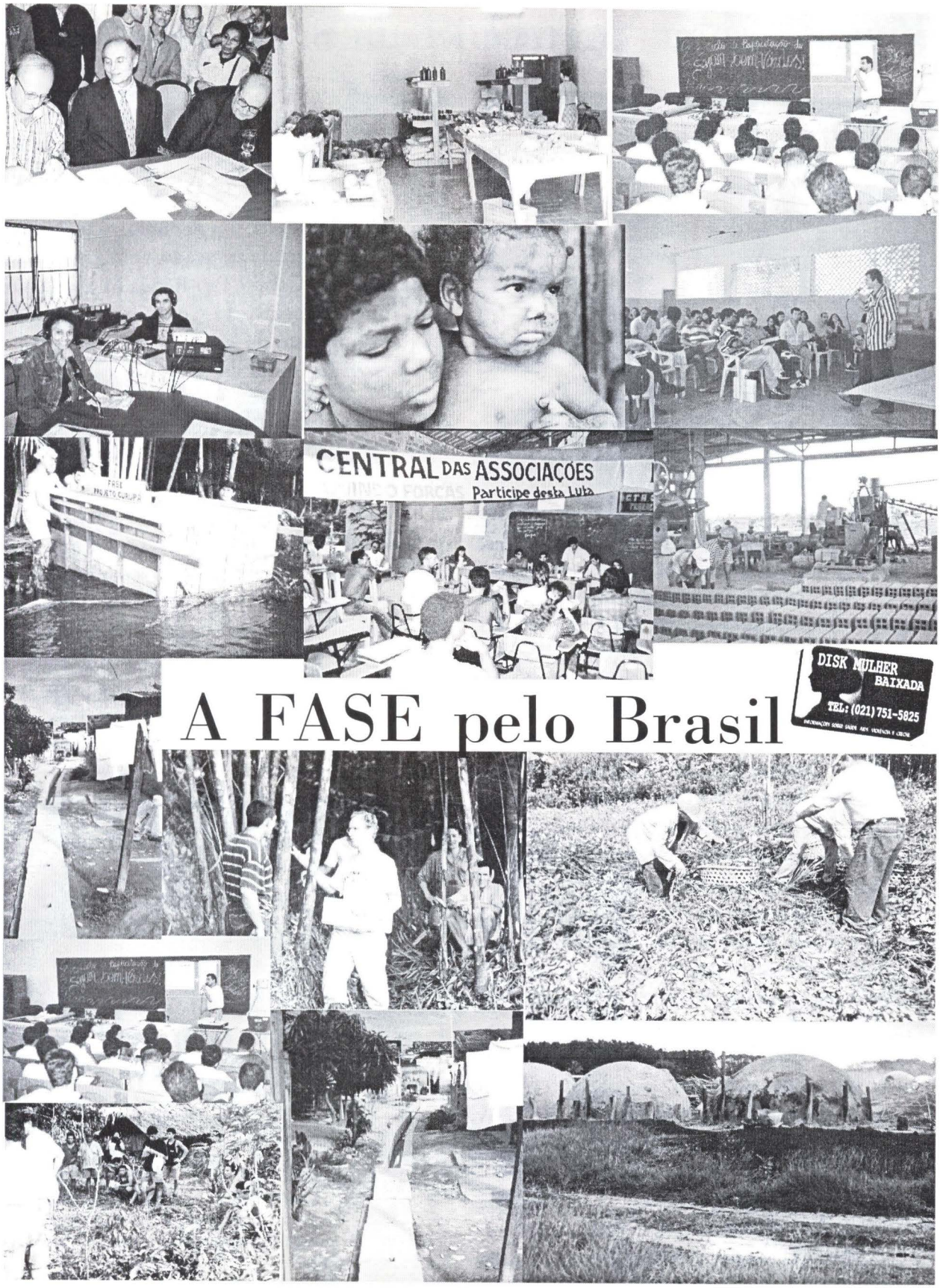
Todos os direitos para *tod@s*

A FASE apoiada pela rede dos parceiros de Terre des Hommes da França e da Plataforma Sul-Americana de Direitos Humanos vem desensolvendo um trabalho de formação em torno dos Direitos Econômicos Sociais e Culturais (DESC). A ênfase nos DESC fala tanto do plano imediato das questões, como do trabalho infantil, quanto da luta pela economia solidária e pela renda mínima garantida para todos os cidadãos, portanto, informa e conforma os objetivos de políticas públicas que combatam os processos de exclusão e desigualdade social. A FASE, o Movimento Nacional dos Direitos Humanos e a articulação CPT-FIAN vem desenvolvendo um trabalho com apoio do Programa de Articulação e Diálogo (PAD), através de um projeto de educação com oficinas de trabalho em todas as regiões brasileiras e já conta com impacto sobre mais de 300 organizações de base. O projeto visa criar uma cultura prática de defesa e ampliação dos direitos humanos na sua integralidade com centro nos DESC e incluindo a questão sócio-ambiental com impacto sobre mais de 300 organizações de base.

A retomada da Plataforma Brasileira de Direitos Humanos, que tem o apoio da agência holandesa NOVIB, articulada com a Plataforma Sul-Americana de Direitos Humanos que também conta com o apoio da ALOP (Associação Latino-Americana das Organizações de Promoção), permitirá a elaboração de um relatório nacional sobre os DESC no Brasil. Esse esforço de capacitação das organizações e movimentos de direitos humanos se liga no plano nacional ao processo de articulação de encontros das redes de ONGs, movimentos sociais e sindicatos.

A Plataforma Sul-Americana dos Direitos Humanos, a ALOP, e Grupo de Cuernavaca (parceiros de Terre des Hommes da França) estabeleceram em Quito, no ano de 1998, um marco de ação comum com o objetivo de fortalecer os DESC na América Latina. Os temas dos direitos ao bem-estar, ao trabalho e à renda fazem parte do projeto comum dos povos latino-americanos de afirmarem novas vias para o desenvolvimento sustentado, na perspectiva de uma democracia substantiva tanto no plano real quanto no plano legal. Na virada do século é possível que o trabalho da FASE com seu sistema de redes e parcerias tenha contribuído para consolidar os DESC como o limite ético para construir o direito a um outro tipo de desenvolvimento.

FASE
Trabalho e Renda
Rua das Palmeiras 90,
Botafogo CEP. 22270-070
Tel: (021) 286-1441
Fax: (021) 286-1209
E-mail: rgomes@fase.org.br



A FASE pelo Brasil

Renda Mínima agora é lei em S. João de Meriti

Rio de Janeiro

A aprovação e implementação do programa de renda mínima pela Câmara Municipal de São João de Meriti resultou de um longo processo: foi formado um Comitê Pró-Renda Mínima, com entidades como o Conselho de Entidades Populares de São João de Meriti, comunidades de base da igreja católica e outras entidades religiosas, representantes de movimentos negros e de mulheres, Conselheiros Tutelares e Municipais de Educação, Assistência Social e da Infância e Adolescência, além da Rádio Comunitária Onda Livre. Sob o slogan *Cidadania não rima com miséria*, foi desencadeada uma campanha em toda a cidade, com reuniões em diferentes locais e grandes mobilizações, visando uma audiência pública na Câmara dos Vereadores para apresentação do projeto de lei; distribuição de panfletos e adesivos; grande veiculação na mídia formal e comunitária, bem como de outdoors e o levantamento de cinco mil assinaturas em abaixo-assinado. Aprovado o projeto, um enorme ato político, contando com a presença do senador Eduardo Suplicy e de Dom Mauro Morelli, bispo católico de Caxias e São João de Meriti, além das diversas entidades componentes do Comitê Pró-Renda Mínima, ajudou no seu sancionamento. Mas a publicação de sua regulamentação, em abril desse ano, não finaliza o processo.

A FASE, que, em parceria com o IPPUR da UFRJ, assessorou o movimento popular em todas as fases da luta pela implantação e elaboração do Programa de Renda Mínima para São João de Meriti, vem de longe e sabe que um futuro uso eleitoreiro/clientelista, por exemplo, só poderá ser evitado, e o programa ampliado, com a constante mobilização do Comitê Pró-Renda Mínima e um bom funcionamento do Conselho Gestor do programa, previsto na lei.

Direitos. A lei, agora em vigor em São João de Meriti, estabelece que toda a família cujos membros tenham individuamente rendimentos abaixo de meio salário mínimo (R$68,00), terá o direito de receber uma complementação de renda de R$68,00. O programa beneficiará, inicialmente, cerca de 1.000 pessoas, com os recursos podendo atingir o teto de 2% do orçamento municipal, bem como receber aportes do governo federal, estadual e do setor privado. Além de redistribuir renda, o Programa de Renda Mínima promete diminuir a baixa escolaridade observada na região, visto que condiciona a entrega do benefício à freqüência de 90% das aulas pelos filhos de 7 a 14 anos das famílias contempladas.

Sen. E. Suplicy (C), Dom Mauro Morelli (D) e o prefeito Antônio de Carvalho (E) no ato da assinatura da Lei da Renda Mínima em S. João de Meriti,RJ.

FASE
Rio
Rua das Palmeiras 90, Botafogo
CEP. 22270-070
Tel: (021) 286-1441
Fax: (021) 286-1209
E-mail: urbana@fase.org.br

Plantão pela cidadania na Baixada

Voltado para toda a baixada fluminense, mesmo que com um núcleo mais atuante em São João de Meriti, o **Disk Mulher Baixada**, implementado por uma parceria da FASE com a Casa da Cultura de São João de Meriti e o Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal (IPPUR/UFRJ/FASE), presta informações, através de um plantão telefônico, sobre todos os serviços públicos e comunitários existentes na Baixada Fluminense e na cidade do Rio de Janeiro, nas áreas temáticas de violência, saúde, Aids, creche e cidadania da mulher. Funcionando inicialmente de segunda a sexta-feira, das 9h às 17h, as centenas de chamadas recebidas, a maioria delas ligada ao tema da violência, já indicam a necessidade de criação de um plantão noturno e nos fins de semana.

Uma pausa no programa "Mulheres nas Ondas da Rádio", transmitido pela FM 95,3 mhz.

Influir. A coordenação do serviço, constituída de mulheres e homens de entidades mistas e grupos de mulheres de São João de Meriti e interagindo permanentemente com os quadros da FASE na capacitação mútua em temas ligados a gênero e políticas públicas, assessora parlamentares municipais progressistas para influir na elaboração de políticas públicas de interesse da mulher; realiza campanhas em favor de iniciativas tais como o Cartão de Saúde da Mulher e da Gestante, em funcionamento nos postos de saúde de São João de Meriti, e pela implantação de uma Casa Abrigo para Mulheres em Situação de Violência, além de intervenções educativas como as realizadas através do programa da Rádio Onda Livre. A parceria com a Universidade - o Observatório de Políticas Públicas – ajuda, por outro lado, na constante sistematização de informações para a produção de indicadores sócio-econômicos que orientem ações de promoção da cidadania da mulher.

Espírito Santo

Carvoeiros: erradicar o trabalho infantil

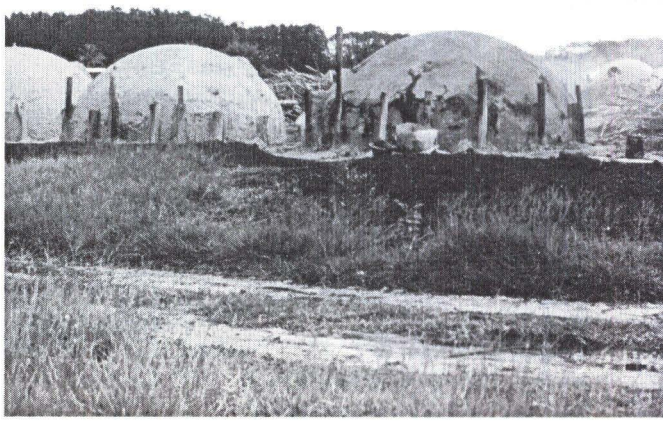
Premiado pela Comissão de Direitos Humanos do parlamento estadual capixaba, o projeto *Carvoeiro Cidadão*, desenvolvido pela equipe da Fase no Espírito Santo, além de beneficiar 400 famílias com a obtenção de documentos, vacinação de crianças, *Natal sem Fome*, cestas alimentares, atividades lúdicas, atendimento médico de emergência em acidentes nos fornos e capacitação em temas como planejamento familiar, alimentação alternativa, gênero, geração de emprego e renda, cooperativismo solidário e associativismo – com a formação da primeira cooperativa de carvoeiros do país –, contribuiu, de forma decisiva, para a erradicação/fiscalização do trabalho infantil em todo o norte do estado. E não apenas no setor do carvão, mas no de produção de cana-de-açúcar, mamão, café, maracujá...

Protagonista na constituição do *Pacto e Plataforma de Economia Solidária,* uma rede de instituições, entidades e movimentos reunidos em torno da temática dos carvoeiros, a equipe local da FASE, hoje, assessora três fóruns inter-municipais sobre a exploração do trabalho e da prostituição infantis no norte do estado. Estabeleceu conexões importantes com atores sociais do sul da Bahia e Maranhão, onde também se concentram trabalhadores do carvão vinculados a pólos florestais-celulósicos, constituindo-se em referência nacional para os pesquisadores e interessados de maneira geral em assessoria e consultoria no mapeamento e atenuação de impactos do manejo florestal.

FASE
Vitória
Rua Graciano Neves,
377 2º andar
CEP - 29015-330
Tel: (027) 2237436
Fax: (027) 3226330
E-mail: fase@nutecnet.com.br

Passivos sociais no Norte do Espírito Santo.

Critérios. A ampla divulgação dos produtos deste trabalho na mídia local e nacional – TVs Cultura e Gazeta (sistema Globo), jornais como o Jornal do Brasil, Folha de SP, Gazeta, Tribuna e em rádios como a CBN, Bancários e São Mateus – impactou fortemente o sistema judiciário trabalhista do Espírito Santo, o ministério público federal e estadual atuante na área do trabalho e do meio ambiente, a Delegacia Regional do Trabalho e a Secretaria Estadual de Justiça e Cidadania. Cobradas, além de na mídia, em audiência pública no parlamento estadual quanto aos seus passivos sociais junto à população carvoeira, as empresas florestais, por sua vez, passaram a criar critérios mais rígidos, exigindo dos *gatos,* donos de carvoaria, equipamentos de proteção e proibição da entrada de crianças em seus estabelecimentos.

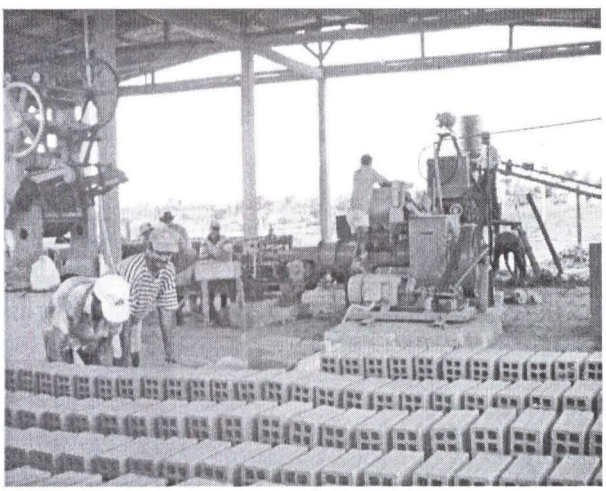


Carvoaria em São Mateus: proibido crianças!

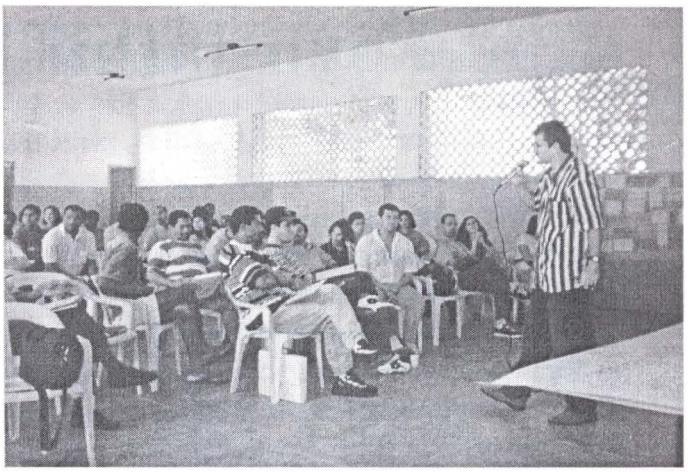
Exclusão e pobreza na região do cacau

Setecentas pessoas alfabetizadas em cinco municípios da região de Itabuna, na Bahia, capacitação de mais de 900 pequenos produtores rurais e trabalhadores urbanos em associativismo e alternativas de geração de emprego e renda, 1.030 cursistas do projeto *Formação de Formadores* em educação profissional para o meio rural e treinamento de 150 lideranças de associações, movimentos populares e ONGs em temas como políticas públicas, geração de emprego e renda, associativismo, desenvolvimento local e diagnóstico de qualidade de vida: em 1998, a intervenção educativa da FASE teve de responder à confirmação da decadência da monocultura cacaueira e aos enormes estragos levados às plantações pela doença *Vassoura de bruxa,* com o desaparecimento de milhares de postos de trabalho na cadeia produtiva da monocultura cacaueira e o aumento do contingente de excluídos amontoados nas periferias urbanas da região.

Resgate. Animadora de entidades e ativistas em 15 municípios, a FASE Itabuna acompanha pequenos projetos econômicos e articula redes e parcerias que



Cooperativa de produção de cerâmica.



Treinamento para participação popular em políticas públicas de emprego e renda.

fortalecem o resgate da cidadania e a troca de experiências entre atores que lutam contra a exclusão social, convencida de que a sistematização didática e a disseminação de informações sobre a realidade sócio-econômica local e regional ampliam o conhecimento sobre as causas dos problemas sociais enfrentados e facilitam a intervenção de sindicatos de trabalhadores rurais e urbanos, pastorais sociais e movimentos comunitários nos espaços públicos que interferem na qualidade de vida da maioria da população.

Antes isolados, posseiros e pequenos produtores rurais podem contar com a FASE na qualificação de suas associações, não só para defender terras recém conquistadas, mas, também, para reivindicar políticas públicas que viabilizem sua sobrevivência, como crédito, assistência técnica e extensão rural, garantidas por fundos públicos, assim como na condução de projetos comunitários que reforcem a autonomia econômica desses pequenos produtores, através da agro-industrialização (p. ex., Casas de Farinha), do aproveitamento industrial de recursos locais (cerâmica etc.) ou da instalação de infra-estrutura (poços artesianos e energia elétrica, entre outros).

Bahia

Itabuna
Rua Rio Branco, 93 Califórnia
CEP 45600-000
Tel: (073) 6139129
Fax: (073) 6139076
E-mail: faseba@nuxnet.com.br

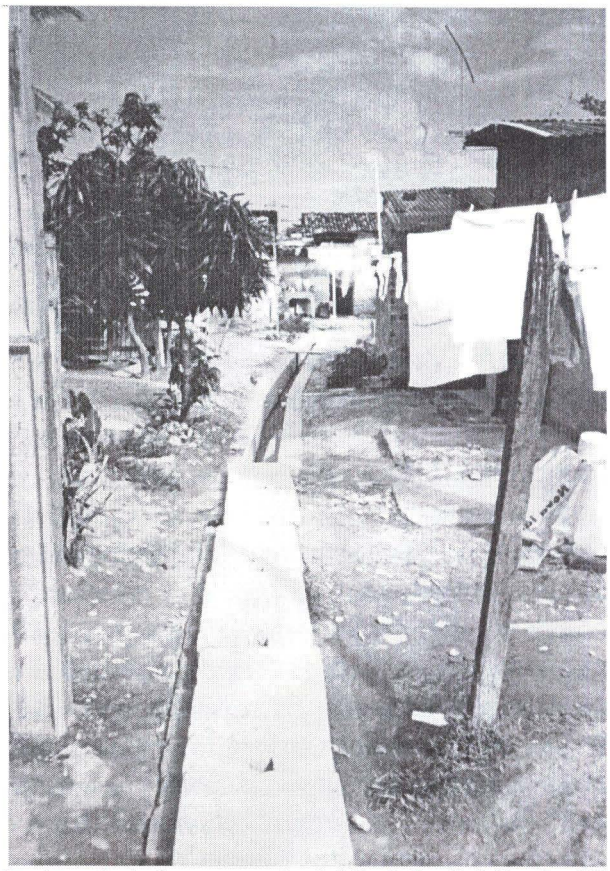
FASE

Povo influi no orçamento

O Programa Regional FASE-NE tem como base geográfica de sua intervenção o estado de Pernambuco, mais especificamente as cidades do Recife e Palmares, na Mata Sul. Tendo como pressupostos o ideário das reformas urbana e agrária, a Agenda 21, a Plataforma da Economia Solidária e visando auxiliar na formulação, implementação e monitoramento de políticas públicas, especialmente daquelas direcionadas às populações de baixa renda, historicamente alijadas do processo de desenvolvimento, a FASE combina, também no Nordeste, várias estratégias: 1) parcerias com diferentes segmentos sociais (ONGs, universidades, parlamentares e instituições governamentais); 2) capacitação de lideranças e dirigentes dos movimentos populares e sindicais; 3) fortalecimento de fóruns e redes de articulação da sociedade civil e; 4) fortalecimento dos canais institucionais de participação.

Fortalecimento. Nessa perspectiva, atua no programa *Orçamento Participativo* implementado pela Prefeitura do Recife, onde, articulada com outras ONGs e com a Secretaria de Políticas Sociais, desenvolve atividades de capacitação e produção de recursos pedagógicos (cartilhas, jornais e vídeos) junto aos 470 delegados populares eleitos como representantes dos 94 bairros da cidade. Quanto ao fortalecimento de fóruns e redes de articulação, atua no Fórum Estadual de Reforma Urbana; na Articulação Regional Nordeste de Reforma Urbana - Fórum NE de Participação Popular; nas Administrações Municipais e; no Grupo de Articulação Cidadania Popular (GACIP), que congrega quatro ONGs interessadas no monitoramento da Câmara Municipal do Recife.

FASE
Recife
Rua Viscondessa do Livramento, 168 Derbi CEP 52010-060
Tel: (081) 2215478
Fax: (081) 4233826
E-mail: fasene@elogica.com.br



Implantação de drenagem na favela Vila da Paz-Zeis Torrões, PE.

Cidade para todos

No Recife, o centro da intervenção da FASE é o Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social, PREZEIS, que engloba 740.000 habitantes nas 66 ZEIS da cidade.

A FASE participa de suas diversas instâncias de gestão, inclusive da Coordenação do Fórum dos PREZEIS, onde representa o conjunto de ONGs, sendo a única que possui em seus quadros arquitetos que contribuem, na Câmara de Urbanização do PREZEIS, para a formulação e monitoramento das ações urbanísticas - drenagem, esgoto, pavimentação, abertura de sistema viário, contenção de morros e construções de moradias e escadarias – que estão sendo implantadas em 17 ZEIS, beneficiando cerca de 137 mil moradores.

2º ciclo de capacitação de lideranças comunitárias do Prezeis.

A FASE integra também a Câmara de Legalização, que formula diretrizes e monitora as ações de regularização fundiária do PREZEIS, e ainda o Grupo de Trabalho de Emprego e Renda, que elaborou as orientações do PREZEIS nesta área temática. Assessora também as Comissões de Urbanização e Legalização (COMULs) das ZEIS Torrões (Zona Oeste) e Greve Geral (Zona Sul). Na ZEIS Torrões, monitora a implementação do plano urbanístico, que compreende ações de drenagem, saneamento, abertura do sistema viário e construção de moradias, beneficiando diretamente 1.300 moradores residentes nas favelas de Asa Branca, Malvinas e Vila da Paz. Na ZEIS Greve Geral, acompanha o processo de regularização fundiária em curso, que beneficiará cerca de 800 moradores dessa comunidade.

Mata Sul: lugar de criança é na escola

A FASE integra o Fórum Estadual e a Comissão Municipal de Palmares pela Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Profissionalização do Adolescente, monitorando a implementação do Programa Bolsa Escola na região. Em muitas comunidades e assentamentos dos 21 municípios integrantes da Mata Sul, onde o Bolsa Escola vem sendo implementado, as ações de apoio alimentar e reforço educacional têm sido a única alternativa de sobrevivência para as famílias beneficiadas. O acompanhamento que a sociedade civil vem realizando sobre esse programa, cujas ações são coordenadas pelas prefeituras, vem se constituindo num elemento novo, de forte significado político e cultural na região. Na Mata Sul, o número de famílias atendidas é de 14 mil, beneficiando diretamente cerca de 26 mil crianças e adolescentes. Em Palmares, são 1.640 famílias atendidas, beneficiando diretamente um universo de 3 mil crianças e adolescentes.

O programa Bolsa Escola implementado na Mata Sul, assim como o programa Renda Mínima tornado lei em São João de Meriti no Rio de Janeiro, inspirados em projeto do Sanador Suplicy e no programa do governo Cristóvan Buarque no DF, inscrevem-se numa longa tradição de envolvimento da FASE com a assistência imediata às crianças carentes. Registrada nos Conselhos Municipal, Estadual e Federal dos Direitos da Criança e do Adolescente e fundadora de Se Essa Rua Fosse Minha (ONG de atendimento a crianças de rua), a FASE, desde 1972, tem o programa Mais uma Criança na Escola – MUCE, que chegou a ter mais de 3.000 padrinhos brasileiros que contribuíam com recursos que eram repassados para as famílias que tinham o compromisso de manter a criança na escola. Hoje o programa está deslocando a sua área de atuação para Jardim Metrópole em São João de Meriti, para agir de forma mais concentrada. A FASE também representa a National Catholic Women – NCCW, no programa Help a Child da Catholic Reliev Services – CRS. Neste programa é a comunidade que escolhe as crianças que vão receber o benefício e parte do dinheiro fica para a própria comunidade.

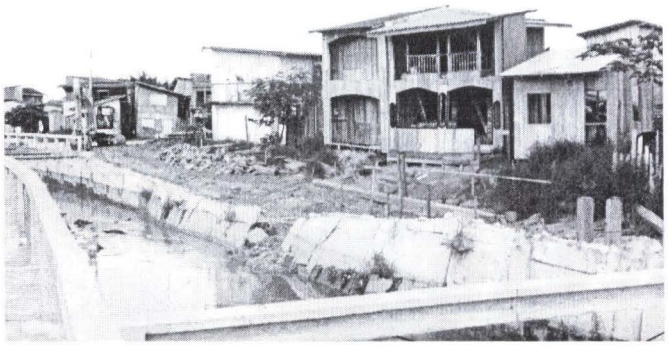
Amazônia: inclusão e qualidade de vida

Campeã em concentração de renda, recordista na violência contra trabalhadores rurais, indígenas, religiosos e demais defensores dos direitos humanos, superando o Nordeste no índice de desnutrição entre as crianças e na rabeira dos índices de cobertura do saneamento básico de todos os estados brasileiros, a Amazônia tem todos os motivos para reunir, no Pará, o maior programa regional da FASE, que conta com uma equipe de 22 técnicos e uma sede própria inaugurada no seu 31º ano de funcionamento.

Seu Núcleo de Cidadania e Políticas de Reforma Urbana desenvolve, contra este quadro desigual e gerador de pobreza, três linhas de ação:

Democratização do Orçamento Público. Forma lideranças populares e fortalece movimentos e organizações sociais, concentrando-se em três regiões do estado do Pará: em Belém, na Região Administrativa do Benguí, onde nove bairros e 20 organizações populares realizam o *Programa de Formação de Multiplicadores sobre Orçamento Público;* em 12 municípios no nordeste paraense, onde, em parceria com o Movimento de Mulheres daquela região, o MMNEPA, luta-se pela inclusão de demandas das mulheres nos orçamentos municipais; e no sudeste do Pará, com a participação de organizações populares e sindicais de cinco municípios.

Monitoramento de Políticas Urbanas, Gestão Municipal e Fortalecimento de Atores Populares. Em parceria com diversos atores, entre eles o Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Belém, a Secretaria Municipal de Habitação de Belém, o Sindicato dos Urbanitários e o Movimento Unificado em Defesa dos Projetos de Saneamento/MU, capacita lideranças e realiza campanhas, como a



Canal construído pelo Projeto de Macrodrenagem em 1998.

da criação do Fórum e do Conselho Municipal de Habitação, e debates sobre a municipalização da prestação dos serviços de saneamento na capital, além de um projeto de desenvolvimento local denominado "Sacramenta 2000". E, em parceria com o Observatório da Cidadania do Fórum da Amazônia Oriental/FAOR, monitora projetos de saneamento que contam com recursos do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento, BID na Região Metropolitana de Belém.

Gênero. Em parceria com o Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense, com o Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia e com o Grupo de Mulheres do Benguí, capacitou, entre lideranças populares, profissionais, voluntários de organizações sociais e técnicos de instituições governamentais, cerca de uma centena de quadros que passaram a integrar as chamadas questões de gênero em suas ações.

Lugar para as mulheres nos orçamentos municipais. Sudeste do Pará.

FASE

Belém
Rua Bernal do Couto, 1329 Umarizal
CEP 66055-080
Tel: (091) 2420318
Fax: (091) 2415310
E-mail: fase-bel@amazon.com.br

Fundos Públicos para quem precisa

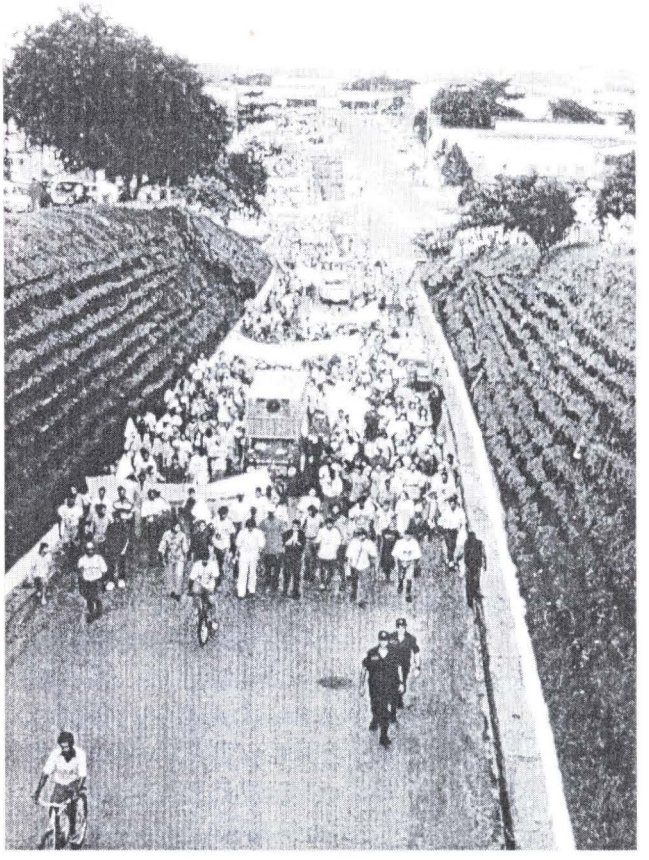
Na Amazônia, as políticas e os fundos públicos costumavam favorecer os *Grandes Projetos* agropecuários, de mineração, de infra-estrutura e colonização, através de subsídios e incentivos fiscais governamentais a modelos produtivos depredadores do meio ambiente e reprodutores de desigualdades e conflitos sociais. Esta concepção de desenvolvimento reserva aos produtores rurais familiares, quando muito, políticas compensatórias que tampouco se preocupam com os seus impactos sócio-ambientais. Nos anos 90, o acesso de mini e pequenos produtores rurais ao Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) – um fundo financeiro criado pela Constituição de 88, com recursos da União, para programas de financiamento de setores produtivos das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste -, através das mobilizações dos Gritos do Campo e dos Gritos da Terra, tornou-se uma das bandeiras de luta centrais do Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais (MSTR) na região. Este movimento contou com o apoio de entidades confessionais, de ONGs e da FASE, mobilizada desde 1960 contra os modelos excludentes de desenvolvimento e, por conseguinte, sempre ao lado dos índios, seringueiros, sem-terra, posseiros, pequenos agricultores, extrativistas, atingidos por barragens e outra vítimas desses modelos na região. Como resultado dessa luta, de 1989 a 1997, foram beneficiados, pelo crédito, 60.024 mini-produtores da região Norte, 27.611 só no Pará, representando 40% do total dos valores financiados pelo Fundo.

Responsável pela intervenção da FASE junto aos Gritos da Terra e pela apropriação adequada do FNO, o Núcleo *Manejo de Recursos Naturais e Produção Agroflorestal de Base Familiar*, da FASE Pará, divide-se em três linhas de ação:

Fortalecimento das organizações camponesas e políticas de desenvolvimento rural através do monitoramento de políticas públicas para a região, pesquisa do impacto destas políticas, assessoria às organizações dos produtores rurais familiares, capacitação de lideranças, elaboração de material pedagógico e apoio à constituição e fortalecimento de Redes e de Esferas Públicas Não-Estatais;

Produção rural ecológica e manejo sustentável com assessoria a Projetos Demonstrativos de organizações de produtores de experimentação agroecológica e difusão destas práticas; e

Verticalização da produção, abastecimento e consumo popular através de assessoria e apoio ao desenvolvimento de experiências de beneficiamento e comercialização.



Caminhada em Tucuruí

Desenvolvimento amigo das águas e florestas

Os 300 quilômetros que separam, em linha reta, Gurupá de Belém, no Pará, podem enganar os desavisados: os cerca de 21 mil habitantes desses 9309 km² de ilhas paraenses, no estuário do rio Amazonas, precisam de pelo menos 24 horas para alcançar a capital do estado, de muito esforço para adaptar-se às constantes mudanças na fisionomia de seu ambiente, provocadas pelo regime de chuvas e marés, e de muita determinação para sobreviver e construir alternativas no interior do modelo excludente imposto pelos rumos atuais da globalização.

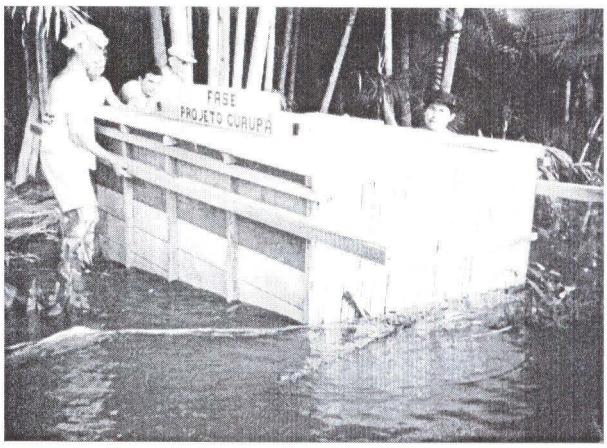
Os 17 profissionais do Projeto Demonstrativo Gurupá, coordenado pelo programa regional da FASE no Pará e realizado em parceria com instituições públicas e não governamentais, sabem disso. Atuam, desde 1997, junto à cerca de 600 famílias, em 20 das 64 comunidades do município vivendo, sobretudo da pesca e da extração da madeira, do palmito e do açaí, contribuindo para a definição de diretrizes de desenvolvimento atreladas à cultura local e de geração de trabalho e renda com conservação ambiental e qualidade de vida. Este trabalho ajudou em conquistas importantes, tais como:

• incremento em 15% da safra de açaí e da qualidade do palmito nas áreas manejadas, assim como na qualidade e em 20% do valor recebido pelos produtores de farinha de mandioca;

• certificação florestal e orgânica do palmito em conserva, licor e doce de açaí;

• inserção do manejo comunitário no código florestal brasileiro e incentivo à produção manejada de madeira, com aumento de potenciais empresas compradoras;

Projeto Gurupá
Travessa Quintino Bocayuva 1259,
Nazaré, Belém CEP 66053-240
Tel: (091) 223 4628
Fax: (091) 242 4341
E-mail: gurupa@amazon.com.br



Gaiola para engorda de camarão - Furo dos Periquitos.

• incentivo à regularização fundiária em áreas de quilombo, reservas extrativistas e várzeas e constituição de cooperativa de comercialização;

• fundo de crédito para 50 famílias e projetos para manejo de açaizais do FNO/PRODEX para 140 famílias;

• implantação de gaiolas em rio para a criação de camarão em cativeiro e comercialização atual de uma tonelada/mês para Manaus, com incremento em 50% do valor recebido pelos produtores e implantação de *Casa Familiar Rura,* para a educação básica e profissional de jovens.

• realização da Feira Municipal Anual da Produção Artesanal das Mulheres Gurupaenses e do *Seminário Consulta de Gurupá: comercialização de produtos explorados de forma sustentável*, com a participação de 166 pessoas oriundas de 83 países;

• desenvolvimento de programa de monitoramento de impactos ambientais geo-referenciados.

Curso de manejo de açaizais nativos no rio Marajoí.

Agricultura ecológica dá certo

Em meio à busca das razões dos atuais estrangulamentos na estratégia de desenvolvimento da produção familiar na Amazônia é alentador observar algumas experiências em agricultura alternativa desenvolvidas no Pará. Estruturadas e conduzidas com o apoio da FASE desde a década passada, em Ourém, município situado no centro da região Nordeste Paraense e localizado à margem do Rio Guamá, a extinta FASE-Capanema associou-se à MANITESE, ONG italiana, para ajudar a criar a Associação de Mini e Pequeno Agricultores 25 de Julho e em Abaetetuba, à 55 km em linha reta de Belém, no estuário do Tocantins, a equipe local da FASE, na busca de alternativas agrícolas adequadas às condições locais da produção familiar, apoiou a estruturação do Centro de Treinamento e Tecnologias Alternativas Tipiti. Plantadas em regiões de antigo povoamento e densidade demográfica incompatível com o sistema tradicional de queima-roça-pousio, ambos os centros apoiaram-se no trabalho de mutirão de seus associados para encontrar soluções que revertessem o ciclo de empobrecimento e degeneração dos recursos naturais.

Desafio. Atendendo às demandas dos produtores, as duas experiências começaram desenvolvendo módulos demonstrativos de consórcios de fruteiras, substituindo culturas temporárias por cultivos permanentes. O desafio era obter rendimentos com custos reduzidos e uso mínimo mínimo de insumos

Experiência de agricultura sem queima no Tiati

Monitores formam rede de difusão de tecnologias

e equipamentos modernos. A simples observação dessas experiências ensinou que dificilmente os consórcios obteriam uma dinâmica sustentável, seja pela intensidade de mão-de-obra requerida para dominar as ervas invasoras, seja pela dificuldade de reposição, mediante a adubação orgânica, das perdas energéticas. Além do mais, os produtos obtidos, estrategicamente voltados para o mercado, deparavam-se com uma perda relativa dos preços.

Com a obtenção do crédito para a fomento desses consórcios de fruteiras e a verticalização da produção como saída para a agregação de valor para os produtos desses consórcios, restavam respostas quanto à minimização dos riscos na estratégia da produção e à sustentabilidade ecológica e econômica desses sistemas. A resposta veio com a diversificação na intervenção no sistema de produção: inseridos nos respectivos Planos Municipais de Desenvolvimento Rural.Atualmente, o Centro Tipiti desenvolve hoje experimentos participantes voltados para os principais subsistemas presentes na realidade camponesa de Abaetetuba - o açaizal nativo ou plantado em consórcio, nas várzeas; os quintais agroflorestais; a roça com pousio melhorado e sistemas agroflorestais sem queima da capoeira e consórcios de fruteiras em terra firme- e, no mesmo sentido, a Escola 25 de Julho, avança implantação de alternativas desenvolvidas através da adubação verde e proteção dos solos com leguminosas rústicas e agroflorestação.

Belém
Rua Bernal do Couto, 1329 Umarizal
CEP 66055-080
Tel: (091) 2420318
Fax: (091) 2415310
E-mail: fase-bel@amazon.com.br

FASE

Respeito ao outro na agricultura familiar no Vale do Guaporé

A formação e a assessoria prestada diretamente pela FASE a mais de mil pequenos lavradores sindicalizados e associados do sudoeste de Mato Grosso, desde 1987, deu suporte e consolidou-se, em 1995, em um primeiro Plano de Desenvolvimento da Agricultura Familiar do Vale do Guaporé que, até 1998, implantara:

- um programa de pesquisa e experimentação;
- um programa de fomento à produção;
- um programa de apoio ao beneficiamento e comercialização e;
- um programa de formação familiar.

O trabalho iniciado com o agrupamento das famílias, visando sua organização e cooperação, resultou na criação de associações comunitárias articuladas entre si, dando origem, já em 1989, ao Movimento de União dos Lavradores. Em 1991, foi criado o Centro de Tecnologias Alternativas, CTA - que, em 1992, transformou-se em associação, ACTA –, para demonstrar tecnologias de produção agroecológica e difundir conhecimentos sobre o melhor manejo entre os agricultores familiares e as associações.

Para beneficiar e comercializar a produção através da manutenção das feiras permanentes de Vila Bela e Pontes e Lacerda, foi criada, em maio de 1992, a Central das Associações que, cobrando taxas por serviços prestados, operacionaliza as vendas e, hoje, filia 22 associações, dos quatro municípios do Vale do Guaporé, reunindo mais de 550 famílias.

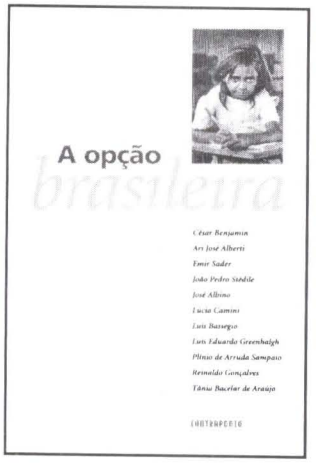
Feira promovida pela Central das Associações.

Injustiça. Um estudo de caso, elaborado no Fórum Matogrossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento, FORMAD, diagnosticou um grande desequilíbrio e injustiça nas relações entre homens e mulheres na agricultura familiar, justificando a incorporação da questão do gênero ao tema da agricultura ecológica e sustentável que norteia o trabalho educativo desenvolvido pela FASE na região, ou nas parcerias que desenvolve com a Universidade Federal de Mato Grosso, UFMT, Universidade do Estado de Mato Grosso, Unemat, e com a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural, Empaer.

Fundação da Central das Associações que reúne 22 associações de agricultores familiares, 1992.

FASE
Cáceres
Rua 06, Quadra 03, Casa 18,
Monte Verde,
CEP 78200-000 Cáceres
Tel/Fax: (065)223-4615
E-mail: fasecac@nutecnet.com.br

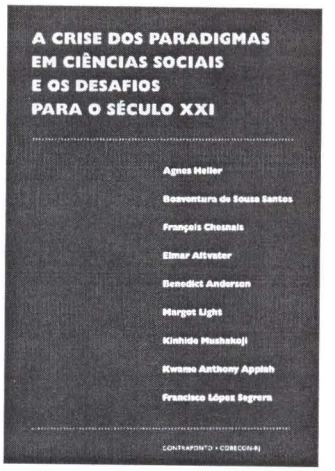
Proposta Recomenda



Este livro não é um programa de governo nem uma plataforma eleitoral. Tampouco se esgota na crítica do modelo atual. A análise do momento presente e as incursões pela história, contidas no texto, apenas preparam a base conceitual necessária para que, no final, se explicitem os elementos centrais de um projeto alternativo de desenvolvimento, denominado *A Opção Brasileira.*

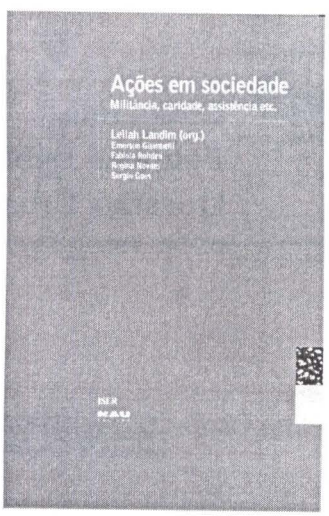
Nas melhores livrarias e/ou Contraponto Editora Ltda. Caixa Postal 56066 - CEP 22292-970 Rio de Janeiro, RJ - Brasil

Tel./Fax. (021) 275-0751 e-mail contraponto@rio.nutecnet.com.br



Nove especialistas de renome mundial – em filosofia, economia, ciência política, história, antropologia, sociologia e relações internacionais – debatem neste livro de forma clara e profunda as questões decisivas do novo milênio.

Contraponto/Corecon-RJ



Este livro debate sobre as formas de ação social privada no Brasil, suas características e papéis. O conjunto do trabalho aponta para redefinições e relativizações de fronteiras entre os segmentos variados que vêm se dedicando a uma ação em sociedade, voltada para questões sociais.

ISER/NAU editora

End. http://www.fase.org.br

FASE

FASE- Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

Associada à ABONG e à ALOP

ENGLISH VERSION

LEIA!!!

Novas Publicações:
Cadernos de Debate:
Novas Premissas da Sustentabilidade Democrática

CONHEÇA!!!

Síntese do Seminário Nacional Políticas de Saneamento Ambiental

Quem Somos?

FASE HOJE

Boletim Informativo

Avaliação dos resultados e impactos da intervenção da FASE

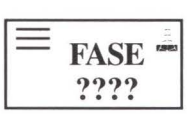
Projetos e programas da FASE nas áreas de atuação:

Meio Ambiente e Desenvolvimento

Trabalho e Renda

Cidadania
Politicas Públicas
Questão Urbana

Publicações da FASE



Endereços da FASE

email: fase@ax.apc.org

Em **PROPOSTA**, você vai encontrar artigos que trazem diferentes perspectivas e a análise mais apurada sobre a realidade brasileira e o retrato extraído diretamente da experiência dos movimentos populares. Você vai ler e refletir em profundidade sobre um Brasil que discute, luta, se organiza e encontra soluções alternativas, em inúmeras experiências em diferentes regiões e cidades do país, para a construção de uma sociedade justa, democrática e sustentável.

Valor da Assinatura Anual

• R$ 22,00 (vinte e dois reais).

Como Fazer sua Assinatura de PROPOSTA

•Fazer um depósito no valor acima à **FASE** no Banco Bradesco, na conta 31 947 - 3, agência Catete 3019 -8.

•Enviar o comprovante de depósito com seu nome e endereço para o fax (021) 286-1209. Em breve você receberá a Revista em sua casa pelo correio.

Ou então,

• Enviar um cheque nominal à **FASE** no valor de R$ 22,00, juntamente com seus dados, para o endereço: Rua das Palmeiras, 90 Cep - 22270-070, Botafogo, Rio de Janeiro, RJ

Para maiores informações: (021) 286-1441 ou sveiga@fase.org.br.